

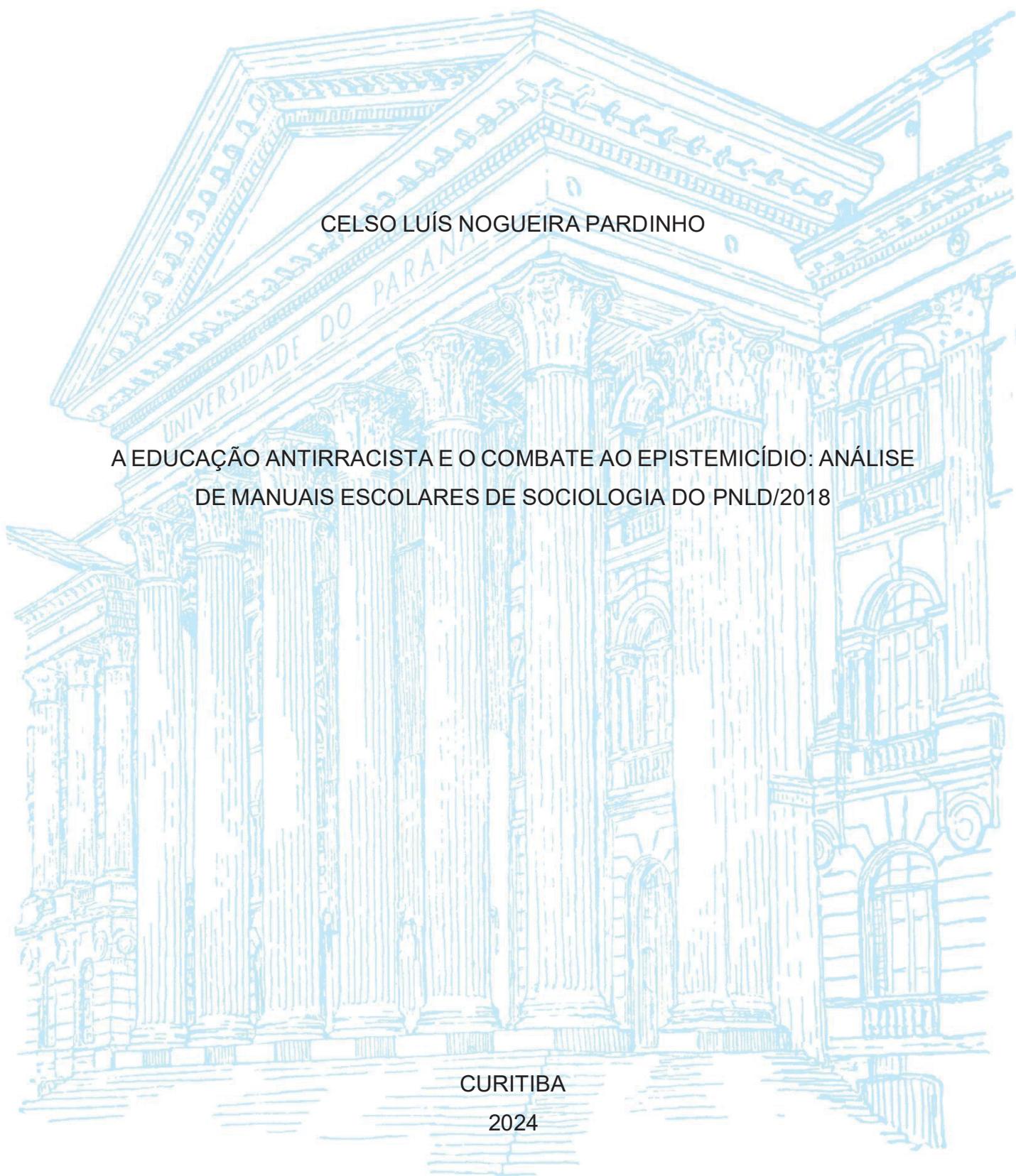
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CELSO LUÍS NOGUEIRA PARDINHO

A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E O COMBATE AO EPISTEMICÍDIO: ANÁLISE
DE MANUAIS ESCOLARES DE SOCIOLOGIA DO PNLD/2018

CURITIBA

2024



CELSO LUÍS NOGUEIRA PARDINHO

A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E O COMBATE AO EPISTEMICÍDIO:
ANÁLISE DE MANUAIS ESCOLARES DE SOCIOLOGIA DO PNLD/2018

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Sociologia em Rede Nacional, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia

Orientador: Prof. Dr. Alexandro Dantas Trindade

CURITIBA

2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Pardinho, Celso Luís Nogueira

A educação antirracista e o combate ao epistemicídio: análise de manuais escolares de sociologia do PNLD/2018. / Celso Luís Nogueira Pardinho. – Curitiba, 2024.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia em Rede Nacional.

Orientador: Prof. Dr. Alexandro Dantas Trindade.

1. Sociologia – Estudo e ensino. 2. Antirracismo - Educação.
3. Livros didáticos. I. Trindade, Alexandro Dantas, 1973-
II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Sociologia em Rede Nacional. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanóela Nogueira Dias CRB-9/1607

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **CELSO LUIS NOGUEIRA PARDINHO** intitulada: **A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E O COMBATE AO EPISTEMICÍDIO: ANÁLISE DE MANUAIS ESCOLARES DE SOCIOLOGIA DO PNLD/2018**, sob orientação do Prof. Dr. ALEXANDRO DANTAS TRINDADE, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 26 de Abril de 2024.

Assinatura Eletrônica

26/04/2024 17:22:18.0

ALEXANDRO DANTAS TRINDADE

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

26/04/2024 22:16:00.0

MARITANA DRESCHER DA CRUZ

Avaliador Externo (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

29/04/2024 15:53:05.0

ANA LÚCIA DA SILVA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS)

AGRADECIMENTOS

A todos e todas que vieram antes de mim. Aos meus antepassados que possibilitaram a minha e a nossa existência.

Ao meu pai Celso Pereira Pardini, homem filho de nordestinos que sempre trabalhou na roça e com todo o esforço e nos limites que a vida lhe impôs sempre viu um caminho de verdade, de crescimento e acolhimento na educação.

A minha mãe, minha melhor amiga. Meu porto. Mulher guerreira que abdicou de tudo para ser uma mãe exemplar e inspiradora. Pessoa de caráter ímpar que defendeu e defende até hoje os estudos como único bem que ninguém toma.

A minha companheira, Naurem. Obrigado pelos anos juntos e por me proporcionar a maior felicidade de todas, por ter me apresentado o verdadeiro sentido para minha vida, nossa Isis.

A minha querida amiga, referência acadêmica, pessoa que sempre me incentivou a seguir a trilhar esses caminhos. Pessoa que carinhosamente chamo-a de mãe acadêmica – Ana Lúcia da Silva.

Ao meu orientador Alexandro Trindade por ter aceitado o desafio de me ensinar e de orientar um mestrando nada convencional. Grato pela paciência, pelas trocas de experiências, pela dedicação e confiança ao meu trabalho.

Agradeço ainda a Professora Doutora Marizete Goffman pela generosidade ao longo de todos os anos do curso, pelo carinho a todos os mestrandos, pela forma afetuosa, humana que lidou e coordenou nossa turma.

A todos os demais professores do Programa do ProfSocio UFPR que brilhantemente me guiaram, ensinaram, com magnífica e exemplar arte da docência, sendo exemplos de pessoas e pesquisadores que acreditam no poder transformador da educação.

A todos os membros do Grupo de Pesquisa ErêYá, em especial a Professora Doutora Lucimar Rosa Dias, obrigado. Agradeço a cada um por experienciar a negritude, a intelectualidade com mais leveza, promovendo uma educação antirracista além dos muros da Universidade.

A todos os amigos, amigas e colegas que me ajudaram nos momentos de frustração, insegurança, tristeza, cansaço. A todos e todas que me ajudaram de certo modo a finalizar minha pesquisa. Pessoas que a cidade de Colombo me apresentou e que sou extremamente grato e feliz por ter perto de mim. Obrigado Adaíla, Sílvia

Lemes, Fer, Xandi, Lu, Rô, Janine, Regina, Esmael, Ranna, Osmar, Claudia, Adriana, Paola, Mariana, Cyntia, Catiussi, Alexandra e dentre tantos outros, muito obrigado.

A minha Tia Avó Cléria Guerra. Baiana arretada que sempre ajudou os “forasteiros” do interior do Paraná. Tia Cléria foi quem me acolheu no momento que mais precisei. Obrigado!

E um agradecimento especial a minha amiga Maritana pelas conversas, sugestões, trocas e experiências, gratidão.

RESUMO

A partir dos estudos em relação a uma educação antirracista, decolonial, plural, tendo como as leis 10.639/03 e 11.645/08, a presente pesquisa teve como objetivo perceber e identificar quais foram os teóricos/intelectuais negros estudados, apresentados nos livros didáticos de sociologia do PNLD de 2018? Existiu uma epistemologia ou epistemicídio nos livros de sociologia de 2018? Tais questionamentos foram motriz para pesquisa nos livros didáticos de sociologia contemplados pelo Plano Nacional do Livro Didático de 2018. Ao todo foram cinco obras selecionadas: *Sociologia em Movimento*; *Sociologia*; *Sociologia para o Século XXI*; *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* e *Sociologia Hoje*. Recorrendo aos estudos culturais a pesquisa parte de uma revisão de literatura como metodologia, aplicando a análise de conteúdos proposto por Bardin (2011) com a pesquisa qualitativa e quantitativa para a aferição e interpretações dos dados coletados nos livros didáticos estudados. A pesquisa mapeou como os intelectuais negros foram representados, quais foram as abordagens teóricas que contemplaram a intelectualidade negra nos livros didáticos. Iniciando com uma abordagem histórica do livro didático como objeto/fonte, apresentamos a necessidade de uma educação antirracista e decolonial dos currículos até a análise dos referidos materiais didáticos de 2018. Estrutturamos nossos estudos sobre o livro didático em Meucci (2000), Bittencourt (1993), Engeroff (2017). Para refletir sobre a importância a Educação Antirracista, refletindo sobre desnaturalização dos currículos eurocentrados recorremos a Nilma Lino Gomes (2023), Nascimento (2016) Almeida (2019) Carneiro (2005), Woodson (2021), Bento (2023) Silva et. al. (2019) Pinheiro (2023). Desta forma compreendemos que os estudos sobre a importância de uma educação antirracista permeiam nos diferentes espaços e aportes culturais, políticos e simbólicos, como o próprio livro didático possui.

Palavras-chave: Livro Didático; Educação Antirracista; Sociologia. Educação

ABSTRACT

Based on studies in relation to an anti-racist, decolonial, plural education, according to the Brazilian laws 10.639/03 and 11.645/08, this research aimed to understand and identify which black theorists/intellectuals were studied, presented in the textbooks of sociology of the 2018 PNLD? Was there an epistemology or epistemicide in the sociology books of 2018? Such questions headed the research in sociology textbooks covered by Plano Nacional do Livro Didático, 2018. In total, five works were selected: *Sociology in Movement*; *Sociology*; *Sociology for the 21st Century*; *Modern Times, Times of Sociology* and *Sociology Today*. Using cultural studies, the research is based on a literature review as a methodology, applying the content analysis proposed by Bardin (2011) with qualitative and quantitative research to measure and interpret the data collected in the textbooks studied. The research mapped how black intellectuals were represented, what were the theoretical approaches that included black intellectuality in textbooks. Starting with a historical approach to the textbook as an object/source, we present the need for an anti-racist and decolonial education in school curriculums until the analysis of the aforementioned teaching materials from 2018. We structure our studies on the textbook in Meucci (2000), Bittencourt (1993), Engerhoff (2017). To reflect on the importance of Anti-Racist Education, reflecting on the denaturalization of Eurocentric curriculum, we resort to Nilma Lino Gomes (2023), Nascimento (2016) Almeida (2019) Carneiro (2005), Woodson (2021), Bento (2023) Silva et. al. (2019) Pinheiro (2023). In this way, we understand that studies on the importance of anti-racist education permeate different spaces and cultural, political and symbolic contributions, as the textbook itself has.

KEYWORDS: Textbook; Anti-Racist Education; Sociology. Education.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Registro fotográfico do parlamento momento do Impeachment.....	75
FIGURA 2 – Diagrama da adesão ao recebimento do livro didático no Brasil pelo PNLD	79
FIGURA 3 - Captura de tela do Guia Digital Apresentação.....	84
FIGURA 4 – Aba ESCOLHA do Guia dos Livro Didático - PNLD 2018	86
FIGURA 5 – Capa do livro <i>Sociologia para Jovens do Século XXI</i>	87
FIGURA 6 – Capa do livro <i>Sociologia em movimento</i>	88
FIGURA 7 – Capa do Manual do Professor do livro <i>Sociologia Hoje</i>	90
FIGURA 8 – Capa do livro <i>Tempos Modernos, Tempos de Sociologia</i>	91
FIGURA 9 – Capa do livro <i>Sociologia</i>	92
FIGURA 10 – Formação dos autores do livro didático	97
FIGURA 11 – Quantidade de capítulos das obras do PNLD de 2018.....	99
FIGURA 12 – Mosaico de imagens presentes no livro didático <i>Sociologia para Jovens do século XXI</i>	100
FIGURA 13 – Linha comparativa da representação de imagens do corpo negro do livro <i>Sociologia para Jovens do século XXI</i>	100
FIGURA 14 – Mosaico de imagens do corpo negro presente no livro didático <i>Sociologia</i>	103
FIGURA 15 – Linha comparativa da representação de imagens do corpo negro do livro <i>Sociologia</i>	103
FIGURA 16 – Mosaico de imagens do corpo negro presente no livro didático <i>Sociologia em Movimento</i>	104
FIGURA 17 – Linha comparativa da representação de imagens do corpo negro do livro <i>Sociologia em Movimento</i>	105
FIGURA 18 – Mosaico de imagens do corpo negro presente no livro didático <i>Sociologia Hoje</i>	108
FIGURA 19 – Linha comparativa da representação de imagens do corpo negro do livro <i>Sociologia Hoje</i>	109
FIGURA 20 – Mosaico de imagens do corpo negro presente no livro didático <i>Tempos Modernos, Tempos de Sociologia</i>	111
FIGURA 21 – Linhas comparativas da representação de imagens do corpo negro do livro	111

FIGURA 22 – Milton Santos.....	113
FIGURA 23 – Kabengele Munanga	113
FIGURA 24 – Stuart Hall.....	114
FIGURA 25 – Lélia González.....	114

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Eventos Eneseb	41
QUADRO 2 – Formação dos autores das obras analisados	95
QUADRO 3 – Pensadores pretos citados no livro <i>Sociologia para Jovens do século XXI</i>	101
QUADRO 4 – Pensadores pretos citados no livro <i>Sociologia</i>	102
QUADRO 5 – Pensadores pretos citados no livro <i>Sociologia em Movimento</i>	105
QUADRO 6 – Pensadores pretos citados no livro <i>Sociologia Hoje</i>	108
QUADRO 7 – Pensadores pretos citados no livro <i>Tempos Modernos, Tempos de Sociologia</i>	110

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1 O LIVRO DIDÁTICO	11
1.1 BREVE HISTÓRIA DA ORIGEM DO LIVRO DIDÁTICO À CIRCULAÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL	14
1.2 DA INSERÇÃO DA SOCIOLOGIA COMO CIÊNCIA AO PROJETO DO LIVRO DE SOCIOLOGIA NO BRASIL	15
1.3 O LIVRO COMO MERCADORIA NO BRASIL.....	19
1.4 O LIVRO DIDÁTICO COMO UM ARTEFATO CULTURAL	23
1.5 A IMPORTÂNCIA AFETIVA E SOCIAL DO LIVRO DIDÁTICO	25
1.6 O PNLD E O LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA.....	27
2 ESTADO DA ARTE: OS ESTUDOS E DEBATES QUANTO AO LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA	34
2.1 DO ESTADO DA ARTE E ALGUMAS INQUIETAÇÕES.....	39
2.2 OS GTS SOBRE O LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA NOS ENESEBS	41
2.3 O PONTO NEGRO DESTA PESQUISA.....	43
2.4 ABORDAGEM METODOLÓGICA	44
3 POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO E O RACISMO NA EDUCAÇÃO	48
3.1 O RACISMO HISTORICAMENTE CONSOLIDADO	49
3.2 EDUCAÇÃO NO BRASIL: RACISMO E BRANQUITUDE.....	51
3.3 O RACISMO E SUAS DIMENSÕES NO UNIVERSO ESCOLAR.....	56
3.4 A QUESTÃO DO LIVRO DIDÁTICO E A PERCEPÇÃO DE UMA INVISIBILIDADE DA INTELLECTUALIDADE NEGRA	60
3.5 O ENEGRECER DO CURRÍCULO ESCOLAR E ACADÊMICO	64
3.6 PARA REFLETIR DENTRO DE UMA LÓGICA ANTIRRACISTA.	69
3.7 A LUTA PARA REAFIRMAR A EXISTÊNCIA DO PENSAMENTO NEGRO	71
4 OS LIVROS DO PNLD DE 2018: DA ANÁLISE DO EDITAL DE FOMENTO À INTELLECTUALIDADE NEGRA NOS LIVROS	74
4.1 O CONTEXTO POLÍTICO DO PAÍS QUE PERMEOU O PNLD DE 2018.....	74
4.2 DO GOLPE DE 2016 ATÉ A ELEIÇÃO DE BOLSONARO – O DESMONTE GRADATIVO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA.	76

4.3 O EDITAL PARA A ESCOLHA DOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA NO PNLD/2018	79
4.4 A IMPORTÂNCIA DOS GUIAS DOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA...83	
4.5 OS LIVROS DIDÁTICOS SELECIONADOS SOB A ANÁLISE APRESENTADA PELA COMISSÃO TÉCNICA DO PNLD DE 2018.....	86
4.5.1 <i>Sociologia para Jovens do Século XXI</i>	87
4.5.2 <i>Sociologia em Movimento</i>	88
4.5.3 <i>Sociologia Hoje</i>	90
4.5.4 <i>Tempos Modernos, Tempos de Sociologia</i>	91
4.5.5 <i>Sociologia</i>	92
4.6 PERCEPÇÕES E OUTRAS LEITURAS SOBRE OS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA DO PNLD DE 2018.....	94
4.7 A INTELLECTUALIDADE NEGRA NOS LIVROS DIDÁTICOS	98
4.7.1 <i>Sociologia para Jovens do século XXI</i>	99
4.7.2 <i>Sociologia</i>	102
4.7.3 <i>Sociologia em Movimento</i>	104
4.7.4 <i>Sociologia Hoje</i>	107
4.7.5 <i>Tempos Modernos, Tempos de Sociologia</i>	110
4.7.6 Das impressões e análises aos dados coletados.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS: EPISTEMOLOGIAS NEGRAS E/OU EPISTEMICÍDIO?	116
REFERÊNCIAS	120

INTRODUÇÃO

Quando ensino meus estudantes a como fazer a introdução de um texto, comento que essa é uma parte fundamental de todo o trabalho, pois é na introdução que o autor apresenta ao leitor algumas razões para a leitura do texto, é como se a introdução fosse a porta de entrada, a divulgação de todo um produto e o leitor deve ser o consumidor. Sendo assim, a introdução precisa ser atenta, afinada com o que está sendo apresentado ao longo do texto, precisa ser chamativa e verdadeira, precisa ter na escrita a personalidade, a feitura real e de quem escreveu, a essência do autor precisa ser anunciada para que o leitor tenha o desejo e a vontade em ler e conhecer o que o outro pensa, analisa, questiona e vivencia.

Penso nessas explicações, que para alguns passa como prolixo, e então eu me apresento como autor desta dissertação. Homem preto, Professor dos Anos Iniciais no Município de Colombo, Professor da Rede Privada nos Anos Finais do Ensino Fundamental II e Professor nos componentes curriculares de Sociologia e História no Novo Ensino Médio, SEED – PR. Filho de pais agricultores, um pai que terminou o “ginásio” e teve sua história na lida com a roça e, uma mãe que estudou até a 4^a série, sendo obrigada a interromper os estudos para cuidar dos irmãos mais novos, enquanto meus avós estavam trabalhando como boias-frias.

Diferente dos meus pais e avós, eu tive o privilégio de poder estudar, saímos da morada difícil do campo e migramos para a cidade para poder estudar com maior conforto. Aluno de Escola Pública desde a Educação Infantil, percebi em alguns anos a defasagem da educação na prática. Mesmo assim, não me abati e segui ao que achava ser minha “vocação”. Ser professor. Iniciei minha trajetória no Curso Normal Integrado (Antigo Magistério). Ao término do curso, fui aprovado em um concurso municipal e assim eu iniciei minha vida profissional. Dividindo o tempo com a graduação em Licenciatura Plena em História, eu pagava minha faculdade para não sobrecarregar nas despesas da casa, já que eu não precisava contribuir com elas.

Por três anos, eu esperava o transporte coletivo no Trevo da Cidade entre São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí que levava todos os jovens estudantes para a faculdade. Eu viajava mais de 78km de distância todos os dias. Na faculdade de História, eu tive o primeiro contato com textos sobre a África, sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Indígena a partir das aulas com a Professora Doutora Ana Lúcia da Silva. Com uma postura firme, didática e sempre aberta ao diálogo, ela foi nos

ensinando e mostrando, por meio da literatura, que as questões raciais eram reais, não só pra mim, mas também para os meus colegas que compartilhavam comigo da ideia de que o racismo não existia.

Quando penso sobre a minha história de vida, percebo, hoje, que o racismo sempre esteve presente na minha realidade, mas, revestida de racismo recreativo, Adilson Moreira (2019), eram ofensas que eu achava comuns, desde os olhares aos comentários que eram naturalizados a mim. Como meu sonho era lecionar para jovens, decidi que deveria ir embora de São João do Ivaí para a cidade grande em busca de oportunidade de trabalho e novas experiências. E assim foi.

Em 2011, vim para Colombo, iniciei minha trajetória docente para os Anos Finais do Ensino Fundamental e Médio. Nesse mesmo ano, fiz uma especialização na UFPR em Comunicação Política e no seguinte decidi fazer mais uma graduação, esta em História e Memória na UFPR.

Em 2013, decidi fazer mais uma faculdade, agora de Sociologia, pois eu já lecionava, mas me faltava algo que na história não me era preenchido. A crítica social. O olhar sociológico, as teorias sociais, a abertura a temas que na história são limitadas por uma historicidade acadêmica. Por trabalhar algumas tardes, algumas noites e todas as manhãs na rede privada, optei por fazer a graduação à distância.

Após todos os anos de estudos, formações, capacitações, leituras, ainda me faltam palavras para definir minha trajetória. Não sou e não me vejo uma pessoa inteligente, mas esforçada e, partindo desse esforço, percebi que não era a hora de parar minha busca por conhecimento, por querer saber mais.

Apreendi com meus pais que a única coisa que ninguém tira de ninguém é o conhecimento adquirido e sempre levei essa lição para minha vida. Buscar saber mais e mais.

Nas aulas de história e sociologia, eu percebia e via sempre um desconforto no tema racial. A falta de letramento racial por parte dos alunos, professores, equipe pedagógica sempre me deixou inquieto. A indiferença ao tema. A forma satírica ao abordar questões raciais no cotidiano escolar sempre esteve presente tanto na rede pública quanto privada e isso sempre me incomodava.

A falta de professores para dialogar com a temática da questão racial nas aulas, a falta de leitura de pensadores negros, a falta de negros nos debates. A quase inexistência de professores pretos nos colégios. A invisibilidade racial presente nos livros adotados pelas instituições.

Enfim, uma série de questões me fizeram questionar a mim, ao sistema que estava inserido e a forma de lidar com a problemática. Cadê os intelectuais negros nos materiais didáticos de sociologia? Como construir ou reconstruir uma sociedade antirracista sem teorias negras?

Decidi que precisava continuar minha investigação, buscar respostas, conhecer ainda mais, aprender para compreender e construir novas formas para lidar com a questão racial. Ao mesmo tempo ressignificar as aprendizagens, teorizar para justificar e desconstruir narrativas. Pois precisava me instruir, fundamentar e instrumentalizar meu discurso.

E foi no ProfSocio que consegui e venho conseguindo ressignificar minha trajetória profissional e acadêmica. Nesse programa, tive a possibilidade de seguir meu sonho em ser pesquisador e continuar a docência. O Programa me proporcionou refletir sobre as minhas convicções e estruturar minha narrativa, olhar o sistema de forma crítica, pensar meu objeto de forma consciente.

O ProfSocio vem sendo um dos programas que oportuniza trocas de experiências no meio acadêmico de maneira mais intensa e precisa, pois o grupo de mestrandos deve estar em sala aula. Sendo assim, o(a) docente que está no chão da escola acaba por testar teorias, questionar os projetos pedagógicos, problematizar aquilo que realmente é ensinado, pois provoca os saberes adquiridos, por meio da experiência real atrelada aos saberes acadêmicos, promovendo, portanto, o debate entre teoria e prática docente, com o foco na melhoria do Ensino de Sociologia na Educação Pública.

Além do ProfSocio, o Grupo de Pesquisa ErêYá no qual faço parte desde 2022, tem um papel fundamental na minha jornada acadêmica. Pois neste grupo pude abrir novos horizontes para refletir a Educação Antirracista e como o papel do professor(a), vai além da didática para a construção dos saberes. No ErêYá percebi que precisamos ter sensibilidade, afetividade atrelada as dimensões da educação antirracista. Pois só assim atingiremos nossos objetivos por uma educação plural.

Sendo assim, a partir dos diálogos com outros docentes do programa e do grupo de pesquisa, comecei a construir pouco a pouco um estudo sobre o pensar da negritude nos livros didáticos de modo crítico.

Recorrendo aos estudos culturais para construir minhas indagações, questionamentos e reflexões, estruturei a revisão de literatura como metodologia, aplicando a análise de conteúdos proposto por Bardin (2011) recorrendo a pesquisa

qualitativa e quantitativa para a aferição e interpretações dos dados coletados nos livros didáticos estudados. Buscando assim responder à questão fomentadora da pesquisa: A partir dos estudos em relação a uma educação antirracista, decolonial, plural, tendo como as leis 10.639/03 e 11.645/08 quais foram os teóricos/intelectuais negros estudados, apresentados nos livros didáticos de sociologia do PNLD de 2018?

Há epistemologias negras e/ou epistemicídio nos livros didáticos de sociologia de 2018? Se existem, quais são essas intelectualidades negras? Como esses intelectuais foram apresentados ao longo das páginas do livro didático? Quais os campos, marcadores, temas esses intelectuais foram estudados, mencionados nas obras?

Para compreender a dimensão de todo o estudo realizado envolvendo a presença ou não de pensadores negros nos livros didáticos, bem como a construção epistemológica ou a constituição do próprio epistemicídio negro nos livros didáticos de sociologia, percorri alguns passos orientados para os resultados e as análises dos dados, buscando responder os seguintes objetivos:

O objetivo geral dessa pesquisa é Investigar de que maneira autores negros e seus conhecimentos são apresentados, organizados e distribuídos nos manuais escolares do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2018, e em quais campos, marcadores e temas suas contribuições são estudadas e mencionadas. Desdobro esse objetivo geral em três específicos e são eles:

- Identificar e apresentar quais são os intelectuais negros e negras citados nos manuais escolares de sociologia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2018.

- Analisar as epistemologias negras e/ou epistemicídio representados nos livros de sociologia publicados em PNLD 2018, em relação à inclusão e representação de intelectuais negros e negras.

- Compreender em quais campos, marcadores e temas esses intelectuais são estudados e mencionados, visando identificar padrões de inclusão ou exclusão que possam refletir práticas de epistemicídio nas ciências sociais.

Assim buscando responder meus objetivos de pesquisa, realizei um levantamento de bibliografias na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) referente a estudos voltados ao livro didático e aos livros de sociologia para o ensino médio como objeto de análise. Após a pesquisa inicial do objeto, iniciei um mapeamento sobre os estudos já realizados e que de certo modo pudessem contribuir

para a minha pesquisa, por meio de bancos de dados eletrônicos, fiz um verdadeiro trabalho de garimpo digital, vasculhando sites de universidades, GTs, plataformas e banco de dados. Após toda a coleta dos estudos e materiais necessários para a construção do meu trabalho, comecei a escrever minha dissertação sobre o livro didático e as dimensões possíveis para compreendê-lo como objeto de análise e repertório cultural.

Em seguida, atentei-me na escrita de autores negros que fomentaram, ao longo da história contemporânea, o debate racial e o epistemicídio negro como forma de problematizar e colocar a perspectiva negra na construção teórica no debate racial, desnaturalizando a racialidade eurocentrada na sociedade e na educação, nos livros didáticos.

Na sequência do trabalho, realizei uma leitura descritiva do edital de convocação para inscrições de obras didáticas para o PNLD de 2018, buscando nesse documento identificar quais eram as intenções e os critérios necessários para o aceite dos materiais para o PNLD. Ao mesmo tempo, mapeei todos os livros selecionados/aprovados para o PNLD de 2018 e busquei referências de pensadores negros e negras em todos os materiais. Comparando os pensadores que eram recorrentes nos livros e quais eram os destaques dados as epistemologias negras presentes.

Assim, elaborei diferentes gráficos comparativos para ilustrar e exemplificar a presença de autores nos livros didáticos do PNLD, buscando perceber se existiram ou não tais pensadores nos livros de sociologia.

Após toda a construção teórica e metodológica realizada, sistematizei os dados e informações coletadas interpretando-as e analisando-as de acordo com a proposta inicial em perceber a presença de autores e autoras negros e negras no livro didático de sociologia e como isso acaba impactando na construção de uma educação antirracista.

Desta forma, o trabalho está estruturado em 4 capítulos. No Capítulo I, buscamos dar um enfoque ao conceito, à definição e às teorias a respeito do livro didático e ao livro didático de sociologia e a relação com o PNLD, para construir toda essa fundamentação calcamos nossos estudos nos trabalhos e estudos de Meucci (2000), Bittencourt (1993), Gatti (1997), Engeroff (2017), dentre outros intelectuais. Nesse capítulo, tento resgatar brevemente a história dos primeiros manuais e livros didáticos no Brasil. O impacto a respeito do livro didático nas escolas e sua importância a partir

do PNLD, e como este material assume importante papel como circulador de ideias, valores e cultura de um tempo e espaço.

No Capítulo II, tive como enfoque a construção, pesquisa e formulação de um Estado da Arte, recorri às contribuições dos pesquisadores, Engerhoff (2017), Bodart (2021) e Oliveira (2022) para construir um caminho dos estudos já realizados em relação às pesquisas recentes sobre o livro didático, identificando assim a pertinência de nossos estudos para refletir sobre as epistemologias inseridas nos livros didáticos e como isso reflete para pesquisas futuras.

Pensando nas epistemologias e por uma educação plural e antirracista, o Capítulo III foi proposto para refletir sobre a importância de uma Educação Antirracista, da importância em contemplar pensadores e pensadoras negros no debate intelectual nos livros didáticos, em refletir na desnaturalização dos currículos eurocentrados seja na academia, seja na educação escolar. Para este aporte teórico, recorreremos a Nilma Lino Gomes (2023), Nascimento (2016) Almeida (2019) Carneiro (2005), Woodson (2021), Bento (2023) Silva et. al. (2019) Pinheiro (2023) Nascimento (2021). Autoras e autores que pensam uma educação antirracista e dialogam sobre o racismo, o eurocentrismo acadêmico e escolar. Da necessidade na desnaturalização e desconstrução de uma narrativa e prática de uma branquitude epistêmica, por uma epistemologias negras e plural visando a uma sociedade consciente e coerente com sua história e seu povo.

E no último capítulo, analisei os livros didáticos de sociologia aprovados pelo Plano Nacional do Livro Didático de 2018 a partir da análise de conteúdos de Bardin (2011), identificando a presença negra nos livros e como eles estariam dispostos no material. Para isso, foquei na análise dos Guias dos Livros, disponíveis no portal do MEC, e assim foram analisados na sequência os 5 livros físicos do estudante, quantificando e qualificando os autores e pensadores negros presentes nas respectivas matérias. Busquei assim, perceber as epistemologias negras e/ou o epistemicídio nos livros didáticos do PNLD de sociologia de 2018.

Sendo assim, para compreendermos a dimensão social, cultural, política que o livro didático assumiu, iniciamos o presente estudo situando historicamente como o livro didático surgiu no Brasil, especialmente o livro de sociologia, identificando os caminhos que levaram a consolidação do livro didático como política pública.

1 O LIVRO DIDÁTICO

“O material didático não pode ser visto como um simples transmissor de informações, mas como um instrumento de diálogo entre o professor, o aluno e o conhecimento.” (FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. 1996).

Esta pesquisa busca compreender o livro didático, mais especificamente, os livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), sob diferentes perspectivas, pensando também nos diferentes recortes e marcadores que fundamentam nosso tempo. Saber e perceber os interesses que guiam a escolha dos textos e a forma de abordagem que o texto didático é organizado tende a dizer e contribuir muito para o pensamento escolar. Ao mesmo tempo, o livro assume um papel simbólico e complexo na sociedade, havendo ainda a definição desse recurso como uma “produção marginal” destacada por Bittencourt (1993).

Ao usar o livro didático, o leitor estabelece uma relação de leitor/questionador diante do que está lendo. Cria-se, portanto, uma imagem simbólica de aprovação ou negação da proposta escrita, a partir de tais inquietações, destaca-se que nosso foco está na disposição, presença, distribuição e circulação do pensamento teórico de pensadores e pensadoras negras nesses livros didáticos que circulam em milhões de mãos de estudantes e professores brasileiros, ano após ano.

Ao nosso ver, o livro didático é utilizado como:

- a) material apoio aos professores na preparação das aulas;
- b) material de pesquisa e fundamentação para estudantes, seja em sala ou fora do espaço escolar por direcionar e fundamentar determinadas propostas;
- c) esboço e complemento tanto na prática docente quanto discente diariamente.

O livro didático é, portanto, um produto, e continua sendo para muitos estudantes um guia, servindo de base para pesquisa, estudos, atividades de casa, mesmo ainda competindo com a internet e todas as suas facilidades, pois conquistou um caráter de confiabilidade tanto para estudantes quanto professores.

Décio Gatti Júnior (1997), ao analisar o livro didático, reitera que esse material assumiu uma centralidade como instrumento pedagógico da cultura escolar, que acabou por tornar os livros didáticos em si em um objeto privilegiado, estabelecendo-se desde a educação infantil ao ensino médio, alcançando até determinados cursos de graduação. Para o autor, essa assertividade e centralidade do livro didático no

Brasil está relacionado ao processo de ensino-aprendizagem por possuir um escopo de saberes organizados, dirigidos por órgãos que os validam como objeto de referência intelectual. (Gatti Júnior, 1997 p.34).

O livro assume um espaço sagrado diante a formação, condução e orientação educacional no estabelecimento de planos e projetos pedagógicos seja para o corpo docente, seja para o corpo discente, seja para a organização. Esse material tem um poder simbólico por constituir um arcabouço de narrativas, teorias, estruturas, construídas para didatizar o conhecimento e, ao mesmo tempo, formar e informar leitor/estudante, leitor/professor.

Por estas e outras questões torna-se fundamental compreender, perceber e identificar se há presença de pensadores negros ou a ausência deles nos livros didáticos de sociologia, bem como a disposição teórica negra na seleção contemplada pelo Plano Nacional do Livro didático de 2018. Faz-se necessário um recorte histórico para entender as dinâmicas da construção do livro didático enquanto produto, enquanto referencial e objeto simbólico de um tempo. É fundamental para o leitor compreender o movimento político e ideológico do livro enquanto produto cultural e todas as complexas interpretações e formulações a respeito da base intelectual e teórica presente neste material (livro didático) que ainda é um referencial para professores e estudantes na Educação Básica.

Mas o que é ou como o livro didático é compreendido no meio acadêmico? Quais interpretações fundamentam o saber científico a respeito do livro didático ? Segundo a Circe Bittencourt (1993), o livro didático é:

uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencente aos interesses do mercado, mas é também depositário dos diversos conteúdos educacionais, suporte privilegiado para se recuperar os conhecimentos e técnicas consideradas fundamentais por uma sociedade em uma determinada época. Além disso, ele é um instrumento pedagógico inscrito em uma longa tradição, inseparável tanto na sua elaboração como na sua utilização das estruturas, dos métodos e das condições do ensino de seu tempo. E finalmente, o livro didático deve ser considerado como um veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. (Bittencourt, 1993, p.14).

O livro corresponde a “fontes de registros de experiências e de relações pedagógicas ligados à política pedagógica da época”, sendo um produto do seu tempo, de uma sociedade, um arcabouço cultural e social (Gatti, 1997 p.30). Pode ser entendido como espaço de ideologias, de construção política. Além de contar com o

interesse econômico, o livro didático assume um importante ambiente para a construção de repertórios, posicionamentos e ideias. Abre-se, neste sentido, espaço para a reflexão a respeito da significativa função que o livro assume no ambiente escolar.

Outra definição pertinente a respeito do livro didático é de Ana Martina Baron Engeroff (2017) segundo a autora

O livro didático, por ser multifacetado, é um objeto privilegiado de análise, uma vez que nele se condensam numerosos interesses, intenções, intervenções e regulações, sendo resultado do trabalho e da participação de autores, de editores, da imprensa, do distribuidor, do professor, das autoridades etc. (Engeroff, 2017 p.25).

Compreendendo e reforçando o simbólico espaço que o livro didático ocupa socialmente, Alain Choppin (2004, p. 553) ressalta que o livro didático por si assume quatro funções essenciais, variando conforme o ambiente, tempo e espaço. Para o autor o livro assume:

I – função referencial que segundo ele corresponde a uma tradução do programa, do currículo.

II – função instrumental, pois, segundo o contexto, facilita a memorização dos conceitos e conteúdos, auxiliando no método e processos de aprendizagem.

III – função ideológica e cultural, pois reafirma vetores das classes sociais, demonstrando um valor identitário.

IV – função documental, ao revelar e apresentar possibilidades textuais, imagens, de um tempo preciso.

Ao buscar definições a respeito do livro didático, reconhecemos que não há uma, mas várias definições e interpretações possíveis, tensionamentos ideológicos, críticas, defesas que variam de pesquisa, tempo e espaço. Mas o que há em comum entre as pesquisas é o entendimento do livro didático como um repertório simbólico e cultural que assume e traz consigo um valor temporal, ideológico de uma classe.

1.1 BREVE HISTÓRIA DA ORIGEM DO LIVRO DIDÁTICO À CIRCULAÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL

Marco Antônio Silva (2012) afirma que os materiais didáticos teriam surgido desde a época Clássica na Grécia Antiga, nesse período de grande efervescência cultural, teria Platão sugerido que fossem produzidos livros de leitura (p.807). Nesse período, esses primeiros manuais escritos se baseavam em textos compelidos em couro e mais tarde em pergaminhos.

Sabe-se que, com o passar do tempo, o modelo real dos livros didático passa a ser difundidos por diferentes grupos sociais da época, especialmente, a partir do século XVI, com o advento da prensa de Gutemberg, fazendo com que essas produções literárias deixassem de ser exclusividade da Igreja Católica, fazendo parte de outras classes sociais da época (Apolinário, 2020, p. 10).

Os livros didáticos “estabelecem grande parte das condições materiais para o ensino e a aprendizagem nas salas de aula de muitos países através do mundo” (Gatti Júnior, 2004 p. 32). A exemplo, se pensarmos em como as produções didáticas formavam modelos de sociedade e pensamentos no caso do Brasil Imperial e o surgimento dos primeiros manuais que eram franceses, esses materiais importados foram a referência para a cultura e educação no Brasil inicialmente. Isso aconteceu mesmo com a Imprensa no Brasil desde 1808, pois a publicação e produção de livros didáticos ainda não era uma prática ou possibilidade para o nosso país. É por isso que quando pensamos na história do livro didático desde seus primórdios até os dias atuais, é de extrema importância pensarmos também sobre os eventos históricos e políticos que fomentaram e direcionaram a produção dos materiais de ensino.

No caso dos primeiros livros de sociologia, também não houve grande diferença em relação aos primeiros manuais, eles eram traduções de obras estrangeiras inicialmente.

Se os primeiros manuais eram apenas reproduções da literatura francesa, foi a partir do então Governo de Vargas (1930-1945), que se começou a pensar o Brasil, estudando e compreendendo as dimensões do país um sob o olhar sociológico. Sendo assim, os livros de sociologia gradativamente passaram a ser escritos por brasileiros e pensados sobre os fatos e o panorama nacional.

1.2 DA INSERÇÃO DA SOCIOLOGIA COMO CIÊNCIA AO PROJETO DO LIVRO DE SOCIOLOGIA NO BRASIL

O ingresso de livros didáticos no ensino brasileiro iniciou a partir do Século XIX e percorreu todo o referido século em debates e discussões entre figuras públicas como Presidentes de Províncias, Senadores e Ministros do Estado. Buscaram em conjunto elaborar um “projeto que insistia sobre a necessidade de se construir livros seguindo modelos estrangeiros, notadamente franceses e alemães” ou que fossem adaptações ou traduções de obras de referência (Bittencourt, 1993, p.29).

Entretanto, outro movimento entre os mesmos agentes públicos do Império estabeleceram e enfatizaram a necessidade em ter obras genuinamente brasileiras e que focassem em questões do Brasil, essas medidas ocorreram com maior fervor a partir da segunda metade do século XIX. Para reforçar essa tese, Circe Bittencourt (1993) destaca um trecho do Relatório Oficiais sobre Instrução Pública relativa a escolarização no período do Império no Brasil, José Veríssimo (1985) reforça que:

(...) é preciso promover a favor da educação nacional, uma das mais necessárias reformas é a do livro de leitura. Cumpre que ele seja brasileiro, não só feito por brasileiro, que não é o mais importante, mas brasileiro pelos assuntos, pelo espírito, pelos autores trasladados, pelos poetas reproduzidos e pelo sentimento nacional que o anime.

Para Bittencourt (1993), essa reafirmação de uma mudança da produção didática só ocorreu graças aos avanços abolicionistas, ao processo imigratório e à urbanização, tudo isso fez com que o movimento encabeçado pelo partido liberal assumisse um ideal de transformação que percorreria inclusive a questão educacional, pois havia um interesse em reconstruir e criar uma brasilidade cultural e educacional.

Os primeiros manuais de sociologia ajudaram a construir gradativamente uma estrutura, sistematização e institucionalização do pensar e saber científico no país ao selecionar temas que ajudaram a consolidar e solidificar a ciência social e a preocupação em tecer uma cientificidade em relação às questões da sociedade brasileira. A preocupação em relação ao "modo como o conhecimento sociológico foi reunido, sistematizado, legitimado" (Meucci, 2000, p.06) ajuda a compreender que

havia objetivos e intenções dos grupos acadêmicos que buscavam dominar este novo campo de saber em nosso país.

Segundo a autora, ao longo das primeiras décadas do século XX, vinte livros didáticos de sociologia foram publicados no Brasil, essas publicações correspondiam a “livros introdutórios, compêndios, tratados, dicionários, coletâneas de textos e periódicos destinados ao ensino secundário regular” (p.07). Em tese, Meucci percebeu que essas obras foram paulatinamente reeditadas várias vezes, mantendo assim, uma contínua permanência de uma circularidade de um pensamento social comum para o campo da sociologia na época, limitando-se a cinco autores e suas respectivas obras. É interessante notar aqui a riqueza de informações quanto ao pensamento social da época, pois há uma concisa e limitada relação teórica de autores no período abordado pela pesquisadora.

Para a autora a publicação expressiva na década de 1930 no Brasil refletia a intenção em consolidar a sociologia como área do saber institucionalizado, atrelada aos cursos de ciências sociais tanto no ensino secundário, quanto ao ensino superior e também ao interesse de um mercado editorial voltado para os estudos da área da sociologia.

Meucci (2000) reforçou a existência, no período do grande *boom* do livro didático, em especial os manuais de sociologia, de uma concentração da produção desses manuais predominantemente no Sudeste do Brasil. Reforçando o regionalismo da circulação e produção intelectual nos materiais didáticos distribuídos e comercializados no Brasil desde 1930. Tendo como proposta a elaboração de um projeto de intervenção política, normatização ou formação cívica, ou, para uma elaboração de uma consciência científica (p.13).

Ao passo que os estudos da sociologia como ciência assumiam um compromisso político e social sob a lógica de uma política nacionalista, percebe-se que a construção, produção e circulação dos livros de sociologia eram também focadas no desenvolvimento intelectual nacional, mesmo que esses materiais tivessem uma rica influência da Escola Francesa, acompanhados da busca frenética em construir uma identidade própria da sociologia brasileira na primeira metade do século XX em nosso país.

A nação era quase uma obsessão entre. Buscaram, através de análises históricas sobre a colonização do país e a literatura brasileira, compreender a formação nacional e o nosso lugar político e cultural entre as nações do

mundo. Inventariaram nossos problemas no campo e na cidade” (...) Fernando de Azevedo, Gilberto Freyre, Carneiro Leão e Delgado de Carvalho foram, no Brasil, os grandes responsáveis pela introdução da sociologia no ensino secundário e normal e pela mobilização favorável à fundação dos cursos superiores de ciências sociais na Universidade de São Paulo e na Universidade do Distrito Federal. (Meucci, p. 17, 2000).

A busca incessante em construir uma disciplina que respondesse os anseios da sociedade da época, atrelados ao interesse às abordagens teóricas e metodológicas adotadas em sala de aula pelos autores/professores, fez da sociologia um espaço de debate, de construção intelectual, para o período histórico. Percebe-se que nas leituras e interpretações a respeito da formalização, construção dos livros e manuais de sociologia no Brasil, havia uma necessidade de responder os problemas nacionais e também contemplar os olhares e as próprias impressões dos professores que lecionavam essa disciplina nos cursos de formação de professores e no ensino superior. A sociologia, em suas primeiras décadas, é construção, reflexão e confirmação de ideais propositivos e já fomentados, dando sentido e institucionalização da proposta vigente entre seus defensores.

Os primeiros escritos de sociologia foram resultados de pesquisas e estudos de pensadores do direito no Brasil, em especial professores e teóricos da sociologia criminal, relembra-se aqui que há somente a partir de 1930 houve uma tentativa incessante na “substituição de livros didáticos estrangeiros por nacionais”. Por não haver uma fundamentação acadêmica e precisa dos estudos sociais, muitos dos que viriam a ser grandes escritores, autores consagrados da sociologia fizeram estudos avançados fora do Brasil como foi o caso de Delgado de Carvalho e Gilberto Freire (Meucci, 2000 p.16).

Desta forma, em relação ao modo como a sociologia surge no Brasil, destacam-se algumas premissas como o fato de:

- a) ter por objetivo uma investigação sociológica do Brasil;
- b) ter os primeiros livros sociológicos atrelados ao campo do direito;
- c) ter a produção teórica dos primeiros livros de sociologia embasadas principalmente em resultados de estudos e pesquisas de aulas ministradas por professores nos cursos de formação de professores;
- d) serem produtos de autores com “notório saber”, seja pela prática docente ou seja pela inclinação aos estudos sociais.

Em resumo, percebe-se que, ao longo dos textos e dissertações a respeito do surgimento da sociologia no Brasil, é interessante notar o papel que esta ciência apresentava no campo intelectual. Ora como um caminho fértil para a construção de um pensamento social, ora como uma base para outras áreas frutíferas, como o curso de direito. Percebe-se aqui, que a sociologia não teve inicialmente no Brasil uma solidez do seu próprio discurso científico, mas sim um suporte técnico para a formação de olhares ao campo jurídico ou à construção de novos olhares aos estudos da sociedade Brasileira.

A sociologia no Brasil, desde muito cedo “aparece” na transição da história como uma possibilidade, mas nunca como uma certeza, uma concretude científica, visto que sempre houve uma recusa a sua continuidade, principalmente por disputas políticas educacionais, ou, por concepções ideológicas fomentadas pela elite intelectual ou governamental.

A partir dos estudos de Nora Krawczyk e José Claudinei Lombardi (2018), pode-se afirmar que a exemplo foram, e ainda são, as constantes tentativas de desmonte por diferentes grupos negacionistas e fascistas que gerenciaram espaços públicos e reforçaram entre seus pares que os estudos sociais, em especial, a sociologia, estariam a serviço de uma militância socialista/comunista e que estariam voltados ao fim da moralidade e dos valores, disseminando e intensificando o “Discurso de Gênero” nas escolas para os adolescentes. Essas e tantas outras narrativas foram intensificadas explicitamente por agentes públicos, instituições financiadas e financiadoras de vídeos, mensagens, sites, propagando informações falsas e corroborando para falsas impressões quanto ao pensamento sociológico na última década em nosso país.

A sociologia em nosso tempo, seja no âmbito educacional para estudantes do Ensino Médio, seja na Universidade como curso de graduação ou como pesquisa científica requer ainda mais atenção diante das constantes tentativas da invalidação do saber científico e acadêmico que a sociologia representa.

Desta forma, pensar a sociologia hoje, é pensar na resistência de um saber científico que sempre teve todos os possíveis motivos para a sua extinção por completo. É defender a lógica racional de um olhar social pela sociedade e todas as suas identificações e marcadores que viabilizam questões fundamentais para os debates científicos.

É tencionar entre os campos de estudos e estudiosos, para que haja a promoção de construções científicas para a sociedade, percebendo as fragilidades ainda presentes e constantes no saber sociológico.

1.3 O LIVRO COMO MERCADORIA NO BRASIL

Para pensar a produção do livro didático de sociologia como produto, foi utilizada a análise feita por Simone Meucci (2014) por ser uma das maiores autoridades no assunto, sendo ela uma das pioneiras na análise e mapeamento do livro didático de sociologia no Brasil. Seu trabalho é referência nacional e internacional pela relevância acadêmica e profundidade na abordagem. Segundo a pesquisadora, os livros didáticos são atualmente uma das maiores fontes de lucros para as editoras, sendo responsáveis por mais de 50% no faturamento total comercializado (2014, p. 213). Ao pensar sobre esse faturamento, destaca-se que o montante comercializado é fruto de política pública, pois o Governo Federal é ainda o maior comprador das obras didáticas produzidas pelas editoras que por sua vez distribuem-nas em nível nacional para todas as escolas públicas estaduais do país.

As editoras, ao longo do ano, buscam seguir os rigores e proposições apresentados nos editais do Plano Nacional do Livro Didático com o objetivo de serem selecionadas pelo órgão responsável pela avaliação para então concorrerem aos editais de seleção de obras.

Entretanto o livro didático é apenas o resultado de um longo processo de acordos logísticos, financiamentos, parcerias, recursos, investimentos e pesquisas. Para que o livro didático chegue até o estudante, é necessário atentarmos ao seu processo mercadológico, por isso que será feito aqui um exercício para além do produto final que contribuirá para o pensamento do livro para além da materialidade e função didática.

O livro didático, desde sua idealização até a versão que é comprada, seja em modelo digital ou versão impressa, requer uma série de profissionais das mais diversas áreas atuando em conjunto. Esses profissionais selecionam desde o tipo de abordagem nos capítulos até imagens, tipologia de fontes, diagramação, fundamentação teórica, é por isso que Meucci (2014) afirma que a produção de um livro didático é uma produção coletiva (p. 211).

Para além dos editais e pareceres, há também um interesse e uma busca incessante pela aceitação do leitor/estudante e do professor/avaliador. A forte e massiva atuação docente na elaboração dos livros didáticos e as pesquisas de qualidade seguem na tentativa de perceber o alcance e aceitação dos materiais ofertados por parte das editoras.

Sobre as quais Meucci (2014, p. 211) afirma ser importante “destacar que parte da indústria de livros didáticos (a mais significativa em termos de faturamento) pertence a conglomerados de empresas de comunicação e entretenimento”, sendo as duas empresas maiores a Editora Ática do Grupo Abril e a Editora Moderna do Grupo Santillana. Ambas as editoras compõem um forte monopólio e uma desigual concorrência para as demais editoras nacionais, por possuírem recursos capazes de elevar seus materiais a qualidades impressionantes, em todos os sentidos, seja para o estudante, seja para o professor. Cabe aqui uma observação da análise feita pela autora “o livro didático aparece, nesse sentido, como um produto ordinário da indústria cultural. Seu formato, ilustrações, exercícios, recursos, boxes e colunas o aproximam da estética das revistas semanais.” (p. 212).

Independente dos questionamentos iniciais que possamos fazer, é fundamental pensar no livro didático como um recurso didático-pedagógico sim, de fundamental importância para diferentes níveis e áreas do conhecimento, por sistematizar as informações, as teorias, auxiliando professores na elaboração das aulas. É um produto cultural por fazer parte de uma série de produtos de empresas, conglomerados que buscam lucros nos diversos meios econômicos, dentre eles, na produção e venda de livros didáticos.

Para que o Governo Federal compre os materiais produzidos pelas Editoras, elas devem atentar-se a todas as orientações, especificações e determinações apresentadas em editais do Programa PNLD. Para isso, buscam alinhar propostas didáticas a Professores Universitários de renome nacional, Professores da Rede Pública e Privada com amplo conhecimento na área de atuação, além de buscar contatos diretos com pareceristas dos Editais de Avaliação do PNLD.

(...) Frequentemente, a elaboração dos livros didáticos tem como meta o cumprimento das exigências dos editais do Ministério da Educação – para imediata ou futura aprovação no PNLD. Por isso, autores, editores e toda equipe responsável pela produção dos livros estão não apenas em diálogo com professores e alunos imaginários postos no ambiente (também

imaginário) da escola, como também estão dialogando secretamente com pareceristas anônimos. (Meucci, 2014 p.214).

Percebe-se que desde a idealização à compra dos livros didáticos por parte do Governo Federal, esse processo vai muito além da parte didática e de conteúdo. O livro acaba sendo tratado como um objeto, produto da indústria cultural, um produto de mercado que tem como proposta ser comercializado.

As editoras tentam alinhar as exigências do Mec propostas em editais de fomento. Entretanto nessa corrida por aprovação dos editais existe uma preocupação em trazer para a escrita os autores de renome, mesmo que nunca tenham trabalhado diretamente com jovens estudantes da rede pública, com isso a falta desses profissionais da prática docente, é sentida pelos professores.

Neste sentido, Meucci (2014) reforça em sua análise que entre os livros estudados em uma de suas pesquisas, há um cenário em que de um lado tem-se autores renomados, mas com nenhuma experiência docente e do outro autores do chão da sala de aula, com ampla experiência didática, prática docente, mas com pouca ou nenhuma visibilidade acadêmica. Essa união entre a academia e a prática docente constituiu-se como um dos elementos básicos para a promoção da qualidade e objetividade do manejo e fundamentação dos livros didáticos. Teoria e prática alicerçadas para a promoção do conhecimento.

Além da produção teórica, a pesquisa e a preocupação didática, há outros fatores relevantes na produção do livro didático de sociologia no Brasil que são apontados pela pesquisadora nas propostas das páginas desses manuais (Meucci, 2014), como a escolha do papel, a diagramação, a disposição das imagens, cores, fontes, a tipografia.

Tudo é muito bem pensado e analisado para que o livro não seja para o estudante um material denso e cansativo aos olhos, mas sim que proporcione prazer e interesse. Neste sentido, há três formas, modelos de apresentação, dos textos propostos pelos autores dos livros didáticos de sociologia na atualidade segundo Meucci (2014): O topicalismo, o nominalista e o contextualismo. Nas palavras da autora,

(...) Em primeiro lugar, há o que chamaremos topicalismo: uma redação organizada em tópicos, estratégia que visa demarcar um conteúdo num lugar específico. (...) Em segundo lugar, identificamos o nominalismo como uma técnica importante que caracteriza a escrita do livro didático. Consiste na

estratégia de nomear os fenômenos para possibilitar a compreensão de suas características, correlações e implicações. (...) Em terceiro lugar, temos o fenômeno do contextualismo que se manifesta de duas maneiras distintas nos livros didáticos. Há o contextualismo que busca ilustrar esquemas teóricos de uma ciência descrevendo situações corriqueiras que exemplificam a abstração científica. (...) Outra espécie de contextualismo é aquele que se caracteriza pelo esforço de discorrer acerca do desenvolvimento histórico de determinado fenômeno (Meucci, 2014. p. 215).

A estrutura e organização refletidas podem também ser aplicadas e reconhecidas em todos os materiais de Sociologia sobre os quais nos propomos dialogar referente ao PNLD de 2018.

Na elaboração dos materiais didáticos, os livros destinados ao professor são diferentes e muito mais completos do que os materiais entregues aos estudantes. Geralmente, apresentam um caderno inicial ou final de sugestões com textos extras, a estrutura curricular, a explicação do racional por trás da formação e das decisões tomadas pelos autores em cada seção didática, além de propostas complementares com informações, recortes, sugestões extras e uma diagramação toda pensada diretamente para professor da sala de aula com orientações para que possa dar sequência didática a um determinado assunto.

Como pode-se perceber, as editoras buscam diferentes meios e possibilidades para que esses livros didáticos sejam atrativos, barganham mais e mais estudantes e professores. Visam a um público misto, respeitando a diversidade técnica ao mesmo tempo que direcionam para a tecnologia a serviço do conhecimento. Aproximando o livro físico, de recursos digitais.

Os livros, com seus encartes que em muito se parecem com revistas ou livros da cultura pop, agregam informações, valores institucionais, mercadológicos, acadêmicos. Tudo em um mesmo pacote com proporções variadas de acordo com a finalidade e a intensidade de cada autor ou autores.

O livro é uma mercadoria sim, mas é preciso reconhecer que mesmo sendo um produto cultural, é um artefato cultural, representa ideias e assume para muitos professores e estudantes um direcionamento de estudo, um caminho de acesso a informações iniciais.

Podemos compreender o livro como uma porta para possibilidades, para iniciais investigações, seja por parte do professor, seja por parte do estudante. Pelo professor, pois ele terá acesso a teorias possíveis do mundo acadêmico, possibilitando a pesquisa e o aprimoramento a partir de temas, trechos de livros, indicativos de filmes

e, pelo estudante que têm a sua disposição um caminho de informações condensadas, estritamente pensado para que ele possa aprimorar e florescer seu potencial, por meio de pesquisas em outros depositórios de informações, neste caso podemos chamar a atenção para a internet, que em nossa atualidade é a amplitude e o recurso que o estudante dispõe com acessibilidade seja por meio de *smartphones* ou computadores.

Ao estudar nos livros em sala de aula, o aluno tem a possibilidade de extrair palavras-chave, frases e citações, fatos descritos, termos complexos vistos em aula e que por meio da internet, pode adquirir mais informações, obtendo assim um conhecimento validado atrelado ao ensino da sala de aula, auxiliado pelo professor, tendo como recurso físico, material o livro acessível e direcionado ao tema proposto, dando início a uma construção de um saber possível.

1.4 O LIVRO DIDÁTICO COMO UM ARTEFATO CULTURAL

Como um suporte essencial e importante para professores e estudantes, dentro e fora da sala de aula, o livro didático é fruto de uma produção cultural e social de um tempo, corresponde a significados, valores, formatos, estruturas, abordagens que foram projetadas, idealizadas e concebidas em dado momento histórico, fatos e circunstâncias que influenciaram seja na concepção e projeto editorial do livro didático, seja nas linguagens, teorias e abordagens teóricas em evidências. Todas essas questões estão presentes na elaboração do livro didático escolar. Sendo assim, compreende-se que os livros didáticos são exemplos de artefatos culturais.

Para ampliar nosso entendimento de artefato cultural, é fundamental saber que:

(...) os artefatos culturais não têm significados únicos, fixos e intocáveis, seu significado depende do que eles significam em determinado contexto, como o exemplo da palavra pedra, que pode significar desde um marco, até uma escultura passando por subjetivos conceitos de dificuldade. (Dornelles, 2010).

Desse modo, ao identificar e reconhecer que os livros didáticos são exemplos de artefatos culturais, parte-se do pressuposto de que os artefatos são definições complexas de símbolos, marcações, identificações materiais de um período, de um povo, de uma identificação social e temporal num dado contexto. São exemplificações

simbólicas da materialidade de um grupo e de uma sociedade. São manifestações materializadas que remetem a um valor, ou valores, ideais, compromissos ideológicos e culturais de uma sociedade, de um grupo. Destarte:

A escola produz e reproduz conteúdos e identidades culturais. Reproduz porque faz parte da sociedade, participa das representações que, nela, circulam. A escola também é produtora de cultura, por ser um microcosmo com capacidade de elaboração de práticas particulares, conforme as circunstâncias e os indivíduos que nela convivem. (Ferreira, 2006. p. 65).

Então, ao reafirmar que a escola é o espaço, a área cultural, o livro assume o papel de artefato cultural e simbólico. Por remeter valores, considerações históricas, identidades, relações de poder, ideologias, seja na própria concepção material, seja no manuseio, no uso e no valor que se atribui ao objeto material durante as aulas por professores e estudantes.

Para Bandeira e Veloso (2019), o livro didático é um instrumento de construção de identidade, reconhecido como um símbolo de poder, assumindo um importante papel político e um espaço de poder e de debate teórico e simbólico.

Ao representar tais teorias, ao ser utilizado de diferentes maneiras ao longo do ano letivo pelos professores e estudantes, o livro traz um importante simbolismo consigo e para toda uma comunidade, porque reforça ideais preestabelecidos ao mesmo tempo que assume um espaço material de suporte no processo de ensino e aprendizagem direta e indiretamente na formação e consolidação do aprender em sala de aula.

Sendo assim, ao reafirmar a existência de que os livros são exemplos claros e pertinentes de artefatos culturais, assumimos a ideia de que os livros estão em um espaço social, cultural, com agentes sociais (professores e estudantes).

Os livros didáticos carregam textos que remetem a valores, imagens que simbolizam concepções de “verdades” repletas de direcionamentos ideológicos. Os livros são claramente espaços de poder, de relação simbólica, de ideais. Ao folhear, anotar, pesquisar, ler, imaginar situações hipotéticas, projetar conceitos e refutar dúvidas, os livros passam a assumir outros marcadores fundamentais para o estudo e entendimento social, cultural e político.

1.5 A IMPORTÂNCIA AFETIVA E SOCIAL DO LIVRO DIDÁTICO

Em um ambiente escolar, dentre todos os materiais comuns pertencentes ao espaço, considerados aqui elementos culturais, tem-se a carteira, o quadro e giz, cadernos, lápis, borracha, estojos escolares, uniformes e os livros didáticos. Nesse ambiente, os livros como produtos de um tempo, auxiliam estudantes e professores, são materiais que ao longo de todo o ano letivo se fazem presentes.

Ao início de cada ano letivo, os estudantes recebem os chamados “kits de livros didáticos” para auxiliá-lo ao longo de todo o ano letivo e que cabe ao estudante preservar para que outro estudante do próximo ano possa fazer uso dele.

Essa sensação e pertencimento de identificação e cuidado com o material é de inteira responsabilidade do estudante, entretanto, a família em certo modo, ajuda-o a zelar pelo material ofertado. Encapando-o, colando diferentes capas, para que a integridade das capas sejam preservadas e estejam em perfeito estado de conservação para o ano seguinte.

Cada aluno, e cada professor que utilizou o livro didático se apropriou do mesmo de maneira diferente, o que permite que a história seja narrada de maneiras diferentes. O livro didático é uma poderosa fonte de informação, que permite essas múltiplas possibilidades. (Mendes, Custódio, Eggert-Steindel, 2017, p.08).

Ao relacionar o contato entre o estudante e o professor com o livro didático constrói-se uma relação de afeto, uma ação social de preservação, cuidado e zelo. Abrindo a possibilidade de emoções, sentimentos de reconhecimento e pertencimento do sujeito a materialidade.

O Ser humano na sua essência é um ser dotado de expressividade, comunicação e afetividade. As emoções e a afetividade marcam todo o processo de construção individual, social, intelectual do ser humano no decorrer da vida. (SILVA et. al. 2019).

Pensando o livro como um produto material e um objeto em que são depositados valores e ideais, pode-se então, passar a considerá-lo como um espaço de afeto. Do estudante ao zelo, ao cuidado, a forma de manusear o livro, como ao professor que adota um ou mais livros ao seu cotidiano didático, devota um carinho, um respeito, uma atenção e, um cuidado preciso ao material que possui.

A afetividade é um tipo de sentimento que os seres humanos constroem ao longo do tempo, de acordo com as experiências pessoais. Tendo como ingredientes as mais variadas maneiras de relacionar o sujeito com os diferentes recursos materiais, sujeitos, espaços. Já o livro, por possuir um valor simbólico, temporal e político, assume também esse lugar de afeto no espaço escolar. “Pensar a afetividade, é também um processo de rememoração e construção de valores, na medida que, cada ser humano, tem experiências de vida diferentes umas das outras” (Silva et. al. p. 09, 2019).

A afetividade, em relação ao livro didático, corresponde a ação do manusear, do sentir, do contato direto com o material didático, ela auxilia na formação e construção de novos olhares sobre o saber e a construção do processo ensino-aprendizagem. Desta forma, quanto maior o engajamento afetivo, maior possibilidade de aprendizagem e atenção do estudante junto ao material e ao desenvolvimento ensino-aprendizagem.

Assim, pensar o afeto e o livro é atentar-se às diversas funções e construções/relações possíveis que podem e devem se fazer ao direcionarmos estudos sobre o livro didático e seu impacto direta e indiretamente na promoção de saberes, visto que segundo Leite e Tassoni (2000), há uma presença contínua da afetividade nas interações sociais e nos processos de desenvolvimento cognitivo.

Nesse sentido, pode-se pressupor que a interação que ocorre no contexto escolar também é marcada pela afetividade em todos os seus aspectos. Pode-se supor, também, que a afetividade se constrói como um fator de grande importância na determinação da natureza das relações que se estabelecem entre os sujeitos (alunos) e os diversos objetos do conhecimento (áreas e conteúdos escolares), bem como na disposição dos alunos diante das atividades propostas e desenvolvidas. (Leite; Tassoni, 2000, p. 09).

Ao reforçar a afetividade no ambiente escolar, percebe-se que para reconhecer o livro como um material simbólico se faz necessário não apenas o seu reconhecimento em sua materialidade e o processo objetivo, mas destacar suas variações significativas e perceptivas do estudante e do professor, tornando-se um ato subjetivo/objetivo simbólico e de necessária atenção, pois em diferentes espaços, localidades/regionalidades o livro assume diferentes percepções e posições.

A maneira como livro é gradativamente adotado pela escola e pelos professores reflete diretamente na relação do estudante com o dispositivo pedagógico. Desta forma, pensar a importância da afetividade em relação ao livro didático é pensar em diferentes percepções e possibilidades de contato, de análise e recepção ao artefato cultural e simbólico presente e recorrente ao espaço escolar.

1.6 O PNLD E O LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA

Ainda sobre as variadas possibilidades de estudos a respeito do livro didático, outro importante marcador a ser levado em consideração é pensar no Plano Nacional do Livro Didático como política pública e no processo de escolha dos livros didáticos de sociologia, selecionados para os respectivos anos de 2018/2019 e 2020.

É essencial, ao dialogarmos sobre o livro didático, perceber a dimensão política e a acessibilidade que o PNLD possui em nível nacional, pois ao mesmo tempo em que é um processo de escolha, ele viabiliza a compra dos livros, desenvolve projetos de inserção necessária para a educação básica e repassa a demanda para todo o território nacional. Assumindo assim uma potente ação política de inserção, pluralidade e acessibilidade a todos os estudantes da rede pública de ensino do país.

(...) o livro didático é o mesmo, a única diferença é que os que estão nas escolas públicas são adquiridos pelo governo através do PNLD, que premeditado ou não permitiu oportunidade para crianças com necessidades econômicas. Justamente por ser um objeto de pluralidades, foi decidido o ver através da história cultural. (Mendes, L., Custódio, M., & Eggert-Steindel, G. (2017). p.06).

Como é destacado pelos autores supracitados, o livro didático é viabilizado para todo o tipo de criança, independente da situação socioeconômica, podendo ainda ser base para uma possível equidade no processo de informações a nível nacional. A circulação do pensamento social e as escolhas dos teóricos e teorias a serem abordadas passam, por meio do PNLD, por um critério técnico que direciona o que é ou não válido, o que deve ser estrutura e apresentado em níveis educacionais.

Como nosso recorte temporal são as obras didáticas selecionadas para o PNLD 2018, é de suma importância compreender como o edital inscreve as necessidades que deverão nortear o processo de escolha do material didático. Diante desta questão, faz-se necessário para este estudo a apresentação histórica do Plano Nacional do

Livro Didático, pois por meio da historiografia a seu respeito, tem-se uma visão mais aprofundada e uma possível percepção da dimensão cultural e política que a promoção do livro didático assumiu no país ao longo do século.

Para iniciar os estudos, é fundamental saber o que seria necessariamente o PNLD e quais as etapas das histórias da concretização do Programa, bem como, como perceber sua funcionalidade estrutural e social. Por fim, identificar os editais de escolha dos livros didáticos de sociologia a partir da Lei 11.684, de 2 de junho de 2008, até o edital de 2018¹.

O PNLD, segundo define o próprio site do Governo Federal é compreendido

como um conjunto de ações voltadas para a distribuição de obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, destinada aos alunos e professores das escolas públicas de educação básica do País. O PNLD também contempla as instituições comunitárias, profissionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. As escolas participantes do PNLD recebem materiais de forma sistemática, regular e gratuita. Trata-se, portanto, de um Programa abrangente, constituindo-se em um dos principais instrumentos de apoio ao processo de ensino-aprendizagem nas Escolas beneficiadas. (BRASIL, MEC-PNLD, 2023).

Ao se deparar com a dimensão social, de inserção do programa, percebemos que o programa é uma sólida e precisa organização estatal que fomenta e direciona toda uma política de acesso ao livro. E também acaba por nortear as demandas sociais e teóricas, construindo assim uma base curricular na escolha dos livros didáticos. Cabendo a editora readequar as exigências e demandas necessárias, presentes em cada edital de inscrição e seleção. Engerroff (2017) destaca que o Plano Nacional do Livro didático é também um componente curricular, por estar envolto nas políticas públicas curriculares, por orientar e definir conteúdos, por estruturar os moldes e formatos a serem seguidos no processo de seleção e adequação das editoras.

Ou ainda, reforçando o caráter curricular que o livro didático assume, vale destacar a observação de Gatti Júnior (1997) quanto a função diretiva que o livro acaba assumindo diante o contexto social, educacional e teórico em um dado espaço.

¹ Cabe aqui uma ressalva que os livros listados e apresentados para as escolhas no PNLD de 2018 passaram por um processo de inscrição e seleção iniciada em 2015. No edital constam as informações necessárias para a inscrição e adequação das obras pelas editoras. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=39561-pnld-2018-edital-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 16 mar. 2023.

Em tese, os currículos escolares deveriam ser o principal elemento regulador dos conteúdos transmitidos nas diversas disciplinas ministradas no interior das escolas, porém, em nosso país, a realidade tem demonstrado que uma determinação curricular só consegue consolidar-se a partir do momento em que surgem livros didáticos, para uso do professor e dos alunos, que a incorporem. O livro didático, no mais das vezes, acaba por ditar o currículo escolar, especialmente nos locais onde os professores são mais desqualificados e despreparados. (Gatti Júnior, p.35. 1997).

Como podemos compreender, o livro didático assume muito mais que um simples produto de uma indústria comercial de livros, mas ao mesmo tempo é um espaço que norteia os caminhos possíveis à promoção dos saberes. Sendo assim e, percebendo tamanha dimensão que os acabam por ocupar em dados espaços e sujeitos que dele fazem uso.

O PNLD adota certos critérios para selecionar dentre os variados produtos a serem comercializados e inscritos como possíveis materiais escolares, tenciona editais e autores a pensar e repensar estratégias que auxiliam de certo modo professores e alunos na construção de narrativas possíveis aos saberes acadêmicos.

Para mensurar a dimensão do PNLD, cabe aqui, perceber historicamente seu processo/progresso ao longo dos governos. No próprio site do Governo Federal, MEC, na seção: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), encontra-se um resumo para quantificar a dimensão histórica que tal programa assume em comparação às outras propostas e políticas públicas governamentais.

Segundo o que consta no próprio site, o PNLD “é o mais antigo programa voltado à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileira”. Tal confirmação apresentada via site é decorrente ao período que tal programa teria sido iniciado, mais precisamente no ano de 1937. Com a Lei 93 de dezembro de 1937, que instituiu a criação do Instituto Nacional do Livro.

Dentre as orientações e sanções apresentadas em lei, destacam-se os Art. 2º o que competirá ao Instituto:

a) organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, revendo-lhes as sucessivas edições; b) editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional; c) promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros d) incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional. (BRASIL, DECRETO-LEI Nº 93, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1937).

Mostra-se que a função do governo era construir e solidificar uma atuação direta à publicação e estruturação de obras de cunho didático educacional, ao mesmo tempo preservar a identidade cultural e social do país, por meio da preservação e do resgate de obras de cunho de interesse nacional, ao mesmo tempo, valorizando e barateando a publicação nacional. Ainda no decreto, mais precisamente no Art. 6º, o que chama a atenção é que os livros não seriam distribuídos gratuitamente senão às bibliotecas públicas e a elas filiadas, mas sim, teriam a possibilidade em compras a baixo custo das obras a serem publicadas.

A Lei nº 1.006 de 30 de dezembro de 1938, do então Governo de Getúlio Vargas, institui a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) em que cabia à Comissão, dentre as prerrogativas, examinar os livros didáticos, estimular a produção e orientar a importação de livros didáticos; indicar livros didáticos notáveis e que mereciam ser produzidos, sugeria a abertura de concursos para a produção de livros necessários e ainda não existentes no mercado, tornando efetiva a aplicação da lei a partir de janeiro de 1940.

No Decreto da Lei nº 8.460 de 26 de dezembro de 1945 ficou estabelecida a regulamentação quanto a elaboração e a utilização do livro didático em território nacional, no art. 2º estabeleceu-se normas para a importação de livros didáticos, definiu-se o conceito de livros didáticos, compêndios e livros de leitura de classe. Inclusive restringiu-se do professor a escolha do livro a ser utilizado pelos estudantes.

Durante a Ditadura Militar (1964-1985), acordos entre o MEC e o USAID (*United States Agency for International Development*) estabeleceram vários convênios de assistência técnica e cooperação financeira destinada à educação e ao comércio, produção e coedição do livro didático. Esses acordos foram iniciados em 1964, tendo sua finalização no ano de 1976.

Na Ditadura Militar (1964-1985), com o Decreto de Lei nº 77.107 de 4 de fevereiro de 1976, o Governo Federal assumiu a compra de parte dos livros didáticos que seriam distribuídos no país, criando a Fundação Nacional do Material Escolar (Fename) assumindo a responsabilidade do programa do livro didático.

No Regime Militar, mas sem esgotar outras alterações no percurso histórico, criou-se a FENAME (Fundação Nacional de Material Escolar) no lugar do anterior Instituto, e ainda nova comissão do livro didático com programas de distribuição do livro, patrocinado especialmente pelo governo norte-americano. Tencionava-se a distribuição gratuita de livros didáticos com o controle ideológico e de mercado. (Engeroff, p. 84. 2017).

Ainda na Ditadura Militar (1964-1985), em 1983, substituindo a Fename, o Governo criou a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), incorporando o PLIDEF/INL (Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental do Instituto Nacional do Livro), assumindo o compromisso dos exames e dos problemas em relação aos livros didáticos, estabelecendo novamente a participação dos professores para a escolha desses materiais.

Somente em 1985, foi instituído o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), a partir de então, gradativamente, ano após ano, o Programa foi se adequando diante das demandas e necessidades para a promoção e desenvolvimento social e educacional, priorizando um financiamento governamental para todos os estudantes do país.

Em 1995, ocorreu a universalização para todo o ensino fundamental, contemplando os componentes de matemática e língua portuguesa. No ano seguinte, foi inserido o componente de ciências.

Entretanto é fundamental destacar que foi em 1996 no Governo de Fernando Henrique Cardoso que a educação brasileira acabou tendo um salto e solidez na forma de educação enquanto currículo. Pois entrou em vigor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Segundo os autores Hildegard Susana Jung, Paulo Fossatti (2008), até a promulgação da Lei no dia 20 de dezembro de 1996, a LDB passou por uma série de “tensões ideológicas da política brasileira, por conferências e fóruns populares” (p.54).

Pensada logo após a Constituinte da Carta Cidadã de 1988, a LDB representou uma ação coletiva de promoção, qualidade e valorização da educação básica em todo o território nacional. Sendo uma instrumentalização política voltada a garantir o acesso e permanência do estudante pautada na lei e responsabilizando, família, Estado e Municípios em prol a uma educação plural, crítica para todos os estudantes.

Em 1997, foram inseridos os componentes de geografia e história. Somente em 2003, o PNLD, com a Resolução CD FNDE nº 38 de 15 outubro de 2003, instituiu o Plano Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), sendo os primeiros estudantes do 1º ano nos estados do Norte e Nordeste, a receberem os livros de matemática e português. Em 2006, foram inseridos os livros de biologia, e em 2007/2008 os livros de história, química e física.

Por fim, em 2009, os livros de língua estrangeira moderna (inglês e espanhol), filosofia e sociologia² foram inseridos no Programa em volumes únicos e consumíveis para as três séries do Ensino Médio³. Desta forma, “é importante ressaltar que, nesse percurso, incluindo Ensino Fundamental e Médio no Programa e atendendo todo o território nacional, o Estado promoveu um grande investimento para a obtenção de material didático” (MERISSI 2020, p. 23).

Com a inserção do componente de sociologia no PNLD, a partir da obrigatoriedade no ano de 2008, em 2011/2012 tivemos a primeira escolha dos livros de sociologia, tendo sequência em 2014/2015 e 2017/2018. No guia de escolha dos livros em 2011, foi notável o caráter didático, acolhedor e humanizado quanto a forma de apresentação dos materiais, da equipe técnica e das etapas desde a inscrição dos materiais até o processo de escolha no manual destinado aos professores da Rede Pública do Ensino.

Nos demais editais, a forma de apresentação tornou-se um tanto pragmática, impessoal e mais resumida quanto à formalização entre equipe e professores da rede. No edital de 2018, percebeu-se que houve um maior engajamento tecnológico para a disposição dos manuais didáticos, estrutura e sessões direcionadas a cada componente. Contendo uma diagramação despojada com um certo uso de cores vibrantes e quentes.

Ressalva-se ainda a quantidade de livros selecionados em ambos os editais, enquanto os editais de 2012 tiveram duas obras selecionadas, no edital de 2015 foram seis e, em 2018, cinco. Percebemos basicamente os mesmos livros selecionados em 2015, também foram selecionados em 2018. Obtendo apenas algumas atualizações e mudanças na diagramação das capas e na organização dos textos estruturantes e complementares nos capítulos.

Entretanto, identificar uma contínua participação dos mesmos autores e editoras em dois editais sequencialmente, acaba por reforçar uma estrutura curricular dominante e comum, por pelo menos 6 anos. Algo que podemos deduzir a existência

² LEI Nº 11.684, DE 2 DE JUNHO DE 2008. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Com o propositivo da lei, o retorno das disciplinas de filosofia e sociologia foram reinseridos na grade curricular.

³ Vale ressaltar que apenas em 2012 que houve a primeira inserção do livro didático de sociologia em âmbito nacional, após a obrigatoriedade da lei vigente 11.684/08.

de um monopólio didático-teórico nos editais, não priorizando a pluralidade e a diversidade, teórica possíveis.

Entretanto, mesmo o PNLD com todos os possíveis problemas em relação ao monopólio de editoras para a comercialização de materiais didáticos, não podemos deixar de valorizar o composto da política pública em questão. É uma das maiores e mais significativas ações de política pública gratuita a todos os estudantes do território nacional, com o intuito de valorização, qualidade e melhoria nas ações do ensino.

2 ESTADO DA ARTE: OS ESTUDOS E DEBATES QUANTO AO LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA

“um estado da arte é um mapa que nos permite continuar caminhando; um estado da arte é também uma possibilidade de perceber discursos que em um primeiro exame se apresentam como descontínuos ou contraditórios. Em um estado da arte está presente a possibilidade de contribuir com a teoria e prática.” (Messina, 1999 p.01).

Entre as etapas essenciais para uma solidez de uma pesquisa acadêmica tem-se o estado da arte. A análise do campo investigativo é necessária ainda mais nos tempos de intensas mudanças na legislatura, nos campos de pesquisas, abordagens teóricas inovadoras. Tudo isso corrobora para mudanças e inovações.

Para Romanowski e Ens (2006), o estado da arte pode contribuir para a constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois auxilia na identificação de aportes significativos da construção de teoria e prática pedagógica, reconhecendo ainda as contribuições de pesquisas já realizadas sobre um assunto, auxiliando na sistematização de dados para o pesquisador. “Um estado da arte pode constituir-se em levantamentos do que se conhece sobre determinada área da produção do conhecimento da área focalizada (p. 41).

Ao construir um trabalho acadêmico, precisamos aferir, investigar sobre quais são os entrelaçamentos que nosso objeto está inserido. Quais as finitudes, as possibilidades ou impossibilidades dos estudos temáticos. Como o objeto de análise é compreendido ou já foi compreendido por diferentes pesquisadores.

Ao traçar uma investigação diante do objeto o estudante/pesquisador atem-se às lacunas, brechas que a pesquisa e a ciência ainda não responderam. Quais os espaços já foram mapeados e estudados. Tal consideração compreende-se no meio acadêmico como estado da arte. Esta etapa compõe como um dos mais significativos campos e espaços para tencionar a pesquisa, problematizar os caminhos e perceber a necessidade de alterações, mudanças ou focar naquilo ainda não debruçado.

As pesquisas denominadas estado da arte têm, em geral, por objetivo, apresentar um panorama do que já foi produzido para auxiliar pesquisadores em diversos aspectos, entre eles: a) compreender a configuração do campo, área ou subcampo; b) examinar os avanços conquistados pelas pesquisas já publicadas; c) apreender as dinâmicas sociais do campo, área ou subcampo, tais como as redes entre pesquisadores, os espaços ocupados e o perfil dos

autores; d) identificar as principais referências mobilizadas; e) observar os espaços produtores e divulgadores de conhecimento; f) identificar aspectos ainda não explorados e; g) identificar os principais tipos e focos das pesquisas. (Bodart, 2021 p. 294).

Partindo desta observação, neste capítulo, quer-se apresentar, por meio de um resgate, as principais contribuições e pesquisas já realizadas sobre o livro didático de sociologia. Perceber a riqueza das análises já realizadas e as lacunas que ainda necessitam de maior atenção. Reforçando, desta forma, a importante contribuição que esta pesquisa tem a oferecer para este campo de pesquisa sobre o livro didático de sociologia e os desdobramentos possíveis quanto ao rico espaço de debate, e tencionar as construções teóricas inseridas neste produto social e cultural. “O livro didático faz dele um bem cultural bastante complexo e um ‘lugar’ privilegiado para compreender mecanismos e estratégias de produção e circulação do conhecimento na sociedade.” (Meucci, 2013 p.05).

Por ser um produto de um tempo, de uma sociedade culturalmente formulada e socialmente identificada, o livro didático assume um papel fundamental para a compreensão de pensares, teorias, modos de entendimento a respeito de fatos, acontecimentos, sujeitos. Ana Martina Engerroff (2017) reforça que o didático é, portanto, referência curricular, instrumento de aprendizagem, aparato ideológico e documento de pesquisa. Ou ainda, “tem de servir de mediador pedagógico e, às vezes, como único material disponível aos professores e aos alunos, ao se estudar o livro didático deve-se ter em vista o contexto de produção dele, as relações de poder em que está engendrado” (ENGERROFF, p. 97).

Levando em consideração tal constatação, o livro didático tem um potencial inesgotável de possibilidades e análises. Choppin (2004) afirma que, como fonte de pesquisa, os livros didáticos são verdadeiros complexos e grandes volumes, pois o mesmo objeto é entendido e percebido por diferentes ângulos e abordagens. Para esse autor, os estudos a respeito do livro didático têm sido um terreno fértil de análise e pesquisa nos últimos anos, mas mapear tais produções requer um debruçar muito além do imaginado e que, muitas das vezes, pode trazer incertezas quanto às informações apresentadas nas pesquisas. A barreira linguística, os termos empregados para se referir ao livro didático e as diferentes produções (artigos, capítulos, teses, dissertações) abrangem um emaranhado de questões e marcadores que suscitam uma demanda além do esperado.

Deste modo, pensamos os livros didáticos públicos como espaços de disputa e poder, nas recentes pesquisas acadêmicas, sejam elas teses ou dissertações, nesta busca, o trabalho de dissertação de mestrado de Ana Martina Baron Engerroff (2017) apresentou uma sólida pesquisa das produções já realizadas sobre o livro didático, ensino de sociologia e as formulações quanto ao modo de produzir e circular o pensamento social brasileiro, dando ênfase aos estudos de Meucci (2000), Sarandy (2004), Gabriela Silva (2015), Handfas (2016), Souza (2017) e Maçaira (2017). Sendo dissertações e teses com ampla repercussão no meio acadêmico por fortalecer o estudo teórico sobre o livro didático e seus desdobramentos junto a formulação e constituição do ensino de sociologia.

Diante as variadas possibilidades quanto ao estudo do livro didático, percebeu-se a necessidade de delimitar o tempo, sub-dimensão/marcador de tema, a respeito do nosso objeto de estudo, o que foi de fundamental importância para elaboração das pesquisas feitas em relação a temática. Desta forma, busquei selecionar/filtrar produções que se relacionassem ao PNLD de 2018, especificamente, do componente curricular de Sociologia e que dialogassem com a temática negra. A partir da coleta dos dados necessários, fui sequenciando e fragmentando minhas buscas até chegar ao número de seis publicações⁴.

Para a realização do mapeamento de teses e dissertações a respeito da minha temática central, PNLD, Livro de Sociologia, Pensadores Negros nos Livros de Sociologia, utilizei a plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBTD), que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil⁵.

Na primeira pesquisa realizada, utilizou-se o descritor “análise do livro didático de sociologia”, obtendo-se ao todo 203 trabalhos catalogados na Biblioteca. Já na filtragem dos dados foram selecionados apenas os temas relacionados a presente pesquisa, *livro didático de sociologia com o recorte de período de 2018*, resultando em 105 estudos publicados. Ao inserir o descritor: “análise do livro didático de sociologia PNLD”, obtive-se um total de 49 publicações que dialogaram com o

⁴ As pesquisas/levantamentos referente ao nosso objeto foram realizados até o dia 28 de janeiro de 2023.

⁵ Informações contadas no próprio site. Disponível em: <https://bdtb.ibict.br/vufind/>. As razões por adotar apenas esta Biblioteca, refere-se que não é de nosso interesse o mapeamento de artigos, ou capítulos de livros possíveis ao tema proposto, mas sim uma pesquisa seja dissertação ou tese referente a um único objeto, mensurável para o nosso trabalho.

conceito livro didático, PNLD e análise do discurso. Entre todas as pesquisas destacadas na busca, foram selecionados apenas trabalhos que tivessem relação entre os temas raça, negritude, intelectuais, livro didático e sociologia. Chegando então a uma total de seis publicações. Temas como metodologia do ensino de sociologia e demais componentes curriculares não contemplados nesta pesquisa refinaram ainda mais a busca no banco de dados.

Uma nova busca com os descritores “Sociologia Pnld 2018” resultou em 30 produções, sendo apenas 2 dissertações, a de Tamara Vieira (2020) e Hainra A. A. Costa (2020). Deste modo, para dar certa riqueza ao estado da arte e destacar a importância do pensamento racial nos livros didáticos, buscaram-se destacar as 6 publicações que dialogaram sobre o livro didático de sociologia como objeto/fonte de análise junto ao debate racial (Silva, 2016; Costa, 2017; Alves, 2020; Vieira, 2020; Medeiros, 2021).

Um detalhe que foi determinante para contribuir na solidez da pesquisa foi a relevância de trabalhos que não estavam no recorte temporal que são obra do PNLD de 2018, mas que mesmo assim foram inseridas como produto a ser debatido e problematizado diante as ricas contribuições feitas e apresentadas ao leitor por serem os únicos trabalhos/dissertações com o marcador raça/negritude como objeto de pesquisa no objeto.

No entanto, os trabalhos de Samira do Prado Silva (2016) e Wellington Narde Navarro da Costa (2017) foram os únicos inseridos em nossa pesquisa mesmo estando fora do recorte PNLD 2018, devida a importância teórica e análise realizada e por serem trabalhos que abordam a temática racial no livro didático⁶.

No trabalho de Samira do Prado Silva (2016) foi destacada a interseccionalidade de raça, gênero, classe e geração permeada nos livros didáticos de sociologia a partir do Programa do PNLD de 2012 e 2015, questionando se houve ou não influências de órgãos federais para os debates quanto às temáticas de interseccionalidades no campo das políticas educacionais apresentadas na composição dos manuais escolares analisados.

⁶ A necessidade em inserir os dois trabalhos fora do nosso recorte foi em função da proximidade ao nosso objeto e tema a ser discutido. Pois foram os únicos ao longo da busca que possuem a inserção do marcador “raça” como objeto de discussão no livro didático sob o referencial do Plano Nacional do Livro Didático.

O outro estudo sobre o PNLD e que dialoga com a questão racial foi a dissertação de Wellington Narde Navarro da Costa: “Sociologia em “Mangas De Camisa”: representação do negro brasileiro nos livros didáticos”, publicada em 2017 que abordou a análise do discurso presente nos livros didáticos de sociologia – PNLD de 2017, buscando tencionar a representação do negro no livro didático a partir da concepção de Clóvis Moura e Guerreiro Ramo e Nancy Fraser, reforçando a condição do negro como subcategoria.

Em relação às publicações a partir de 2018 que se relacionam ao nosso objeto, a dissertação de Rayanne dos Santos⁷ (2021) abordou a relação étnico-racial presente em três edições do livro de sociologia *Tempos Modernos, tempos de sociologia* sob uma metodologia quantitativa, analisando como a Lei 10.639/03 foi inserida e sistematizada na respectiva produção.

Tamara Vieira (2020), em sua dissertação de mestrado, buscou analisar os livros didáticos de sociologia selecionados pelo PNLD de 2018, tendo como foco compreender como os conteúdos de história e cultura afro-brasileira estavam inseridos e distribuídos ao longo dos manuais escolares. Segundo a autora a proposta visou identificar quais os marcadores em relação a educação da história e cultura afro-brasileira e africana estavam presentes nos livros de sociologia, justificando que mesmo mais de uma década de obrigatoriedade da Lei 10.639/03 os estudos referentes a temática racial ainda carecem de maiores debates, pois “cabe à sociologia, enquanto disciplina no Ensino Médio, ser mais um espaço de construção para uma educação antirracista” (p.14).

Partindo da linha do feminismo negro, Rosana de Medeiros Silva⁸ (2021) constatou que havia uma ausência significativa de mulheres negras, de pensadoras e do debate sobre raça e gênero nos livros didáticos de sociologia, distribuídos em território nacional pelo PNLD. Para a autora essa invisibilidade correspondia a ideia de um racismo epistêmico, presente e reforçado nos currículos.

Já o texto de Hainra Asabi Alves Costa⁹ (2020) nos apresentou os resultados de sua pesquisa de mestrado sobre a presença da temática “identidade racial e transexualidade” constantes ou não nos livros didáticos de sociologia do PNLD de 2018. Abordando a análise quantitativa, a autora analisou os espaços e constantes

⁷ Mestrado pelo PROFSOCIO – UNESP - Marília SP.

⁸ Mestrado pelo PROFSOCIO – UFCG – Sumé PB.

⁹ Mestrado pelo PROFSOCIO – UNESP - Marília – SP.

inserções da temática nos cinco livros do referido PNLD. “Como o livro didático, em alguma medida, materializa o currículo oficial, ambos estão submetidos à disputa de interesses.” (p.38). Desta forma, ao mesmo tempo reforma o papel político que o livro assume, acaba por politizar a importância social que ele pode ocupar nos diferentes espaços e como a inserção de certos temas pode reverberar na formação e nas provocações internas na sala de aula.

É certo que após a leitura e a busca desses trabalhos mencionados, por meio de uma pesquisa, a partir do Banco de Dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBTD), pudemos observar lacunas e interrogações quanto às produções acadêmicas ao que se refere ao livro didático de sociologia e à questão racial e à intelectualidade negra, reforçando assim a necessidade e a fundamental importância que nossa pesquisa acaba assumindo junto às demais dissertações que até o momento fundamentam e tencionam a branquitude epistêmica da academia e da produção de livros didáticos.

2.1 DO ESTADO DA ARTE E ALGUMAS INQUIETAÇÕES

Sabendo que o livro didático de sociologia pode ser compreendido como um objeto de disputa em seus significados simbólicos, Engerhoff (2017 p. 98) afirma que a busca por estudar o livro didático ainda carece de maior atenção, principalmente para a busca de uma educação antirracista. Ao entendermos que:

o estado da arte emerge como um sistema de análise que supera as limitações produzidas na interpretação, avaliação e compreensão do grande volume de conhecimento disperso, fragmentado ou isolado que se observa na produção geral em determinada área do conhecimento. (SILVA, 2021 p.31).

Chegamos ao entendimento de que o volume de pesquisas e trabalhos já realizados na categoria dissertações e teses, na última década de 2010/20 é voltado aos estudos do livro didático a partir das questões de gênero, política e identidade.

As discussões perpassam prioritariamente pelo entendimento de que o livro, por assumir um papel de formação continuada ao professor e ser uma base de estudo e preparação de aula, é superficial em relação às propostas temáticas.

Sobre os resultados que obtidos, concluiu-se que dentre as 6 produções pesquisadas, três foram produtos do Profsocio. São trabalhos que reforçam o papel essencial e atual que o Programa vem assumindo desde sua implementação. Dissertações que significam fundamental contribuição para os estudos sobre educação no fortalecimento de uma educação plural, com qualidade e que fortalece o vínculo acadêmico e o ensino básico, a partir da formação de professores.

Outra importante observação feita foi a associação constante que se fazem ao analisar o livro didático com os marcadores gênero, raça e identidades no mesmo campo de discussão ou em limites aproximados. Entende-se aqui que, há uma proposta de interseccionalidade¹⁰, entretanto é didático e fundamental compreender os lugares que cada marcador e temática assume e ocupa no espaço acadêmico e na sociedade em questão. Ao relacioná-los e tencioná-los em uma mesma categoria ou aproximá-los em um eixo comum corre-se o risco de não dar os devidos olhares, atenções ou aprofundamentos necessários para ambas as discussões e debates.

A necessidade de abordar os mais variados assuntos é essencial para pensarmos uma sociedade mais plural, justa e comum entre os povos/grupos e suas identidades, mas correr o risco de não responder aos anseios é também uma possibilidade quando o objeto livro didático é utilizado na sua dimensão para encontrar esses marcadores e investigá-los na sua composição.

Uma observação que causou uma certa inquietação em relação ao levantamento feito para o estado da arte e, conseqüentemente, para toda a pesquisa é em relação a própria sociologia. Giddens (2008) define-a como “estudo da vida social humana, dos grupos e das sociedades”. Segundo ele, a sociologia demonstra a necessidade de sermos mais abrangentes, irmos além do comum, do padrão, do “natural”. Se levarmos em consideração essa definição e de tantos outros teóricos que assim como ele destacam o papel que a sociologia assume diante as demais ciências humanas, por quais razões essa mesma ciência, em relação às pesquisas acadêmicas e à temática sobre raça, negritude, racismo continua a ser tão modesta? Ou por quais motivos, em especial ao nosso objeto de pesquisa, o livro didático de sociologia, é tão simplório no tocante à temática negra? Por que não há autores e/ou

¹⁰ Compreendemos por meio de autores como Ribeiro (2017) e Almeida (2019) que interseccionalidade é um termo utilizado para ao se tratar grupos minoritários perceber os marcadores, sociais, políticos, culturais, econômicos que podem interferir no desenvolvimento, na percepção, construção e formação da pessoa. Dialogando e identificando suas fragilidades historicamente construídas.

referências sólidas nos estudos sociais com autores e autoras negros para equilibrar e “colorir os currículos” seja na universidade ou nas instituições de ensino básico?

Se o ensino de sociologia é tão pertinente e necessário, por quais motivos há uma certa fragilidade e inconsistência na solidez dos debates sobre a questão racial? Esta e outras inquietações ajudaram a reforçar a indagação na medida em que se verificaram as poucas pesquisas sobre o ensino de sociologia e os estudos do livro didático de sociologia.

Percebemos que há sim certos estudos, mas são poucos em relação à dimensão e quantidade de programas de Pós-Graduação em Sociologia e Ciências Sociais em nosso país. Essas buscas com poucos resultados fizeram-nos despertar e considerar que a produção curricular dos estudos das ciências sociais no Brasil permeia uma construção epistêmica da branquitude, esta soberana diante aos estudos, produção e teorização do saber.

2.2 OS GTS SOBRE O LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA NOS ENESEBS

O Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica (Eneseb) é um evento bienal promovido pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) desde 2009, reconhecido como um dos principais encontros nacionais das Ciências Sociais no Brasil. Amarubi Oliveira (2022, p. 04) salienta que o Eneseb ocupa o espaço “como o principal evento acadêmico da área do Ensino de Sociologia”. A organizadora oficial do evento é a Comissão de Ensino da SBS que tem como costume realizar o encontro na mesma cidade em que ocorre o Congresso Brasileiro de Sociologia (CBS).

Dentre as particularidades desse evento, Oliveira (2022) observou que além das conferências e mesas redondas, há os grupos de discussões e as oficinas pedagógicas, possibilitando acesso, diálogo e trocas de experiências com os professores da Educação Básica. Desde sua criação, até o presente momento, tivemos ao todo 8 encontros bianuais:

QUADRO 1 – Eventos Eneseb

ENCONTRO	CIDADE	UNIVERSIDADE	ANO
I - ENESEB	Rio de Janeiro - RJ	Faculdade de Educação da UFRJ	2009
II - ENESEB	Curitiba - PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR)	2011
III - ENESEB	Fortaleza - CE	Universidade Federal do Ceará.	2013

IV - ENESEB	São Leopoldo - RS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)	2015
V - ENESEB	Brasília - DF	Universidade de Brasília	2017
VI - ENESEB	Florianópolis - SC	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	2019
VII - ENESEB	Online	Universidade Federal do Pará.	2021
VIII - ENESEB	ONLINE	Universidade Federal do Pará	2023

Fonte: O autor (2024).

Amarubi Oliveira (2022) reitera ainda que a partir de 2013, os GTs foram instituídos no cronograma do Encontro, abrindo espaço para apresentações de trabalhos. Espaço que possibilitou a abertura de debates entre os diferentes atores dos diferentes espaços sociais, seja na Educação Básica ou Universidade, contribuindo sistematicamente para a promoção do ensino de Sociologia. Ainda neste mesmo ano, houve a inserção do GT “O Livro Didático de Sociologia”, proposto em todos os anos do ENESEB.

Como nosso recorte temporal, referem-se às obras selecionadas de 2018 pelo PNLD, dialogando com a questão racial, educação antirracista, epistemologias negras, foi dada a ênfase apenas aos eventos VI, VII e VIII para que fosse possível a identificação e percepção acerca do objeto da nossa pesquisa.

No ano de 2019, ocorreu o VI Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica com o tema “Ensino de Sociologia como Conquista: Dez anos de Resistência”. Os estudos sobre o Livro didático de sociologia ocuparam espaço para a reflexão e debates quando a produção, teoria e marcadores sociais presentes nesse produto. No GT – 05 “Livros didáticos de sociologia: o que sabemos até agora? Estado da arte, balanços e comparações de experiências”, organizado por Julia Polessa Maçaira (UFRJ) e Thiago Ingrassia Pereira (UFFS), dentre as 18 produções de trabalhos publicadas, apenas 1 estudo dialogou diretamente sobre a questão racial. Com o título “A Lei 11645/08 e o ensino de Sociologia: o que nos dizem os livros didáticos do PNLD 2018”, Guilherme Nogueira de Souza (2019) buscou abordar nas produções selecionadas pelo PNLD como as temáticas sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana estavam inseridas nos livros didáticos, em quais capítulos havia produções e quais os submarcadores eram apresentadas ao leitor/estudante.

No VII Eneseb, devido à pandemia da Covid-19, o evento foi on-line, tendo como organizadora, junto a CBS, a Universidade Federal do Pará. O tema escolhido para o evento foi “Os desafios do ensino de Sociologia na educação básica:

desigualdades, resistências e transformações”. Vale destacar que este evento contou com grande adesão de estudantes e pesquisadores, de diferentes áreas do Brasil. No GT sobre o livro didático, 10 trabalhos foram selecionados para exposição, desses apenas o trabalho de Vitória Marinho Wermelinger, com o título “A Decolonialidade nos livros didáticos de sociologia: entre a Legislação e os materiais didáticos”, referendou os estudos sobre a Lei10.634/03 e 11.645/08 na tentativa em perceber como a ideia de cultura e a história dos povos colonizados foram representados/identificados nos livros didáticos de sociologia.

No último Enaseb, que ocorreu mais uma vez de forma remota, devido ao grande sucesso em 2021, o GT Livro Didático teve 10 trabalhos selecionados, dentre eles, apenas o trabalho de Ludmilla Cardoso de Oliveira e Luane Bento dos Santos, com o título “Os Intelectuais Negros nos Livros Didáticos de Sociologia: entre o Visível e o Invisível”, entrou na temática, apresentando os resultados de um trabalho de uma especialização em que analisaram duas obras de 2016, adotadas pelo Colégio Pedro II, os livros analisados foram *Sociologia em Movimento* e *Sociologia para Jovens do Século XX*”.

Outro dado importante neste VIII encontro foi a inserção do GT Ensino de Sociologia e a Lei10.639/03: 20 Anos de Debates Sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Proposta que versou em analisar os avanços e desafios para a implementação concreta e real da lei, por uma educação plural e antirracista.

2.3 O PONTO NEGRO DESTA PESQUISA

Esta pesquisa, diferente das outras já realizadas até o momento, mapeia a quantidade de pensadores destacados nos livros didáticos de sociologia. Abordado com o marcador PNLD de 2018, acaba sendo o único estudo que busca dialogar com a intelectualidade negra diante a produção nos livros didáticos.

As produções catalogadas que de certo modo estão próximas do objeto de estudo desta pesquisa, distanciam-se por focar na questão de gênero e identidade, ou por abordar questões do PNLD anteriores de 2018, ou ainda, por terem focado e analisado a temática sobre a Lei10.639/03, ou por fim, por abordar apenas um ou duas obras do PNLD como apresentamos uma pesquisa mais recente sobre esta menção.

Por ser um estudo que quantifica e qualifica as produções do PNLD de 2018 de sociologia, reforça a necessidade de estudos plurais, de currículos mais abrangentes e que integrem a epistemologias negras como base para a construção de uma educação voltada para a ótica decolonial e antirracista.

Por destacar as fragilidades encontradas na construção e rotinização dos livros de sociologia para o ensino médio, ao passo que destaca os teóricos com maior expressividade nos livros, este estudo viabiliza, para pesquisas futuras, a possibilidade de estudos, aprofundamentos e engajamentos teóricos que tencionam por uma educação plural, comum, acessível e visível aos diferentes grupos sociais que dele fazem uso.

Por abordar produções anteriores, construirá simbolicamente para possíveis interpretações, análises futuras quanto as discussões sobre a racialidade e a necessidade de enegrecer os currículos de sociologia.

Por identificar a presença de corpos negros nos livros de sociologia junto a questões teórica, este estudo problematiza ainda que sucintamente a disparidade entre o saber e a expressividade que o negro possui e representa diante do olhar do outro. Percebendo como os livros reforçam a ideia do preto como objeto e não como teoria.

Este trabalho dialoga com a questão racial nos livros didáticos em si e provoca mudanças quanto à produção dos materiais que são comercializados e distribuídos em nível nacional, percebendo a urgência de revisão e reconstrução do pensamento social do livro como espaço cultural, simbólico e cultural para a educação antirracista. Por identificar e catalogar os autores negros citados e suas contribuições, ajudará a repensar o olhar de como os saberes da negritude estão dispostos e compreendidos pelos autores e editores dos livros em questão. Reforçando assim, repensar que tipo de escola e de currículo queremos e priorizamos em nossos materiais didáticos para a prática docente.

2.4 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Entende-se por metodologia a forma, os encaminhamentos, a estratégia e o modo de fazer para chegar a um dado resultado como etapas de um processo. A metodologia se faz presente em todos os campos de estudos, atividades científicas,

corriqueiras, enfim, se pararmos e nos atentarmos ao nosso redor, sempre há uma metodologia para se obter uma finalização de algo que se propõe.

De acordo com Bruyne, Herman, Schoutheete (1991), compreende-se por metodologia os procedimentos, modelos e condicionamentos que em seu desenvolvimento ajuda e orienta o processo de investigação científica. Por buscar compreender, identificar e analisar a presença de autores negros nos livros didáticos de sociologia, por meio da organização, teoria e epistemologias negras, constrói-se aqui uma metodologia pautada na proposta metodológica de análise de conteúdos de Laurence Bardin (2011).

Para a autora, a análise de conteúdos corresponde a um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplica a discursos diversificados, sendo técnicas múltiplas e multiplicadas para a compreensão, seguindo o rigor na objetividade e na subjetividade. Provocando o autor/pesquisador a buscar questões além do aparente, o latente, “retido por qualquer mensagem” (p.17).

O maior interesse deste instrumento polimorfo e polifuncional que é a análise de conteúdo reside - para além das suas funções heurísticas e verificativas - no constrangimento por ela imposto de alongar o tempo de latência entre as intuições ou hipóteses de partida e as interpretações definitivas. Ao desempenharem o papel de "técnicas de ruptura" face à intuição aleatória e fácil, os processos de análise de conteúdo obrigam à observação de um intervalo de tempo entre o estímulo-mensagem e a reação interpretativa. Se este intervalo de tempo é rico e fértil, então há que recorrer à análise de conteúdo. (Bardin, 2011 p.15-16).

Partindo desta apresentação, compreende-se que o método de análise de conteúdos corresponde a uma ampla possibilidade de interpretações a respeito do nosso objeto de pesquisa, o livro, e auxiliará na construção de repertórios sob a análise quantitativa e qualitativa dos livros abordados, sistematizando as informações e interpretando-as de acordo com nossas fontes e pesquisas coletadas.

Para a autora, a abordagem quantitativa corresponde “a frequência com que surgem certas características do conteúdo”. Já na abordagem qualitativa “é a presença ou a ausência de uma característica de conteúdo num determinado fragmento de mensagem tomada em consideração (p.27).

Dessa forma, compreendemos que tais abordagens possibilitam a sistematização necessária para o debate a qual propõe-se aqui inicialmente que é a identificação da presença ou não de autores negros nos livros didáticos de sociologia,

de como esses autores estariam identificados nos livros e em quais debates eles estariam presentes. Outra possibilidade com a metodologia de Bardin (2011) é questionar por um viés subjetivo interrogativo as razões para os possíveis resultados da pesquisa.

Para fundamentar as discussões, utilizamos os estudos culturais, pois dentre as mais diversas concepções a respeito dos estudos culturais, justificam-se que esta corrente teórica e de análise teria se originado a partir da metade do século passado, tendo como projeto articulador a análise e considerações em diferentes perspectivas no campo das ciências sociais. Entre seus maiores expoentes, destacam Foucault, Stuart Hall, Barthes, John B. Thompson, Raymond Williams.

Compreende-se aqui que os estudos culturais se objetivam na interdisciplinaridade, na reflexão na crítica acadêmica e burocratizada que, em grande escala, exclui determinados grupos sociais do grande debate intelectual. Reconhecendo a cultura como fundamento na construção de processos de representações sociais e ideológicos em que essa teoria reforça-se identificando ainda os mecanismos adotados nas sociedades como instrumentos de representações simbólicas existentes na sociedade.

Compreendendo que os estudos culturais possam assumir um caráter mais abrangente nos debates sociológicos e na relação das epistemologias, racialidade e repertório cultural, percebe-se que essa abordagem teórica fundamenta o este debate em relação às observações, aos levantamentos e às análises diante ao livro didático, sendo ele um produto cultural, de um tempo e de uma sociedade.

Reforçando nossa escolha teórica, Maria Manuel Baptista resume que os estudos culturais correspondem em:

(...) primeiro lugar, dirigir a sua atenção para o estudo das classes trabalhadoras, das culturas de juventude, das mulheres, da feminilidade, da raça e etnicidade, das políticas culturais da língua e dos *media*, entre muitos outros. O que poderemos sublinhar de interesse comum entre estes objectos de investigação é o facto de todos os estudos procurarem revelar os discursos marginais, não-oficiais, ou daqueles que propriamente não têm voz. (Baptista, 2019, p.457).

Deste modo, compreende-se que as ações, percepções e identificações são fruto de uma cultura que entende que o livro é um produto de um tempo, assim como os levantes teóricos inseridos nos materiais representam linguagens e concepções

culturais de uma dada sociedade. Sendo assim, compreender e analisar os livros sob a ótica dos estudos culturais permite-nos explorar e minuciar os diferentes espaços e repertórios a partir da subjetividade crítica, neste estudo, a relação da questão racial e o entendimento das epistemologias/epistemicídios como elementos fundamentais e norteadores nos produtos culturais.

3 POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO E O RACISMO NA EDUCAÇÃO

“A educação não é um campo fixo e nem somente conservadora”.
Nilma Lino Gomes (2023, p. 25)

É essencial pensarmos que uma educação no Brasil diante a sua história e sua dimensão geográfica e cultural tivesse em seu escopo real, um ensino que viabilize e atenta-se a todos os saberes, formas de pensamentos e epistemologias e que priorizasse uma proposta curricular historicamente plural, social, política e cultural, abrangendo os sujeitos em suas particularidades, regionalidades e identidades. Se tivéssemos todos esses marcadores efetivados dentro de um processo de ensino, os currículos escolares contemplando toda a diversidade cultural e teorias já teriam sido produzidos, reconhecendo a importância da formação de professores com o foco na pluralidade e diversidade “no ofício”. Nesse caso, não seria preciso, portanto, discutirmos sobre como é necessária uma educação plural e particularmente, uma educação antirracista em nosso meio social.

Não podemos dialogar sobre educação no Brasil desassociando a educação racista presente no processo de ensino, materializada no currículo escolar e naturalizada na forma de ensinar. O Brasil é o país mais negro fora do continente africano e que traz em seu histórico mais de 300 anos de escravidão, é também um país que reforça na história, no comportamento e nos currículos escolares, um racismo próprio do nosso país, um racismo estrutural e social, “o racismo é parte de um processo social que ocorre pelas costas dos indivíduos e lhe parece legado pela tradição” (ALMEIDA, 2019 p.50). Cabe-nos, portanto, a necessidade de problematizar uma educação antirracista.

Reforçando esta observação, dados recentes de uma pesquisa realizada pelos Institutos Geledés e Alana¹¹ concluíram que, após 20 anos da Lei 10.639/03, 71% das Redes Municipais de Educação do país realizam pouca ou nenhuma ação para o seu cumprimento. Dessa forma, temos aqui, um dado consolidado para repensar a necessidade do debate, da importância do tema para a construção contínua de um

¹¹ Matéria e Documento completo referente a pesquisa realizada pelos Institutos Alana e Geledés. Disponível em: <https://alana.org.br/lei-10639-ensino/>. Acesso em Dez/2023.

ensino antirracista, entendendo que mais de 56% da população se autodeclara preta ou parda, faz-se necessário enfatizar a história, a resistência do povo negro nos livros didáticos, nos currículos escolares. É preciso desnaturalizar a lógica da branquitude do pensamento social brasileiro.

O negro, no cenário brasileiro, assume o papel social do subestimado, do inferiorizado, ora o bandido ou vulgarizado, especialmente, quando questiona seu espaço social na sociedade. Menosprezado por suas lutas, questionado por suas trajetórias, não sendo reconhecido pela sua capacidade de argumentação, de construção teórica, racionalidade, mas criticado, não enaltecido ou valorizado por aquilo que produz, sendo colocado em subgrupos de atores sociais. Para serem reconhecidos como figuras de significativa importância precisam ter seus nomes, seu trabalho marcado pelo aceite do branco, validando seu passe, seu subespaço que lhe é ofertado.

Na educação, dos espaços escolares às universidades, este mesmo padrão é perpetuado, é mantido, de diferentes modos, formatos, e com certas sutilezas, promovendo a manutenção do racismo estrutural e institucional, mantendo o epistemicídio negro. A intelectualidade do povo negro é silenciada e invisibilizada. O estudante negro é ensinado a cultuar figuras unicamente brancas.

Para o estudante, o negro é tipificado como o sofredor, o escravizado, o pobre, o coitado. Não há salvação ou qualquer interesse em defender os valores culturais, pois há segundo aquilo que é estereotipado. Existem apenas para aceitar sua condição miserável que professores em seus livros didáticos, videoaulas, slides, demais recursos e instrumentos de ensino, determinam: o seu esquecimento, sua subserviência, a subposição.

3.1 O RACISMO HISTORICAMENTE CONSOLIDADO

A história do Brasil é marcada pelo processo de exploração dos recursos naturais que aqui estavam “disponíveis” e da pessoa, esta por sua vez iniciada pelos povos originários e conseqüentemente pelos povos africanos trazidos da África para a América nas condições de escravizados. “A escravidão indígena e africana esteve presente, de modo combinado e diverso em várias partes do Brasil, e apresentou diferentes feições econômicas, culturais e demográficas” (Schwarcz; Gomes, 2019,

p.18). Resultando no apagamento da cultura, da destruição gradativa da identidade dos povos que já habitavam o nosso país e, a necessidade em adaptar ou reinventar os povos que foram forçados a sobreviver no Brasil.

A construção do racismo da indiferença à cultura, ao povo negro, assim como aos povos indígenas é uma construção histórica que precisa ser percebida e reconhecida como existente. Pois foram mais de 350¹² anos de escravidão reiterado pelos colonialistas portugueses, pela mentalidade da branquitude europeia que desmantela tudo que fosse do povo preto.

Alienação, discriminação, preconceito, reflexos de um racismo constituído e prevaído nos diferentes espaços de poder, nas diferentes instituições, naturalizada nos costumes, nas regras de convívio social, desde a colonização à República.

(...) Até 1950, a discriminação em empregos era uma prática corrente, sancionada pela lei consuetudinária. Em geral, os anúncios procurando empregados se publicavam com a explícita advertência: “não se aceitam pessoas de cor”. Mesmo após a lei Afonso Arinos, de 1951, proibindo categoricamente a discriminação racial, tudo continuou na mesma. (Nascimento, 2016. p.97).

Como observou Abdias Nascimento, o negro, mesmo após a escravidão legal, foi mantido em uma lógica de exclusão sistêmica. Fundamentada na soberania da cor, na desigualdade. Jessé Souza (2021, p.216), ao refletir sobre como o racismo se estruturou no Brasil ao longo da história, destacou a existência de um racismo multidimensional, operando de diferentes formas, justificando a desigualdade social, as injustiças, a desumanidade, sob o processo do convencimento do oprimido e da própria inferioridade do negro pelo branco.

Para o autor, assim como em outros países, no Brasil, há a necessidade em se compreender a complexidade da violência simbólica e material que reforça a dominação dos grupos humanos pela cor e poder, atrelado a mentalidade da branquitude ideológica que historicamente convenceu e se fez e faz presente na cultura, política e sociedade. Essa condição do subgrupo social e sua posição de conformidade com o que lhe é ofertado corresponde historicamente e socialmente a uma aceitação dos hábitos, dos valores disciplinar que ele chama de “clara herança de classe, pois é produto da socialização familiar e escolar”. (Souza, 2021, p.221)

¹² Segundo SCHWARCZ (2019) ao longo da história Colonial e Imperial do Brasil foram traficados mais de 4,8 milhões de africanos.

Souza (2021, p.223), ao analisar o processo do racismo em suas diferentes formas, concluiu que no caso do Brasil, “o negro está condenado a ocupar o último patamar da hierarquia no arranjo social do embranquecimento, a ser o contraponto negativo de toda ascensão positiva”.

Contribuindo para o contexto sobre o racismo e seu processo de consolidação no Brasil, a pesquisadora e professora Ana Lúcia da Silva (2019) problematiza que foi o pensamento da elite brasileira que operou e imperou sobre a sociedade. Tudo o que não fosse pautado pela elite branca, deveria ser contestado e silenciado (p.24).

(...) a elite que se estabeleceu no domínio do Estado brasileiro não se preocupou em estabelecer políticas públicas para mudar essa realidade do povo negro, estava voltada para o incentivo a imigração, o ideal de branqueamento e a esperança no projeto de desaparecimento dos não brancos, principalmente, de negros, que eram concebidos como “inferiores”. (Silva, 2019, p. 23).

Diante dessas colocações, fica nítido que no contexto histórico do Brasil, a negação da existência do povo preto, de sua história, de sua cultura, do próprio coexistir de homens e mulheres sob o olhar de uma sociedade constituído por brancos foi e ainda é motivo da desigualdade social, de ações que limitam o acesso da pessoa preta a lugares, do esquecimento proposital de teorias constituídas por pensadores negros, das subcategorias existentes para a realocação do negro na sociedade, da criminalidade sistêmica, da violência racial mantida e naturalizada em nosso país, da vulnerabilidade escolar imposta e mantida aos grupos marginalizados, em sua maioria negros. Sem contar na ausência de uma educação antirracista, ou, de um currículo plural prático, que promova uma equidade. Esses dentre outros são mecanismos que contribuíram e ainda contribuem para a consolidação do racismo no Brasil.

3.2 EDUCAÇÃO NO BRASIL: RACISMO E BRANQUITUDE.

Durkheim (2011) problematizar o papel da educação, enfatizando que ela é muito mais que apenas a sala de aula e o espaço escolar, a educação, segundo ele, é contínua, diária, seguida dos pais, professores, dos mais velhos. Desta forma, pensar a educação é pensar além, é perceber e reconhecer os agentes sociais, o processo educacional formal e informal a que a criança e o jovem são submetidos.

A educação é a ação exercida nas crianças pelos pais e professores. Esta ação é constante e geral. Não há nenhum período na vida social e nem mesmo, por assim dizer, nenhum momento do dia em que as novas gerações não estejam em contato com os mais velhos e, por conseguinte, não recebam a influência educadora destes últimos. Isto porque esta influência não é sentida somente nos instantes bastante curtos em que os pais ou professores compartilham, de modo consciente e através de um ensino propriamente dito, os resultados de suas experiências com aqueles que nasceram depois deles. Existe uma educação inconsciente e incessante. (Durkheim, 2011. p.41).

Seguindo Durkheim (2011), sobre a educação como ação, a escola assume um espaço fundamental e potente, pois entra em uma dimensão socioeducativa, um espaço que agrega diretamente e indiretamente formas e condutas adquiridas em outros lugares, em outras instituições. A escola como um espaço social, de compartilhamento e aprimoramento de saberes, possibilita a relação, reflexão, ação e direcionamento para uma mudança de postura e ideias do mesmo modo que pode reafirmar determinadas condutas sociais, morais e éticas de forma implícita. Mas a escola realmente assumiu efetivamente o papel de politizar as ações dos sujeitos, de criar espaços de socialidade e conhecimento formal a todos os cidadãos?

Se a escola é uma instituição social, ela mantém as estruturas ou rompe as regras que lhe são impostas pelo sistema social?

Pensar a escola e suas organizações pedagógicas, caminhar por ela nos faz repensar se ela consegue acabar com o racismo. A escola em seus diferentes espaços, formada por diferentes sujeitos, consegue desconstruir ou desnaturalizar o racismo seja ele estrutural ou institucional?

Estas questões nos ajudam a repensar o papel que a escola assumiu e ainda assume ao longo do tempo histórico em nosso país. Não basta apenas pontuar os desafios e problemas e não traçar meios para a promoção de uma justiça e uma política educacional efetiva, caminhos abertos pelos movimentos sociais, em especial pelo Movimento Negro, com a criação de pautas voltadas aos estudos da cultura afro-brasileira, africana e indígena como mecanismos que possibilitam a incursão de novos olhares para um pensar educacional plural e antirracista.

Todavia, a escola e o ensino reproduzem o racismo à brasileira, reproduzem estereótipos, e silenciam os saberes diversos. A defasagem de professores formados para o estudo e debate sobre educação antirracista, a vulnerabilidade e superficialidade de ações são exemplos de uma educação fadada a perpetuação de uma sistemática racista.

De forma resumida, a educação no Brasil sempre esteve atrelada a dois marcadores sociais: a elite e a igreja. Ou seja, apenas os mais abastados, tinham acesso ou condição de estudar para contratar professores, e a Igreja, por ser detentora de grande parte do saber formal, Instituição matriz que fundou várias escolas para meninos e meninas no Brasil, associou a formação educacional aos princípios cristãos. Ter renda e dotes significava possibilidade de acesso ao ensino e, em casos mais específicos, para os homens herdeiro, a oportunidade de frequentar as Universidades Europeias para o ter condições e qualificação profissional associada a um status de poder, instrumentado pela formação acadêmica.

Já o restante da população, constituída por pretos, pardos e indígenas, ficou excluída sistematicamente do acesso à educação, formação ou qualificação. Por serem identificados e subcategorizados aos serviços braçais, ao trabalho informação, não era reconhecida ou ofertada uma educação aos filhos dos escravizados ou ao pobre ou aos grupos marginais.

Essa forma de distinção entre as oportunidades de ascensão, por meio da educação, como já observado, servia como aparato de distinção social e reafirmação do lugar de cada sujeito ou grupo. E quando havia negros com instrução escolar, com formação europeia, geralmente era identificado como um sujeito perigoso ao sistema social.

(...) não só levantava suspeita, como denotava uma atitude de arrogância, uma vez que, na visão da sociedade hegemônica, pressupunha o uso de um código que se mantinha privilégio exclusivo da elite e que não fazia parte dos atributos pensados para a classe dos escravizados. (Wissenbach, 2023, p. 310).

Ainda segundo a autora, quando estudantes negros frequentavam escolas, geralmente era uma condição ofertada por um patrono, entendido como estratégia para educar e formar negros ex-escravizados a assumir posições de subserviência e aceitabilidade diante ao branco. Ao mesmo tempo essas condições de ingresso de crianças e jovens pretos nos bancos escolares representava à elite uma possível ameaça à norma e aos costumes das crianças brancas.

O Brasil é um país estruturalmente racista e, nesse cenário, não há como fugir do racismo na escola. (...) a escola é um complexo social gestado no interior de uma sociedade, que carrega as marcas estruturais dela. Isso significa que, como a escola reproduz racismo. (CARINE, 2023. p.67).

Assim como Bárbara Carine destaca sobre o projeto de reprodução racista na educação brasileira, Bernadete de L.R Beserra e Fernand L. Rémi (2018), no livro *Racismo e Educação no Brasil*, enfatizam que o racismo é um “um recurso de dominação, uma estratégia política” (p.25). Seguindo essa lógica, a educação no Brasil assumiu, ao longo de toda a historiografia, esse papel de manutenção das distinções entre sujeitos pela cor. Pois o negro não tinha acesso ao projeto educacional, por ser pobre, sendo relegado aos afazeres de um escravizado que, mesmo após 1888, não teve nenhuma condição ou acesso à educação formal¹³. Não houve uma política pública para as famílias de ex-escravizados, fazendo-os assumirem posições subalternos para a sobrevivência, sem qualquer condição ou acesso à educação.

Já os educados pelo modelo vigente no Brasil perpetuaram uma ideologização racista de dominação e superioridade do branco sobre os povos pretos. Sendo este processo perpassado nos manuais escolares, livros didáticos, no currículo escolar, na formação dos professores, a projeto de exclusão do negro diante a sociedade, diante a história do Brasil.

Essa condição do branco sobre o negro acontece inclusive nos espaços escolares, onde há uma identificação de representação simbólica de um ser branco como modelo a ser seguido, por todo o restante da sociedade.

A estrutura que se consolidou no Brasil, a partir de uma consciência social branca como padrão, define o comportamento a ser idealizado e seguido por todos os demais grupos sociais, referendando o ser branco e seus pares como padrões de valores, moralidade e virtude de aceitação e respeito, que chamamos de branquitude, ou como a psiquiatra e pesquisadora Cida Bento (2022) definiu “pacto da branquitude”.

(...) Essa transmissão atravessa gerações e altera pouco a hierarquia das relações de dominação ali incrustadas. Esse fenômeno tem um nome, branquitude, e sua perpetuação no tempo se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios. (...) Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do

¹³ Pesquisados têm destacado que muitos dos povos escravizados no Brasil possuíam formas de cultura escrita. Para saber mais: ver em: *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*/Organização: Lilia Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes (Orgs.) - 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras. 2018.

preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele. (BENTO, 2022. p. 18).

A professora e pesquisadora, Bárbara Carine Pinheiro, no livro “Como ser um educador Antirracista” publicado em 2023, também reforça e define que branquitude não é exclusivamente sobre a cor da pele, mas sobre os acessos sociais e poder que a cor pode proporcionar, pode garantir ao sujeito. Segundo a autora:

O termo branquitude não se refere às pessoas em suas singularidades; trata-se de uma categoria social, que se refere a um lugar de vantagens simbólicas, subjetivas e materiais disponíveis para as pessoas identificadas como brancas em uma sociedade onde o racismo é estrutural. Essa no Brasil é fenotípica, ou seja, se dá pela estética, e não pela constituição genética (genótipo). (PINHEIRO, 2023, p.40).

Diante dessas definições sobre o conceito de branquitude e como tal definição se concreta no cenário social e cultural do Brasil, percebemos que essa ideologia racista silenciada se faz constante em todos os espaços de poder, nas relações sociais, nas instituições e, inclusive nos espaços escolares, na educação como um todo. Mesmo que nos últimos anos tenhamos realizado em diferentes situações políticas de acesso e combate ao racismo e suas raízes estão impregnadas em todos os níveis da educação.

A esta questão do enraizamento do racismo no Brasil, as autores Claudilene Maria da Silva, Lucimar Rosa Dias e Silvani dos Santos Valentim (2020) reforçam destacam que:

A realidade dos efeitos alienantes da colonização europeia sobre a educação, de modo geral, e sobre os currículos escolares, mais especificamente, é problema que afeta a todos os países que vivenciaram os processos de colonização, escravização e embranquecimento cultural. Investigar, estudar e compartilhar a produção destes conhecimentos realizada a partir das próprias negras e negros é elemento fundamental para que possamos construir trocas equânimes que fortaleçam nossa posição como sujeitas e sujeitos do conhecimento. (SILVA, DIAS e VALENTIM 2020, p.07).

Compreendendo que o colonialismo fomentou modelos de dominação intelectual, educacional e social, as autoras destacam que somente uma educação antirracista pode mudar os rumos da história marcada por sangue, preconceito e discriminação. Revelando a existência da intelectualidade negra como um dos caminhos possíveis para a desconstrução do epistemicídio.

3.3 O RACISMO E SUAS DIMENSÕES NO UNIVERSO ESCOLAR.

Como professores/pesquisador, estamos diante de diferentes espaços sociais, com sujeitos com diferentes perspectivas e leituras de mundo e questões que inclusive permeiam nosso imaginário acadêmico e de pesquisa. Nas escolas, lidamos com uma diversidade de sujeitos com opiniões, e ao mesmo tempo em que buscamos por uma educação antirracista, somos confrontados por diferentes reflexões essa temática na escola, com frases como: *“não há racismo no Brasil”*; *“Racismo? Nunca vi ninguém sofrer com isso aqui?”*; *“Se têm Dia da Consciência Negra, deveria existir dia da consciência branca.”*; *“Essa coisa de racismo é tudo coisa da esquerda, agora não podemos falar nada. Tudo é preconceito, tudo é racismo”*; *“Aqui na escola, não tem racismo, pois temos professores pretos”*.

Quando transcrevemos essas frases ditas por colegas de trabalho em rodas de conversa, nas salas dos professores em diferentes momentos, percebemos que o racismo é uma prática de difícil combate. Pois as pessoas “professoras” que estão na linha de frente e que deveriam ter uma consciência sobre a questão racial, reafirma e defende o racismo na sua mais pura sistemática. Dentro da sala de aula, o professor é a figura expressiva de verdade perante os estudantes, então a imagem/ideia que ele produz ou o que fala têm uma significância e um sentido aos jovens.

Partindo desta reflexão, Rafael Buti (2021) ao discutir sobre o racismo nas escolas, recorre a Claudilene Maria da Silva (2019) para reafirmar que docentes e instituições de ensino terminam por “desenvolver práticas curriculares e pedagógicas que atuam na manutenção do racismo, do preconceito e da discriminação no cotidiano”, ainda que, em alguns casos, pretendam o contrário (p.01)

Entende-se por uma educação antirracista e decolonial, uma educação voltada para a pluralidade de ideias e pensamentos, respeitando colaborativamente os sujeitos, sem descrédito ou qualquer forma de imposição ou estigmatização intelectual de um grupo sobre o outro.

Entende-se por uma educação antirracista, uma educação que busca desconstruir valores eurocêntricos e reconstruir valores culturais plurais, que preservem as identidades, as potencialidades e as diferentes maneiras de pensar e viver. E quando busca-se pensar sobre uma educação decolonial, é pensar numa proposta que agrega valores, identifica e permite o diálogo plural, com diferentes perspectivas teóricas, sem o silenciamento intelectual ou cultural.

(...) decolonialidade é visibilizar as lutas contra a colonialidade a partir das pessoas, das suas práticas sociais, epistêmicas e políticas. A decolonialidade representa uma estratégia que vai além da transformação da descolonização, ou seja, supõe também construção e criação. Sua meta é a reconstrução radical do ser, do poder e do saber. (Oliveira; Candau, 2010, p.10).

Isto é, como os autores acima destacam, pensar a decolonialidade, é pensar em transformação e ressignificação, é um processo contínuo e necessário para a formação social e cultural dos sujeitos. Pautando na discussão sobre a necessidade de ampliar a construção teórica, e ao mesmo tempo combater o preconceito e o racismo na escola, é fundamental que “o preconceito precisa ser desconstruído; para tanto são necessárias novas formas de abordagem dos conteúdos, visando escrever a história a mais mãos” (Silva, 2012 p.117).

Lembremos que escrita do negro num país de herança colonial escravocrata é essencial, pois a literatura/narrativa intelectual negra abre a possibilidade para potenciais valores e identificações, como é bem lembrado por Nilma Lino Gomes (2009) *um dos maiores desafios do intelectual negro que assim se posiciona talvez seja a sua capacidade e coragem de romper com as estruturas oprimidas*. (p. 419).

Mesmo com a Lei 10.639/03 e 11.645/08, que são os estudos sobre história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nos currículos escolares. ainda persiste uma negação ou silenciamento quanto ao debate sobre o preconceito racial, a discriminação, o racismo estrutural e institucional. É como se houvesse uma linha divisória permanente entre o ser negro, indígena da população branca. A invisibilidade é tão clara que não há sequer discussões proativas voltadas à valorização, ou reconhecimento de práticas antirracista, mesmo que temos uma lei desde 2003. “Se queremos lutar contra o racismo, precisamos nos re-educar a nós mesmo, às nossas famílias, às escolas, às (aos) profissionais da educação, e a sociedade como um todo” (GOMES, 2005, p.49).

Quando dialogamos sobre racismo na educação, em especial nos espaços escolares, é perceber como essa prática se intensifica nestes segmentos. Como os sujeitos, atores sociais se relacionam, perpetuam e naturalizam o racismo. Deste modo ressaltamos duas definições recorrentes de práticas racistas, o racismo estrutural e o racismo institucional.

Silvio Almeida (2019) a respeito do racismo institucional precisamente define que:

(...) no caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. (...) o domínio de homens brancos em instituições públicas - o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de universidades e instituições privadas. (ALMEIDA, 2019. p.40).

Já sobre o racismo estrutural, o autor enfatiza que:

“o racismo é uma decorrência de sua própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. (ALMEIDA, 2019. p.40).

Almeida (2019) ao reafirmar que o racismo é estrutural por constituir-se em um modelo naturalizado dentro dos diferentes segmentos da sociedade, demonstra que além de ser estrutural é histórico o racismo em nossa sociedade. Histórica pois remonta não apenas aos povos africanos na condição de escravizados, mas também pelo julgamento que os povos originários do Brasil foram tratados e vitimados. O racismo à brasileira é uma construção gradativa que se reinventa, persistente, como uma doença. Que é constantemente naturalizada, “normalizada” como inexistente aos olhos do dominador. E trazendo para o debate sobre a escola, a educação, esta ação é praticada e reforçando uma negação social e cultural de que racismo não existe ou que certas práticas, posições e definições são naturais e não de raciais.

A educação no Brasil do século XXI é uma educação que perpetua o olhar da branquitude como projeto educacional. Essa visão racista está impregnada desde a Educação Infantil passando no Ensino Fundamental I; Fundamental II; Ensino Médio. Calcada em práticas que reiteram a discriminação de forma sutil ou não.

Numa sociedade racista, a escola reflete aquilo que a sociedade produz, desta forma Bárbara Carine Pinheiro (2023) cirurgicamente destaca que “pessoas brancas no Brasil são racistas, e pessoas negras reproduzem o racismo” (p. 58). Ou seja, se vivemos em um mundo racista, reproduzir o racismo faz parte da construção do pertencimento do sujeito ou das instituições em manter certos padrões. Neste mesmo sentido, Silvio Almeida (2019) também ressalva que “pessoas negras, portanto, podem reproduzir em seus comportamentos individuais o racismo de que são as maiores vítimas. Submetidos às pressões de uma estrutura social racista (p.68). Se a reprodução faz parte do *modus operante* a escola como instituição para a educação como modelo precisa traçar mudanças e efetivar ações, além de problematizar e

tencionar atos e práticas ativas que reverberam o racismo estrutural e institucional nos espaços escolares. A respeito dessas tensões destacamos:

1. A formação de professores que não corrobora para uma educação antirracista, pelo contrário reitera a dominação branca sobre os demais grupos raciais que compõem e constituem o território brasileiro.

2. Os professores que se formaram nas universidades antes de 2003 que não tiveram nenhuma capacitação, orientação ou formação obrigatória sobre relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira e africana no currículo, (exceto professores de história em sua maioria, não totalidade) ou sobre qualquer tipo de instrução, análises de pensadores, teorias negras no currículo acadêmico obrigatório. Mesmo com a promoção de Equipes Multidisciplinares nas escolas, Capacitações Anuais e que apresentam a proposta de uma educação e história da Africana, indígena ou cultura afro-brasileira, percebemos uma superficialidade do assunto e apenas os professores de humanas são os que se atentam para o debate.

3. Os professores que atuam tanto na Rede Municipal, na Rede Pública, na Rede Privada não são formados em sua totalidade em questões destinadas a uma educação racial. Existe um distanciamento entre o tema e a realidade dos sujeitos, dos atores sociais que estão nas instituições. Eles veem o tema como um assunto distante da realidade, vulnerabilizam como se fosse uma questão à parte da realidade. A carência de um letramento racial é necessária a todos os níveis de ensino.

4. Não se pode trabalhar com aquilo que não conhece, não sabe. As Universidades em sua totalidade precisam construir um currículo acadêmico que viabilize pensadores negros em suas grades e planos de ensino. Reconhecer a presença de pensadores negros no campo acadêmico é importante para o combate ao racismo, a discriminação e a eurocentralidade acadêmica que ainda persiste. O acadêmico que mais tarde será professor precisa ter acesso e contato com as mais diversas linhas de pensamento social. O Brasil sendo um país com um grande contingente populacional preto precisa valorizar a intelectualidade negra e a ciência negra, pois o negro sabe fazer e produzir ciência.

5. Além dos professores, direção, pedagogos, inspetores por atuar diretamente com pessoas, sejam familiares e os estudantes, isto é, a comunidade escolar precisa ressignificar seus saberes, conhecer a cultura negra e as leis para compreender como o racismo se faz presente no dia-a-dia. Pois só assim, que certas práticas, vistas como “comuns” e “normais” que na verdade estão reproduzindo o racismo, o preconceito

brasileiro, serão percebidas. A formação e a informação são bases fundamentais para o antirracismo e ter o desejo de ser antirracista é o elemento necessário para a busca de uma educação justa, com equidade e antirracista.

6. Dialogar, aprender, ressignificar os saberes sobre a população negra, sobre a história e a cultura afro-brasileira, africana não se resume apenas ao mês de novembro ou apenas ao dia 20 de Novembro, data em que se comemora o a morte de Zumbi dos Palmares ou o dia da Consciência Negra. A luta antirracista, a promoção de uma educação antirracista é constante, diária. É necessário refletir constantemente, inserir no currículo escolar como um todo, ser tema de debate entre todos os sujeitos, professores e estudantes e não se resumir apenas a um grupo de pessoas pretas que assumem esse debate simplesmente por serem pretos.

3.4 A QUESTÃO DO LIVRO DIDÁTICO E A PERCEPÇÃO DE UMA INVISIBILIDADE DA INTELLECTUALIDADE NEGRA

Vimos no capítulo 1 que, entre muitos professores, o livro didático é um dos meios de acesso e reforço do saber acadêmico. O livro, por ser um material consolidado com uma estrutura curricular estabelecida, proporciona aos professores de modo geral tenham um acesso mesmo que limitado ao material impresso, informações, teorias, assuntos e atualizações de questões educacionais ao professor e ao estudante.

Por esta razão vemos a necessidade de o livro estar em constante atualização com os debates antirracistas. Os manuais, complementos, periódicos destinados aos professores necessitam de atualizações sistemáticas na tentativa de promover pautas antirracistas. Entretanto o que geralmente está contido nos livros são vários estereótipos a respeito do povo negro, reforçando assim uma submissão, inferiorização da pessoa negra, em nosso caso, o estudante negro.

A cegueira que produz sujeitos ausentes: Por uma metodologia de ensino antirracista e decolonial, por Luiz Gustavo Mendel Souza (2022) foi um trabalho realizado após o autor perceber a fragilidade de uma literatura negra, destacando que esta ausência é fruto de um “legado cruel de uma formação colonizada produtora de uma cegueira epistêmica e invisibilizadora de seus sujeitos” (p.01).

Segundo ele, para que ações afirmativas como a Lei 10.369/03 se efetivar como um instrumento de reparação histórica, é preciso ampliar nosso campo de atuação para entender e combater os processos de silenciamento histórico dos negros (p.03). Para o autor, a imagem caricata do negro apenas como escravizado e mão-de-obra ao longo da história em nada contribuiu ou contribui para construção de identidades de estudantes negros. Esses estereótipos presentes em imagens, xilogravuras, pinturas nos livros didáticos reiteram a imagem de vulnerabilidade e submissão e não ajudam a uma construção de uma identidade social do negro na sociedade brasileira. “O estereótipo não é uma falsa representação é, antes de tudo, uma representação engessada que silencia e assassina a ação do sujeito”. (CARNEIRO, 2005. p.07)

Esse engessar, esse silêncio da ação do sujeito se deu a partir de várias ações correlacionadas por uma mentalidade eugênica de uma política branca que reforçou a exclusão de qualquer possibilidade de o negro ascender socialmente, ou ser reconhecido por seus feitos. Quando este sujeito negro chegou ao mesmo patamar que o branco na história do Brasil, presenciamos e identificamos um aval ou reconhecimento da classe branca como uma forma de confirmar e reverenciar o direito do “passe” para a posição que o negro estivesse ocupando.

Em outras situações, vimos ações de embranquecer o negro como uma forma de retirar a negritude da pessoa para que sua intelectualidade fosse valorizada e reconhecida, como foi o caso de Machado de Assis, homem negro retinto referência da literatura lusófona que teve sua imagem gradualmente embranquecida como forma de manter um padrão clássico de intelectuais brancos como referências na literatura brasileira.

De acordo com Jéfferson Balbino (2022), em seu artigo sobre a vida e obra de Machado de Assis, o embranquecimento do autor foi uma forma de manter uma imagem positiva para a elite e sociedade da época. Que ao embranquecê-lo passou a reconhecer sua importância intelectual. (p.23) Essa estratégia é uma das várias já utilizadas pela elite branca intelectual em reafirmar e consolidar seu olhar racista e colonialista ao outro e distanciar tudo aquilo que difere do “padrão” socialmente aceito.

Indo nessa direção sobre o colonialismo histórico e racial como maneira de consolidar o epistemicídio de intelectuais negros, Sueli Carneiro (2005) também reforça que nos processos do colonialismo, em especial no caso do Brasil, ocorreram, a partir de diferentes instrumentos para disciplinar as relações raciais, “esse

dispositivo disciplinará as relações raciais nas sociedades pós-coloniais e as relações de soberania entre as nações racialmente inferiorizadas” (CARNEIRO, 2005, p.75).

Como apontado pela autora, esses dispositivos/racialidade justificam-se como mecanismos de imposição e dominação, em nosso caso, a elite branca sobre a população negra e indígena, impedindo a sua ascensão teórica ou seu reconhecimento. Essa forma de substituir e silenciar toda forma e ação intelectual já produzida de um povo sobre outro, em nosso caso, tudo que foi produzido pelos povos originários e indígenas terem sido esquecidos e descartados pelo racismo eurocêntrico e pela política colonialista resultou no que compreendemos como “epistemicídio”.

Sobre o termo epistemicídio, Boaventura de Souza Santos (2009) define como um projeto de esquecimento, de desperdício de toda forma de conhecimento, experiência que não seja do colonizar. E quando há um certo valor aquilo produzido pelos “outros” (não-colonizares) esses precisariam de um aval, aceitação da comunidade intelectual colonizadora – eurocêntrica.

A partir dos estudos de Boaventura de Souza Santos, João Arriscado Nunes explica que a epistemologia constituída e fundamentada em uma teoria eurocentrada coloca uma linha abissal com duas vertentes interna e externa:

(...) A primeira coloca todos os saberes e enunciados com pretensão a enunciados de conhecimento que não sejam reconhecidos pelas formas vigentes de exercícios da soberania epistémica – sumariamente “arrumados” do alado da não-ciência – como vetores de erro ou de ignorância, como crenças ou formas de superstição. A segunda vertente amplia essa desqualificação, seja através da apropriação de alguns desses saberes, mas condicionando a respectiva validação ao tribunal da soberania epistémica ou às soberanias particulares de diferentes domínios do saber certificado. (NUNES, 2013. p.227).

Como podemos identificar a soberania epistémica – no caso brasileiro, toda produção literária é mantida por uma lógica branca, majoritariamente masculina e heteronormativa. Já a produção não-científica corresponderia a toda produção intelectual que não branca - Pretos e Indígenas. Entendidos como os outros não intelectualizados e não possuem um saber consolidado para muitos pensadores.

Em relação à intelectualidade brasileira nos livros didáticos, percebemos uma série de estudos já realizados em diferentes áreas da educação, chamando a atenção

da forma como o negro é destacado, mas poucos são os estudos sobre a teoria, a epistemologia negra.

No caso do Brasil, a construção curricular assim foi com parte de toda a América, baseada em pensadores Europeus, e quando a Educação brasileira já estava concretizada, por meio de cursos universitários, os intelectuais que foram gradualmente se concretizando em nosso país, eram herdeiros da história colonialista, racista que imperou toda a história brasileira, carregando na sua escrita acadêmica um olhar branco de privilégios eurocentrados e masculino. Definindo-se assim, os saberes e o que poderia ou não ser compreendido como teoria, mantendo uma estrutura histórica do país sobre o que pode ou não ser entendido. Neste mesmo contexto, existem os acontecimentos, os eventos históricos fundamentais para o entendimento de nossa nação, mas que foram apagados, retirados da historiografia oficial, como estratégia do colonialismo acadêmico, do epistemicídio intelectual.

Neste sentido, Cida Bento (2022) ressalva que a história dos quilombos, assim como a de muitos importantes levantes ou revoltas que ocorreram antes da abolição, forçando o fim da escravidão, é omitida na historiografia oficial. Isso pode ter ocorrido para não ferir a imagem de um país da suposta democracia racial ou, ainda, para não reconhecer o protagonismo da população negra na história nacional.

Essa omissão da resistência negra e indígena na historiografia oficial nos mostra que precisamos entender sobre memória coletiva, mas também sobre amnésia coletiva, como ensina Charles W. Mills, intelectual que trabalhou com o conceito de ignorância branca, salientando que o óbvio precisa ser lembrado, já que interesses podem moldar a cognição – e as sociedades escolhem o que querem lembrar e o que querem esquecer. (BENTO, 2022, p. 38).

Essa constituição sobre o que seria ou não conhecimento, verdade, episteme, é ainda mantida como uma forma de manter certas condutas de aceitação, reconhecimento e entendimento de certezas. Estabelece o racismo acadêmico de modo plural e com uma modesta sutileza na prática. Essa sistemática se resume em o não reconhecimento do pesquisador ou do estudante preto seja no colégio, na universidade quando ele não vê um referencial que se assemelha a ele. Ele dificilmente viu ou verá pretos pesquisadores, referenciais negros na literatura, percebendo assim uma sociedade que evidencia que não há espaço para a pessoa preta naquele sistema.

Logo, o livro didático como objeto de um tempo histórico, como um material, uma produção, um artefato cultural de um tempo e espaço, reproduz a sistemática da ausência. O preto não pode e não deve assumir e ocupar o espaço, pois não há iguais a ele ocupando espaços de poder ou sendo reverenciado intelectualmente.

Por essa razão, pensar o livro didático como um repositório de informações, de mentalidades e objeto de análise é de suma importância, pois ele possibilita diferentes espaços e lacunas de leitura.

3.5 O ENEGRECER DO CURRÍCULO ESCOLAR E ACADÊMICO

Quando busca-se discutir sobre educação e processo educacional, percebemos que vai muito além apenas dos professores, do espaço escolar, estudantes ou projetos pedagógicos. Há ainda documentos e estruturas que fundamentam todo um sistema educacional. Um dos elementos norteadores em relação a educação é a constituição do currículo escolar em uma dada sociedade. O currículo, a grosso modo, corresponde a um modelo de propostas, temas e assuntos a serem abordados ao longo do ano, período letivo, leva-se em consideração os fatores externos de uma sociedade, como a política, a economia e a cultura de um país.

O currículo corresponde a um constructo idealizado por uma elite pensante que direciona e prioriza o que a sociedade (estudante) precisa aprender e compreender no campo social, cultural e política em uma sociedade.

Segundo Antonio Flavio Barbosa Moreira e Vera Maria Candau (2007) indicam, o currículo se constitui pelos(as):

os conteúdos a serem ensinados e aprendidos;
as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos alunos;
os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais;
os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino;
(e) os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus da escolarização. (Moreira; Candau, 2007, p. 17).

O currículo, conforme os autores destacam, corresponde ou objetivam sobre aquilo que se espera em um processo de aprendizagem destinado à formação de estuantes. Se o currículo é um composto de ideias, conteúdos, planos pedagógicos

destinado à gradativa transição escolar dos estudantes, serve também como principal norteador propositivo a um sistema, a uma sociedade educativa, porque é nele que professores, órgãos de fomento e instituições têm como recurso normativo a ser seguido e contemplado no ano escolar. Para os autores supracitados, o “currículo associa-se ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas” (2007, p.18). Se o currículo é desenvolvido com intenções educativas, por quais razões nossa construção curricular persistiu e ainda persiste em manter um currículo silenciado a epistemologia negra? Por quais motivos pouco se lê da intelectualidade negra, seja nas universidades, seja nas salas de aulas?

Ribeiro, Gaia e Rodrigues (2020), no artigo sobre a colonialidade e raça no currículo brasileiro, apontam que, no caso da América, em especial, no Brasil, o currículo escolar “incide sobre a não representação ou sub-representação de certos grupos em contextos como a educação escolar”, pois o modelo dos currículos é moldado a partir de uma forma eurocêntrica.

Na análise dos autores, essa postura enraizada tem crescido consideravelmente devido à propagação de informações via internet, promovendo ódio, xenofobia, racismo e preconceito aos grupos que aqui chamamos de minorias sociais, no caso brasileiro, o povo negro, visto que para os referidos autores, o currículo “figura como um dos instrumentos centrais para o controle e a manutenção do poder moderno/colonial no âmbito educativo” (p.3).

Levando em consideração os estudos sobre o processo da colonialidade e racionalidade na América, Dussel (2005) e Quijano (2005) destacam que a partir da colonização na América, iniciada no final do século XV, houve sucessivas práticas de aculturação, etnocentrismo, eurocentrismo e genocídio pelo europeu sobre todos os demais povos que habitavam o continente, seja o indígena ou o africano escravizado. A dominação constituída pela racialização, fomentada pelo direito natural de dominar e colonizar, fez ocorrer o desgaste cultural e a exclusão social dos povos marginalizados. Fez da cultura dos povos explorados uma sistemática de desprezo e insignificância, carregando este perfil de posse e dominação intelectual, cultural e social por todo o pós-colonial, chegando ao período imperial e nas repúblicas.

Esse sistema imperado em toda a história do Brasil acabou sendo reproduzido nas formulações da estrutura curricular, como apontam Ribeiro, Gaia e Rodrigues (2020), “o foco do currículo são os grupos dominantes que permeia todos os espaços escolares, desde as representações da humanidade, majoritariamente, por imagens

de pessoas brancas à história humana contada a partir do enfoque europeu” (p.09), tendo o negro e o indígena à margem da sociedade, esquecidos de todo o processo ou, colocados como um sujeito inferior à história contada, seja no currículo básico ou no ensino superior.

Para Carneiro (2005), o que ocorreu e ainda ocorre no meio acadêmico se dá “desqualificando a resistência negra pelo apelo à racialidade” (p.58). Interpretando os estudos realizado por Silvio Romero, a autora destaca que na sistêmica da racialização constituída, o negro assumiu o papel de objeto econômico. Valor de mercado durante a escravidão. Após este período, tudo o que ele representou para a elite foi um produto, uma máquina econômica. Relacionando os povos negros ao espaço e poder na ciência, para a autora o que se percebe é uma contínua e sistêmica forma de separação e negação de toda e qualquer intelectualidade negra.

Para Carneiro (2005), o que se “constituiu em um espaço de disputa de saber e poder para brancos e entre brancos, o que em contrapartida descarta o negro da condição de produtor de saber e detentor de poder” (p.59). Em outras palavras, o que a autora chama atenção é a constituição do epistemicídio negro no campo das intelectualidades no Brasil.

Na sua versão mais contemporânea nas universidades brasileiras, o epistemicídio, cuja discussão aprofundaremos posteriormente, se manifesta também no dualismo do discurso militante versus discurso acadêmico, através do qual o pensamento do ativismo negro é desqualificado como fonte de autoridade do saber sobre o negro, enquanto é legitimado o discurso do branco sobre o negro. Via de regra a produção branca e hegemônica sobre as relações raciais dialoga entre si, deslegitimando a produção dos pesquisadores e ativistas negros sobre o tema. Isso é claramente manifesto nas listas bibliográficas utilizadas onde, via de regra, figuram autores negros não-brasileiros, ou no fato de quão poucos intelectuais negros brasileiros alcançaram prestígio nacional e internacional. (Carneiro, 2005, p.60).

Essa conduta de descrédito à intelectualidade negra apenas se diferencia quando o negro deixa de ser o autor para ser o objeto de pesquisa. Carneiro¹⁴ (2005) reporta que na década de 1980 ocorreu no Brasil um movimento no campo das ciências sociais em estudar a conduta do povo negro no Brasil, o racismo, colocando o negro na temática acadêmica, entretanto, a pesquisadora salientou que nesse

¹⁴ A partir da Tese de Doutorado de Sueli Carneiro, foi publicado em 2023, em formato de livro com as devidas atualizações. Tornando-se referência para os estudos sobre racismo e dispositivos de racialidade.

emaranhado de estudos realizado no Brasil não havia nenhum intelectual negro como referência no campo de estudo na temática proposta.¹⁵

Diante dessa reflexão histórica-sociológica apresentada por Carneiro (2005), em relação da não aceitação do pensamento social negro, fica nítida a ausência de referenciais negros nos currículos seja acadêmico ou escolar. Válido ainda destacar que Nilma Lino Gomes (2019) expõe que a formação colonizadora, eurocentrada de saberes estão inseridas no currículo escolar e que acabam por forjar as subjetividades do ser. Ressalva ainda que a “descolonização dos currículos não é tarefa fácil, uma vez que encontra forte oposição”, uma vez que existem vários mecanismos de coerções, imposições e dispositivos (p.225).

Essa ausência/silenciamento da intelectualidade negra reforça a ideia de que o colonialismo, o racismo estrutura, o pacto da branquitude, o epistemicídio no currículo escolar é implícito e subjetivo. Entretanto, é de suma importância percebermos, por meio da literatura, como é o impacto do currículo pautado por uma lógica da branquitude, da intelectualidade eurocentrada sobre o corpo estudantil negro.

Dessa forma, recorreremos à obra de Carter G. Woodson¹⁶ (2021) para pensarmos em como um constituído unicamente por uma ótica da realidade (branca), interfere, influência e determina condições e acesso aos grupos excluídos, em nosso caso, do povo negro. Woodson (2021), ao analisar a educação americana pós-abolição até a década de 1950, reconheceu que a educação do negro pela estrutura curricular formulada estabelecia um “dispositivo de controle externo”. Ou seja, o educar americano, pautado no eurocentrismo, colocava o negro, quando alfabetizado no sistema, como um ser a aceitar as normas impostas, para “encaixar” sobre o que a elite projetava, a subserviência.

Ao concluir a educação em nossas escolas, o negro está, então, apto a começar a vida de um homem branco americanizado ou europeizado. Embora seja um bom americano, deve ser acima de tudo um “bom negro”; e,

¹⁵ A autora destaca em sua tese de Doutorado defendida em 2005, um trecho da revista Veja em que membros da comissão de estudos do racismo e o negro no Brasil afirmam que as causas para a ausência de um intelectual negro no grupo de trabalho foi por não ter nenhum doutor em história. “O problema é que até agora não conseguimos encontrar num país elitista como o nosso, nenhum negro que seja doutor em história. Por mais que procurássemos”. (revista Veja, nº 835, 05 set. 84).

¹⁶ Carter Godwin Woodson é considerado o pai da História Negra Americana. Pesquisador e professor, escreveu inúmeros trabalhos sobre a educação norte-americana e as relações raciais. O livro que adotamos para a escrita deste texto refere-se a mais de 40 anos de estudo e reflexão sobre a educação americana no pós-abolição.

para cumprir essa função definida, deve aprender a ficar num “lugar de negro”. (Woodson, 2021, p.15).

O negro educado, como aponta o autor, assume uma postura que não condiz com o que ele é, mas com o que a sociedade, na figura do currículo proposto, espera dele. Reproduzir o sistema.

Para Woodson (2021), a educação norte-americana estava em conformidade com uma política de “manter o negro em seu lugar” e na medida em que constitui um pensamento de dominação de um homem sobre o outro, fazendo-o se sentir inferior, ele buscará manter a estrutura em que foi realocado. É caso da relação do homem branco sobre o negro na história americana que podemos usar como referência para a história brasileira em relação ao que Cida Bento (2023) definiu como mecanismo da branquitude ou como constitui Sueli Carneiro (2005) dispositivos de racialidade. Essas ações corroboram para a manutenção e imposição de valores e normas a serem perpetuadas e seguidas em sociedade, preservando uma ideologia eurocêntrica.

Ainda pensando a educação e currículo brasileiro, Gomes (2023) reflete que “a educação escolar tem sido um dos principais meios de socialização de discursos reguladores sobre o corpo negro” (p.95). Neste ponto, é fundamental problematizar a utilização dos termos “discursos reguladores”, a autora ainda chama a atenção para os diferentes meios e formas com que os corpos negros são realocados, definidos e estereotipados nos espaços de poder. A escola como uma instituição social também assume essa função e reproduz todos os estereótipos da sociedade em relação ao negro, ao corpo negro.

Para Nilma Lino Gomes (2023) cabe redefinir os parâmetros e rediscutir as epistemologias em uma educação antirracista e em uma construção curricular antirracista, inserindo, problematizando e trazendo as histórias dos excluídos da sociedade gradativamente, pois o que uma educação de qualidade realmente busca ou que deveria buscar são corpos emancipados e não regulados por um sistema, porque só assim o indivíduo terá condições de constituir sua identidade para ter sua própria autenticidade social, política e cultural.

3.6 PARA REFLETIR DENTRO DE UMA LÓGICA ANTIRRACISTA.

A educação escolar, embora não possa resolver tudo sozinha, ocupa um espaço de destaque. Se nossa sociedade é plural, étnica e culturalmente, desde os primórdios de sua invenção pela força colonial, só podemos construí-la democraticamente respeitando a diversidade de nosso povo, ou seja, as matrizes étnico-raciais que deram ao Brasil atual sua feição multicolor composta de índios, negros, orientais, brancos e mestiços. Kabengele Munanga (2005, p. 18)

Assim como Munanga (2005) destaca o papel fundamental que a educação tem diante aos esforços por uma educação antirracista, compreendemos também que o currículo é um “espaço” construído coletivamente em prol de uma educação que qualifica e prioriza o que se espera de ensino-aprendizagem do estudante para a vida em sociedade. Entendemos que um currículo auxilia na elaboração do plano e direciona a formação “adequadamente” ao que se espera do jovem para viver na sociedade.

Entretanto, questionar as lacunas e problematizar as falhas são pertinentes para a melhoria e qualidade de uma educação, especialmente, por uma escola, por estudantes antirracistas, por pedagogias plurais, por vários acessos dos estudantes a sua própria história, pois é um direito do estudante ter conhecimento e entendimento de sua identidade e reconhecer como a sociedade moldou certos grupos sociais para viverem às margens dela.

Como já citado por Nilma Lino Gomes (2023), já tivemos muitos avanços na educação, o Movimento Negro já ajudou em muito por uma educação antirracista e decolonial, mas precisamos continuar, precisamos tencionar o sistema.

(...) rompendo com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos; retira a população negra do lugar da suposta inferioridade racial pregada pelo racismo e interpreta afirmativamente a raça como construção social. (Gomes, 2023, p.23).

Quando Gomes (2023) destaca esse romper, reconhece os avanços como a Lei10.639/03 e a Lei11.645/08 no âmbito educacional, mas que ainda precisam ser discutidos, tencionados junto aos órgãos públicos para sejam aplicados em sua proposta real nas instituições de ensino.

Nesse mesmo caminho, a Professora e Pesquisadora Ana Lúcia da Silva (2019, p.35) afirma que apenas a Lei“10.639/03 não é suficiente para viabilizar a valorização da História da África, o negro no Brasil, a História e cultura afro-brasileira”. Segundo a pesquisadora, a formação de professores que questionem “o paradigma eurocêntrico”, que assumam e atuem a partir de uma ótica multiculturalista, que percebam as estruturas historicamente hegemônicas no sistema educacional é fundamental.

Na contemporaneidade, ainda persiste imagens negativas, estereótipos que desqualificam o povo negro e seus descendentes. A Educação é um dos caminhos possíveis para combater e desconstruí-los. Por isso, é necessário repensar o ensino de História, a abordagem da História da África, a História e Cultura afro-brasileira, como também a formação docente inicial e continuada, em uma perspectiva multicultural e antirracista, a fim de desconstruir estereótipos que desqualificam o ser humano, presentes na sociedade e no espaço escolar também. Nas instituições de ensino de nosso país, durante todo o ano letivo é interessante que a Educação atente-se À diversidade, dando visibilidade aos grupos historicamente excluídos na sociedade brasileira, tais como: indígenas, negros, mulheres, entre outros; e não apenas nas datas comemorativas do calendário escolar. Sendo assim, é indispensável a formação inicial e continuada de professores e professoras atenta à diversidade. (Silva, 2019, p. 36).

No pensar a respeito sobre como mudar a educação por uma que aja, que seja antirracista e construa uma educação plural, decolonial, antirracista, Bárbara Carine Pinheiro (2023) observa que as crianças formadas por uma educação antirracista precisam ser nutridas do que “elas efetivamente são e não do que não são, mas que disseram acerca delas como mecanismos de controle social” (p.59). Precisamos, em nossos currículos, constituir pautas interdisciplinares coerentes com as realidades dos estudantes oriundos de diferentes contextos, currículos que viabilizem na prática o exercício e a identificação de crianças, jovens e adultos diante do saber.

Desta forma compreendendo a dimensão que a ação antirracista exerce, recorreremos a definição de Lucimar Rosa Dias, Valeria Pereira da Silva, Sandra Aparecida da Silva e Ranna Emanuelle de Almeida (2021) que apresentam de forma clara, didática e objetiva o que podemos compreender em ser antirracista e uma educação antirracista comprometida.

(...) ser antirracista é uma posição política assumida perante a vida e se configura em práticas que ocorrem em espaços escolares ou fora deles. Para a realização de uma educação antirracista é necessário explicitar veemente contrariedade com o discurso racista presente: no currículo escolar, nas

propagandas disseminadas em meios midiáticos, nos modos como pessoas negras e indígenas são tratadas socialmente e produzir outro currículo, outras representações destes grupos que reconheçam nele beleza, inteligência, enfim a humanidade na sua plenitude tanto quanto. É parte de uma educação antirracista comprometer-se com a igualdade social e racial na sociedade brasileira, ou seja, ser antirracista significa lutar por igualdade entre as pessoas, mas não apenas no plano simbólico (imagens, representações etc.). (Dias et al., 2021, p.303).

Criar novos olhares ao passado, reconstituindo e verbalizando conhecimentos, experiências, contemplando os outros, os esquecidos, enaltecendo e ressignificando as ações históricas, políticas, econômicas e sociais.

Para que essas e outras idealizações sejam realizáveis, para que realmente tenhamos um currículo antirracista, temos que compreender que trata-se de um produto coletivo, e, neste sentido, Pinheiro (2023) observa que “o papel da branquitude na luta antirracista é o papel de quem criou o racismo, então compreendo que as pessoas brancas críticas terão que construir por si só esses caminhos” (p.61). Ao enfatizar ser papel da branquitude em relação à educação antirracista, a autora cobra posicionamento direto sobre o grupo que historicamente e subjetivamente consolidou o ideal do racismo. Não podemos compreender que uma luta antirracista precisa ser pensada ou problematizada apenas pelo negro, pelo movimento negro. A causa precisa ser coletiva, especialmente, para os grupos que a formula, por meio do eurocentrismo, a lógica da dominação e inferiorização do negro nos diferentes espaços.

Quando Bárbara Carine Pinheiro (2023) faz uma provocação diante do papel da branquitude para uma educação antirracista, ela enfatiza que não basta defender a causa, mas agir sobre ela. Problematizar e tensionar ações. Lembrando que a escola, por representar e ser um micro espaço social, precisa pensar em mecanismos e ações coletivas, a partir da educação formal, para combater do racismo interno e externo.

3.7 A LUTA PARA REAFIRMAR A EXISTÊNCIA DO PENSAMENTO NEGRO

Ao iniciar a escrita desta parte do texto, deparei-me com uma lembrança que vai ao encontro com o comentário de Beatriz Nascimento (2021) no livro “Uma História feita por mãos Negras”, no livro a autora destaca que as formas e práticas de racismo

ocorreram em vários níveis, do mais sutil ao mais rude. Seja na rua, em família, na escola.

Segundo a pesquisadora, o negro é questionado por ser negro. Por não assumir ou praticar uma religião afro. É questionado por ter que saber tudo sobre seu povo, como se fosse obrigação da pessoa constituir todo um arsenal de informações. De estar preparado constantemente para saber e se defender a tudo que o branco desconheça ou reforça sua lógica racista.

As manifestações preconceituosas são tão fortes que, por parte da nossa intelectualidade, dos nossos literatos, dos nossos poetas, da consciência nacional, vamos dizer, somos tratados como se vivêssemos ainda sob o escravismo (...) perpetua teorias sem nenhuma ligação com nossa realidade. (Nascimento, 2021, p. 41).

Neste momento, deparei-me com essa mesma percepção que a autora destacou em sua obra. Em um grupo de estudo para a escrita da dissertação, um colega, após minha apresentação, sugeriu que eu deveria apresentar os teóricos que achava necessário para podemos estudar em sociologia. Pois ele desconhecia qualquer pensador preto, sendo assim não tinha como trabalhar nas aulas. Sugeriu que minha dissertação fosse como um guia didático, sugerindo referências pretas para que depois compartilhasse com outros professores meu levantamento.

Em um primeiro instante não vi qualquer agressividade com a “sugestão” do colega, recebi a proposta cordialmente e segui nas orientações dos professores da banca inicialmente. Entretanto, após um período de reflexão, percebi que a fala do colega, mesmo sem a intenção de ofender ou agredir, reforçou uma lógica que historicamente buscamos combater, de que o negro deve saber e conhecer, buscar e estudar, apresentar, defender e teorizar a discussão sobre o racismo. Se quer falar sobre o racismo, apresente. Nos apresente, nos dê a informação pronta que podemos estudar, pensar. Ou seja, por eu ser um homem preto, apresentando uma proposta que teorizava sobre a intelectualidade negra, caberia a mim apresentar o estudo de pensadores negro para combater o epistemicídio, como se fosse exclusividade do preto ter que defender e teorizar sobre raça sempre. Bárbara Carine Pinheiro (2023) ressaltou como é cansativo a luta do negro diante ao racismo e eu reitero, é exaustivo ter que lutar e, muitas das vezes sozinho e sem uma perspectiva coletiva de combate, diante ao desinteresse, ao desconhecimento e a desinformação.

Mas como disse Nascimento (2021, p.45) “ devemos fazer a nossa história, buscando nós mesmos, jogando nosso inconsciente, nossas frustrações”, pois só assim construiremos outros olhares diante ao povo negro, diante a intelectualidade negra. Desta forma, valorizar os escritos, teorias, reflexões feitas por pensadores negros é necessário e fundamental para o conhecimento, e enaltecer essas figuras contribui de certa forma para a promoção do campo intelectual e do pensamento social.

4 OS LIVROS DO PNLD DE 2018: DA ANÁLISE DO EDITAL DE FOMENTO À INTELECTUALIDADE NEGRA NOS LIVROS

"O filho de empregada que nasceu no lixão hoje ta
na 'facu' cheio de livro na mão"
Hino contra o Golpe

A filha da empregada ingressa em uma Universidade por programas de fomento. A empregada poder viajar de avião. Mãe e filha, podem comer e beber, comprar, ter casa própria. Essas e tantas outras condições, inclusive de estudar em uma universidade pública, concorrer à cargos antes, exclusivos da elite. Ações viabilizadas graças às pública do Governo do PT (2002-2015). E que despertaram o ódio, alimentou a raiva da elite branca e a partir de 2018 vivenciamos uma onda de extremismos que afetou o cenário político, educacional e cultural em país.

O edital que fomentou as inscrições das obras didáticas pelas editoras para concorrer em edital público e conseqüentemente fazer parte do Guia para escolhas dos livros didáticos do PNLD de 2018 iniciaram em 2015. Ano de forte instabilidade política no governo da Presidenta Dilma Rousseff.

Vale ressaltar que logo no início do segundo mandato, a Presidenta Dilma enfrentou diversas críticas institucionais e era frequentemente pauta nos noticiários mídia brasileira, sendo bombardeada com críticas, desde sua gestão a seus pronunciamentos. Uma prática corriqueira para desmoralizar e contribuir para intensificar uma imagem negativa da então presidente reeleita. Em uma manobra para desmoralizar a gestão da então presidenta, grupos opositoristas convocavam a população insatisfeita com a gestão da Presidenta a irem as ruas manifestarem suas revoltas. Atrelada a uma série de fakenews e tendo o Legislativo contra sua gestão, crise econômica e, forte movimentação pela ala opositorista, o Brasil presenciou um “picadeiro” político-midiático que resultou “Golpe em 2016”.

4.1 O CONTEXTO POLÍTICO DO PAÍS QUE PERMEOU O PNLD DE 2018

Dia 17 de abril de 2016, após mais de seis horas de votação, para muitos um verdadeiro espetáculo circense (não desmerecendo ou desmoralizando a profissão), entre as frases, “pela minha família, pela honra, voto sim”, com confetes perucas,

cartazes, “Tchau querida!”, o Parlamento autorizou a abertura do processo de *impeachment* contra a então Presidenta Dilma Rousseff, por 367 votos a favor, 137 votos contra e sete abstenções. Naquele fatídico momento, era iniciada a institucionalização do retrocesso em nosso país.

FIGURA 1 – Registro fotográfico do parlamento momento do Impeachment



FONTE: Brasil de Fato, 2021.

A História recente do Brasil, em um recorte temporal de 2016 para cá, foi uma verdadeira montanha russa imersa em um abismo, diante a um passado futurístico, idealizado por uma classe média brasileira que acreditava estar no caminho certo do presente para um passado tardio e odioso. Sim, essa mesma confusão que para o leitor possa ter aos termos aqui apresentados, serve de noção/confusão para pensarmos o que foi a partir do Golpe de 2016, até o ano de 2022.

Mas qual a finalidade de pensarmos a política de 2016 para a narrativa de nosso objeto de estudo, o livro didático? Relacionamos o nosso objeto com o fato histórico de 2016 até o ano de 2022, pois estávamos imersos em um retrocesso sociocultural, educacional e político em nosso país que refletiu diretamente na composição da ideia sobre educação pública em nosso país.

De 2016 para cá, tivemos a queda de Dilma Rousseff, consulta e homologação da Base Nacional Comum Curricular e a Reforma do Ensino Médio, manifestação dos estudantes secundaristas, ódio e desinformação revestidos de manifestação por uma “escola sem partido”, a eleição do Ex-Presidente Jair Bolsonaro e o avanço da direita no Brasil, a Pandemia Covid-19.

O retrocesso foi, sem dúvida, o grande triunfo deixado pelo bolsonarismo institucionalizado e politizado em nosso país. Esses e tantos outros acontecimentos que ocorreram neste curto espaço de tempo remexeu o progresso social e educacional que estávamos construindo a partir de políticas públicas e incentivo a pluralidade educacional em nosso país.

A produção do conhecimento e a cientificidade foram alvos de ataques por grupos ultraconservadores. As Universidades Públicas Estaduais e Federais foram atacadas por grupos autointitulados defensores dos valores da moral e da “verdade”, colocando à prova todo um saber científico ao crivo da pseudociência, dos dogmas conservadores de uma ceita profanada, ora em púlpitos de igrejas, ora em palanques eleitorais. Nos canais e estações de rádio e TV ou ainda nos grupos de mensagens, podcasts, sites, canais de vídeos de compartilhamento, um verdadeiro arsenal de desinformação foi construído, impactando diretamente e principalmente a educação brasileira em todos os seus níveis e circunstâncias.

E assim, nesse meio político, instalou-se o período caótico da sociologia no Brasil, alvo historicamente de perseguição e silenciamento, a sociologia mais uma vez teve seu apagamento gradual com a proposta da nova BNCC, conseqüentemente, a produção dos livros didáticos de sociologia, compra e distribuição foram afetados. Lembremo-nos que o último PNLD de Sociologia ocorreu em 2018.

Por essa razão que pensamos o livro didático de sociologia como um produto de um tempo e espaço e como um artefato simbólico, precisamos compreender inclusive o período histórico que ele foi idealizado. Quais os encaminhamentos e discussões sociais foram relevantes e necessários, quais as ponderações estavam em curso no Brasil.

4.2 DO GOLPE DE 2016 ATÉ A ELEIÇÃO DE BOLSONARO – O DESMONTE GRADATIVO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA.

Nora Krawczyk e José Claudinei Lombardi (2018), no livro “O Golpe de 2016 e a Educação no Brasil”, reuniram vários autores que analisaram e produziram um necessário volume teórico, sistematizando o que hoje podemos confirmar que foi um golpe político contra a então Presidenta Dilma Rousseff. A partir de desdobramentos que iniciaram desde 2013, com investimentos financeiros de empresas e grupos norte-

americanos, constatou-se um verdadeiro esquema de controles de informações e cooptações do Judiciário brasileiro, segundo os pesquisadores, o Golpe Parlamentar contra a democracia, contra a Presidenta Dilma, ocorreu viabilizado por interesses da burguesia conservadora brasileira, atrelados com empresas dos Estados Unidos, na busca por riquezas como o pré-sal e o bloqueio da produção nacional.

Para Krawczyk e Lombardi (2018) o que aconteceu no Brasil foi “um exemplo mais sofisticado de guerra híbrida” sem chegar a com conflito armado, visto que essas ações para a derrubada do Executivo foram orquestradas em várias ações que juntas e tiveram fôlego suficiente para a derrubada gradativa da Presidenta, criando assim um ambiente fervoroso ao ódio pelo PT e a tudo que o relacionavam.

Esse cenário de ódio resultou em manifestações de rua, criação e defesa das operações da Lava Jato (proposta como uma operação de combate à corrupção no executivo e legislativo brasileiro), sendo em grande parte das operações reportadas a grande mídia brasileira, servindo de suporte para o impedimento da candidatura de Lula.

A tentativa de liquidar a economia brasileira estava em um processo gradual, para as potências internacionais, pois segundo contatado pelos estudos realizados, o interesse não era basicamente na compra do pré-sal, mas sim acabar com qualquer tipo de desenvolvimento econômico nacional. Pois com o desenvolvimento do pré-sal, a economia brasileira estaria possibilitando investimentos nos diversos setores do Brasil, inclusive dando suporte a grandes empresas como a própria Friboi e a Odebrecht (ambas empresas atingidas e desmanteladas pela operação Lava Jato), possibilitando ao Brasil, com uma economia forte, atuar como uma das grandes potências mundiais ao ter criado o BRICS em conjunto com outras nações.

Com uma mídia inflada de informações e jogo de interesses, partidos e judiciário cooptados a um esquema de desmonte do sistema democrático brasileiro, o Golpe foi consumado. Dilma foi destituída do cargo, assumindo a gestão Michel Temer que foi um dos cabeças para a derrubada estratégica e midiática da Presidenta. Logo em seguida, Temer já tinha sua própria equipe de Governo, homens alinhados ao projeto de privatizações, redução orçamentária e de salários.

O que se viu no Governo de Temer foi as relações comerciais neoliberais trabalhando intensamente, a busca incessante na constituição legal do maior desmonte educacional já visto na história recente do Brasil. Dirce Zan e Nora Krawczyk (2018, p.113) enfatizaram que na reforma do ensino médio, “legitimada na

Lei n. 13.415, foi possível identificar o processo regressivo com outras formas de negação do conhecimento à juventude e aos professores”. Com a promessa de melhorias na Educação como um todo, a reforma do Ensino possibilitou a entrada de empresas privadas no jogo educacional.

Os autores ainda reforçaram que se não bastasse, em 2018, com a vitória de Jair Messias Bolsonaro o projeto da deseducação tomou ainda mais robustez. “procurou atender tanto às preocupações do fundamentalismo religioso” (p.23), gerenciado por um fascismo ideológico e alegoricamente aceitável por parte da sociedade leiga brasileira. O governo de Bolsonaro atacou sem piedade toda a pasta da Educação Pública com a promessa de pôr fim ao que definia ser uma educação esquerdista, gayzista, de professores militantes petistas, sem valor moral ou cristão para os jovens. Esses discursos inflou as defesas pró-governo ultraconservador, desprestigiando professores, estudantes, universidades. Colocando em questão quem teria o direito de ensinar, como ensinar e quais as estratégias, formas e conteúdos deveriam ser ensinados nas escolas.

Associado a tudo isso, professores, universidades, estudantes dos diferentes níveis de ensino passaram a serem questionados, atacados midiaticamente por integrantes de Grupos Ultraconservadores, por Sites de conteúdos conservadores e, por membros da família Bolsonaro. De 2019 até o fim do mandato em 2022, a Escola Pública e todo os integrantes foram atacados de formas e meios diferentes, mudanças de ministros da educação, cortes de recursos destinados, ataques a reitores e professores universitários, Ministério da Educação sendo investigado por haver corrupção passiva entre os membros da pasta, a criação de escolas cívico-militares, dentre outras atrocidades.

Mas todo esse caos que resultou da Gestão Bolsonaro, era previsível. Iniciada desde a campanha presidencial, o perfil totalmente descabido do então candidato Jair Bolsonaro e seus aliados mostrava o tom da política que estaria sendo preparada para o país. Uma política de exclusão, de retrocesso, de silenciamento dos grupos minoritários ou que divergissem da política em questão.

4.3 O EDITAL PARA A ESCOLHA DOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA NO PNLD/2018

Buscando tornar o entendimento do PNLD mais simples e fácil para o leitor, promovendo a dimensão que o programa possui, foi criado um modelo esquemático, baseado a partir do site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e da dissertação de Regiane Machado de Souza Pinheiro (2018), relacionando desde o processo de adesão das escolas ao PNLD até a entrega do material didático para as instituições de ensino.

FIGURA 2 – Diagrama da adesão ao recebimento do livro didático no Brasil pelo PNLD



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Levando em consideração que o nosso foco está analisar o objeto livro como nossa fonte de análise, a leitura descritiva do edital 04/2015 referente a inscrição das obras para 2018 foi fundamental para o enriquecimento em relação ao processo legal

referente às orientações exigidas via MEC e demais órgãos para as escolhas dos livros didáticos.

O edital De Convocação 04/2015¹⁷ teve como órgãos responsáveis as seguintes instituições: Ministério da Educação (MEC), representado pela Secretaria de Educação Básica (SEB); a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi); e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

No edital, composto por 75 páginas, foi possível identificar todas as especificações necessárias e fundamentais para as possíveis inscrições das obras didáticas de todas as disciplinas do Ensino Médio. Com orientações gerais destinadas a editores e autores de livros didáticos, nas 14 páginas iniciais do referido edital, podemos identificar 10 itens subdivididos em subtópicos de apreciação⁰ referente às especificações e direcionamentos exigidos via, como data de início das inscrições, quais obras seriam avaliadas, a quantidade de páginas que cada obra deveria ter, orientações para inscrições de autores e editoras. A fase da pré-inscrição, quantidade de exemplares a serem analisados, bem como deveriam ser anexados no ato da inscrição. O processo de avaliação, vetores e condições de aceite ou não em relação aos materiais inscritos.

Entre as informações que constam no referido edital, o item 6.4 – da Avaliação Pedagógica destaca que as ações pedagógicas das obras didáticas seriam realizadas por instituições públicas de educação superior, sendo o processo e orientações seguindo as orientações e exigências do MEC. Sendo a equipe técnica composta de professores da instituição, professores convidados de outras instituições e professores da rede pública.

Outra informação precisa e de fundamental importância para a lisura do processo de avaliação pedagógica cobrada via edital é que constasse nos guias de livro didático os princípios e críticas das avaliações sobre os livros didáticos que deveriam apresentar modelos das fichas de análises para dar auxílio à escolha nas escolas por professores e demais membros de equipes de ensino.

Na sequência do edital, constam 15 anexos com orientações, estrutura de material, revisão, avaliação e modelos de documentos para inscrição à convocação 04/2015. Para a nossa pesquisa, analisamos os anexos I, II e III como fundamentais

¹⁷ CGPLI, publicado em dezembro de 2015 – “Convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional Do Livro Didático PNLD 2018”

para produção, análise e interesses teóricos que fundamentaram a preocupação ao processo de inscrição e seleção dos livros didáticos.

No anexo I do edital, orientação da “estrutura editorial e critérios de exclusão na triagem” das obras, foi composto por 3 itens norteadores estruturais desde a capa aos critérios de exclusão do material. Uma observação a ser feita é que os livros de sociologia, filosofia e arte foram definidos como volumes únicos para os 3 anos do Ensino Médio.

O Anexo II “Especificações técnicas para produção das obras didáticas” tratava do formato do livro. Com 4 itens subdivididos em formato (define metragem, peso do livro), acabamento, embalagem e a especificação de CD como recurso didático.

O Anexo III – “princípios e critérios para a avaliação de obras didáticas destinadas ao Ensino Médio” foi estruturado em 3 critérios subdivididos em marcadores. Princípios; Critérios de Avaliação; Critérios Eliminatórios Específicos das Áreas.

Neste anexo em especial, chamou-nos a atenção para defesa e confirmação teórica-pedagógica que os livros didáticos deveriam ser norteados. Desta maneira, apresentou-se nesta parte do edital o artigo 35 da LDBN para tratar os objetivos e clareza para o Ensino Médio, como o aprimoramento da pessoa humana, autonomia intelectual, pensamento crítico, compreensão de teoria e relacionando com a prática a partir do ensino em cada disciplina.

Ainda neste mesmo anexo, há as orientações claras em relação à história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nas constituições dos livros a serem analisados, buscando o combate do preconceito e da discriminação racial, a proposta visada para a aceitação deveria estar relacionado a:

1.1.6. promover positivamente a imagem de afrodescendentes e dos povos do campo, considerando sua participação e protagonismo em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder; 1.1.7. promover positivamente a cultura e história afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros, dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações, conhecimentos, formas de participação social e saberes sociocientíficos, considerando seus direitos e sua participação em diferentes processos históricos que marcaram a construção do Brasil, valorizando as diferenças culturais em nossa sociedade multicultural; 1.1.8. abordar a temática das relações étnico-raciais, do preconceito, da discriminação racial e da violência correlata, visando à construção de uma sociedade antirracista, solidária, justa e igualitária. (Brasil, 2015, p.32).

Nos itens supracitados, vê-se uma nítida intenção na promoção de uma educação antirracista a partir dos livros didáticos, reconhecendo-os como produtos culturais, como instrumentos de auxílio a professores e estudantes ao longo do ano letivo. Entretanto não fica clara a forma para a promoção de uma educação antirracista, justa e igualitária.

Compreendemos que promover a cultura, os conhecimentos e o combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação racial passa pela questão das epistemologias. Pensar a negritude como produtores de saberes, além da questão racial é fundamental. Pensar e reconhecer a literatura de pensadores negros para falar além do racismo é necessário, mas isso não ficou claro no edital, dando margens para diferentes interpretações e análises.

Ainda neste mesmo anexo, ao referir sobre o componente curricular de Sociologia, além de destacar a apresentação de um conjunto de conhecimentos das ciências sociais, aponta para a tarefa da sociologia ao jovem no ensino médio como “fundamental [para] oferecer uma perspectiva ‘desnaturalizada’ e ‘crítica’ da vida social”¹⁸ (Brasil, 2015). Entretanto, no resultado das obras selecionadas, como veremos a seguir, não houve uma desnaturalização se referirmos a escrita dos materiais ou as concepções teóricas elencadas. O que houve foram meras citações em determinados capítulos dos livros ou apenas como “box complementar”, citando uma ou outra obra de determinados autores.

O item 3.2.5, “Critérios eliminatórios específicos para a componente curricular Sociologia”, correspondeu aos critérios para exclusão dos materiais caso não estivessem de acordo com o que era proposto. Entre os critérios como a fundamentação teórica clássica, coerência entre os capítulos, análise e reconhecimento das desigualdades sociais, diversidade de propostas de análises, havia ainda a preocupação sobre o existir “diferentes visões teóricas do campo das Ciências Sociais não privilegiando uma leitura dogmática acerca do mundo e a pluralidade de teorias e abordagens metodológicas” (Brasil, 2014, p.48), como fundamentais entre todas as obras a serem analisadas. Todavia, mais uma vez, o edital deu abertura para a implementação de narrativas diversas, mas não garantiu

¹⁸ Observamos que o edital ao propor uma visão crítica social e desnaturalizada em relação ao componente de sociologia, apresenta uma ideia que na prática, na versão final dos livros selecionados, não foi cumprida. Haja vista que ao propor uma desnaturalização e uma visão crítica, subentende-se que haveria uma pluralidade de ideias, com epistemologias diversas, inclusive a epistemologia negra sendo analisada.

efetivamente uma leitura, uma epistemologia negra, visto que após analisarmos as obras do referido edital e percebemos uma carência epistemológica negra para fundamentar os diferentes debates, afinal quando foram citados, um ou outro pensador negro, eram sempre os mesmos autores.

Em relação a Lei 10.639/03 e 11.645/08, identificamos que a maior preocupação presente no edital em análise correspondeu aos livros do componente curricular de história, e as áreas humanas foram as que mais atentaram-se a discutir uma educação antirracista.

Fazendo uma leitura mais crítica do edital em questão e o resultado deste com a seleção das obras do PNLD de 2018, reportamos a ideia de Sueli Carneiro (2010) de dispositivos de racialidade, pois não podemos perceber uma preocupação precisa em relação ao epistemicídio negro ou uma preocupação mais clara quanto a questão do negro no Brasil, a violência dos corpos negros, a exclusão social, a deficiência do Estado diante a um problema histórico.

4.4 A IMPORTÂNCIA DOS GUIAS DOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA.

Buscando auxiliar os professores a escolherem o livro que melhor se adequa às realidades do estudante, à qualidade física do material, bem como à diagramação, à composição teórica, as editoras entregam os guias dos livros didáticos que representam este suporte técnico, prévio em relação aos livros aceitos pelo Plano Nacional do Livro Didático. Eles foram analisados, avaliados técnica e metodologicamente por profissionais que, por sua vez, constituíram avaliações que servem de orientações para o professor escolher o material que lhe será útil em suas aulas.

Analisando o Guia do PNLD de 2018, a partir do site disponível¹⁹ para consulta no endereço eletrônico, temos a disposição todo um histórico que resultou nos referidos livros selecionados para a escolha do professor.

O site conta ainda com todos os nomes de todos os profissionais envolvidos e responsáveis pela avaliação dos materiais, citando a qualificação e instituição a que

¹⁹ Além do site, é possível baixar uma versão do Guia em PDF. Vale destacar que o Guia do PNLD de 2018 foi disponibilizado em versão impressa, material gráfico, para todas as unidades públicas do país. O site encontra-se disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/pnld-2018>. Acesso em: 18 mar. 2024.

pertencem, destacando assim a isonomia e lisura de todo o processo de escolha dos materiais.

O guia é composto de 10 abas sendo elas: Introdução; Guia e Processo; Escolha; Registro da Escolha; Compromissos; Ata da Escolha; Código das Coleções; Referências; Equipe; Baixar o Guia em PDF, com várias abas autoexplicativas, orientando e instruindo sobre a importância da escolha e leitura das resenhas dos materiais selecionados para melhor escolha do material didático pelos professores. Consta ainda no site uma orientação sobre como preencher a ata de escolha, o Guia serve como um passo-a-passo para que o professor tenha autonomia, consciência e perceba a importância da escolha do material que servirá de suporte para o lecionar.

FIGURA 3 - Captura de tela do Guia Digital | Apresentação

<PNLD2018> GUIA DIGITAL | APRESENTAÇÃO

ACESSIBILIDADE REDUZIR NORMALIZAR AUMENTAR CONTRASTE AJUDA

APRESENTAÇÃO

BIOLOGIA
FILOSOFIA
FÍSICA
GEOGRAFIA
HISTÓRIA
LÍNGUA ESPANHOLA
LÍNGUA INGLESA
LÍNGUA PORTUGUESA
MATEMÁTICA
QUÍMICA
SOCIOLOGIA

INTRODUÇÃO
GUIA E PROCESSO
ESCOLHA
REGISTRO DA ESCOLHA
COMPROMISSOS
ATA DA ESCOLHA
CÓDIGO DAS COLEÇÕES
REFERÊNCIAS
EQUIPE
BAIXAR O GUIA EM PDF

Professora e Professor, aproveitem a novidade do Guia PNL D 2018!
Acessem o conteúdo completo de cada Manual do Professor aprovado clicando em "ACESSE O LIVRO" no cabeçalho das resenhas. A chave de acesso deve ser solicitada ao(a) diretor(a) da sua escola.

INTRODUÇÃO

Cara professora, caro professor,

Apresentamos o Guia de Livros Didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD 2018). Nele são encontradas as informações que poderão auxiliá-lo(a) na escolha dos livros didáticos a serem adotados em sua escola. Assim, você poderá tomar conhecimento dos passos necessários para que a sua escola possa escolher aqueles livros que mais se adaptam ao seu projeto político-pedagógico e ao trabalho que os(as) professores(as) desenvolvem em seu cotidiano. Poderá conhecer, também, os princípios didáticos e pedagógicos que moveram a avaliação pedagógica das obras inscritas.

Uma novidade trazida pelo PNL D 2018 foi a constituição de metade das equipes de avaliadores a partir do Banco de Avaliadores dos Programas Nacionais do Livro e da Leitura, aberto à inscrição de professores de instituições de ensino superior e da educação básica interessados em participar de processos de avaliação educacional no âmbito do Ministério da Educação. Assim, a partir de critérios previamente estabelecidos, as equipes de avaliação dos livros didáticos inscritos no PNL D 2018 foram compostas por professores universitários com larga experiência em pesquisas sobre o ensino e formação docente e por professores da Educação Básica com larga experiência no magistério.

Este Guia reúne informações gerais sobre os livros referentes aos seguintes componentes curriculares do Ensino Médio: Arte, Biologia, Filosofia, Física, Geografia, História, Língua Estrangeira Moderna Espanhol, Língua Estrangeira Moderna Inglês, Língua Portuguesa, Matemática, Química e Sociologia. As informações mais específicas sobre cada um destes podem ser encontradas no Guia de Livros Didáticos de cada componente curricular. Assim, você professora e você professor têm disponíveis, agora, um rico material que

FONTE: Captura de tela do site do PNL D (2018).

Logo na introdução, é apresentada ao docente a função que o guia didático representa para a efetividade de todas as etapas até a escolha do material final que será utilizado tanto pelo professor, quanto pelo estudante. Como podemos perceber no registro abaixo disponível no site:

Cara professora, caro professor,

Apresentamos o Guia de Livros Didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD 2018). Nele são encontradas as informações que poderão auxiliá-lo(a) na escolha dos livros didáticos a serem adotados em sua escola. Assim, você poderá tomar conhecimento dos passos necessários para que a sua escola possa escolher aqueles livros que mais se adaptam ao seu projeto político-pedagógico e ao trabalho que os(as) professores(as) desenvolvem em seu cotidiano. Poderá conhecer, também, os princípios didáticos e pedagógicos que moveram a avaliação pedagógica das obras inscritas. (PNLD, 2018)

Na aba “Os Guias e o Processo de Avaliação do Livro Didático do PNLD 2018” é disponibilizado ao professor todo um histórico legal para a escolha dos livros didáticos. Com redação clara, resumida e de fácil compreensão o professor tem a sua disposição toda a documentação, orientação legal para que o mesmo possa conscientemente fazer suas escolhas quanto ao material didático. Há ainda a descrição das Instituições de Ensino Superior que executaram o processo avaliativo pedagógico de cada componente curricular. Ressaltando a importância do Ensino Médio para a formação integral do estudante, reconhecendo-se ainda o papel que o livro didático assume diante a dimensão do ensino.

“(...) espera-se que o livro didático viabilize o acesso de professores, estudantes e famílias a informações, conceitos, saberes, práticas, valores e possibilidades de compreender, transformar e ampliar o modo de ver e fazer a ciência, a sociedade, a educação e a cultura. (Brasil, 2018).

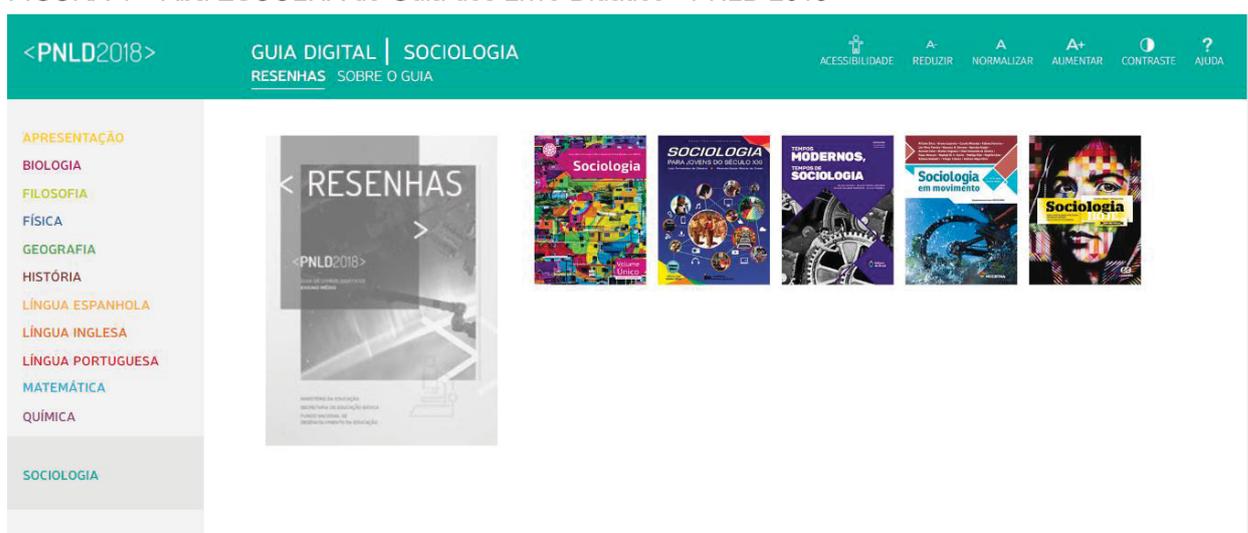
A valorização do livro didático como repertório cultural e de informação técnica e o conhecimento do estudante foram constantemente reiterados no Guia do Livro Didático como uma forma de expressar a real e necessária função que o livro possui. Ainda que haja a internet como ferramenta didática nas escolas, o livro se mantém como um produto acessível e de fácil manuseio dentro dos espaços escolares, sendo material disponível a todos os estudantes da rede pública.

Outro ponto a ser destacado foi a valorização do papel do docente no processo de escolha do material didático, ressaltando a função dele exerce diante da sua atuação e escolha, colocando o professor como protagonista do processo pedagógico, valorizando a atuação e democratizando a opção do docente.

Como proposto desde o início da apresentação do Guia do PNLD 2018, na aba ESCOLHA, constam as obras selecionadas com os seus respectivos resumos.

Na aba em questão, o docente tem a sua disposição o resumo completo da obra a partir da visão técnica dos professores de instituições de ensino superior, pesquisadores e de professores da educação básica. Nesta seção, esses profissionais deram seus pareceres em relação à composição teórica e metodológica de cada obra, em formato de resenhas que foram disponibilizadas aos professores para a referida escolha no período de 28/06 a 04/09 de 2017.

FIGURA 4 – Aba ESCOLHA do Guia dos Livro Didático - PNLD 2018



Fonte: Captura de tela do site do PNLD (2018).

Ao clicar em cada um dos ícones dos livros, abre uma outra página onde consta o nome da obra, os autores responsáveis, a editora, edição, ano de publicação e o código para a ata de escolha do livro sendo organizado em duas opções de escolha.

Organizado em uma resenha geral do material didático, o professor poderia ainda fazer a leitura das análises dos livros a partir de uma organização separado em subtemas como: visão geral, descrição, análise e sala de aula. Essa visão global do material e em fragmentos possibilitaria ao professor compreender quais os pontos, as estratégias e metodologias que cada material possui em sua dimensão.

4.5 OS LIVROS DIDÁTICOS SELECIONADOS SOB A ANÁLISE APRESENTADA PELA COMISSÃO TÉCNICA DO PNLD DE 2018.

Em comparação ao PNLD de 2015 que teve 06 obras selecionadas para o programa, em 2018 tivemos apenas 05 obras selecionadas. Na tentativa em compreender a dimensão das escolhas dos materiais, buscamos identificar quais

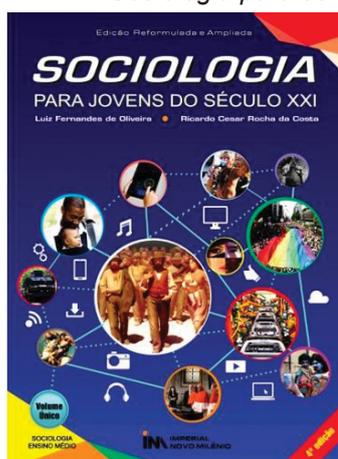
foram os pontos essenciais elencados pela Equipe Técnica Pedagógica que reconheceu a importância do material para servir de base para o Ensino Médio.

Após a leitura e observações referentes às obras, faremos uma análise a partir da presença negra nos livros didáticos, identificando quais os capítulos apresentaram maior diálogo com teóricos negros do pensamento social e quais narrativas de pensadores negros foram apresentadas ao longo das obras selecionadas.

Contrastando e questionando se ainda há a necessidade de repensar uma política antirracista na composição e escrita de livros didáticos ou se houve o que podemos identificar de epistemicídio negro na seleção teórica. Partindo destas considerações iniciamos a leitura e análise das obras.

4.5.1 Sociologia para Jovens do Século XXI

FIGURA 5 – Capa do livro *Sociologia para Jovens do Século XXI*



FONTE: PNLD, 2018.

Escrita por Luiz Fernandes de Oliveira e Ricardo Cesar Rocha da Costa, a obra *Sociologia para Jovens do Século XXI*, em sua quarta edição, é fundamentada na possibilidade de o estudante desnaturalizar o senso comum e, por meio de um olhar sociológico, reconstruir perspectivas que possam, de certo modo, identificar criticamente o local em que vive e os problemas sociais que convive.

O material norteia os capítulos a partir de possíveis situações de cotidiano dos jovens, adotando frases e acontecimentos da realidade deles para construir um eixo como guia de estudos para o desdobramento e fundamentação teórica correlacionados. Os autores acabam abrindo caminhos possíveis para leituras,

análises e fundamentação das ciências sociais, reiterando possibilidades nos estudos da sociologia, antropologia e ciências políticas.

Sobre o projeto gráfico, percebemos uma grande riqueza de fragmentos textuais, tirinhas, charges, imagens.

Composto por 24 capítulos, distribuídos em 400 páginas, o material dispõe de propostas interdisciplinares, subseções articuladoras com a proposta central do capítulo. O material oferece também um resumo de capítulo como mecanismo de retomada de conteúdo. Um destaque do material é a organização das unidades que apresenta logo no início uma breve descrição dos temas norteadores.

Neste material, busca-se articular diferentes narrativas teóricas de forma acessível à linguagem do estudante, centraliza-se um tema gerador como forma de promover o senso crítico e o debate desnaturalizando e desconstruindo o senso comum e dando lugar a leitura de mundo, por meio da ciência e fundamentação teórica.

4.5.2 Sociologia em Movimento

FIGURA 6 - Capa do livro *Sociologia em movimento*



FONTE: PNLD (2018).

Escrito por Afrânio Silva et al., *Sociologia em Movimento* apresenta uma particularidade logo à primeira vista, a quantidade de autores e colaboradores para a escrita e revisão do livro para o Ensino Médio. Publicado em 2016, pela Editor Moderna, 2ª Edição, o livro apresenta uma abordagem interdisciplinar e plural no quesito métodos e conceitos, buscando assim despertar o interesse a partir de temática atuais e contextualizadas a realidade do jovem estudante.

O material busca o protagonismo do jovem estudante como sujeito e participante real do tema proposto ao levar em consideração questões reais da vida do jovem e relacioná-las ao repertório teórico possível. Reafirmando que o conhecimento é um processo constante, levando o estudante e professores a criticarem, analisarem e perceberem o meio social em que estão inseridos.

Segundo a Equipe Técnica do livro, uma das preocupações em relação ao material foi a possibilidade em combinar conteúdos diferentes com propostas de pesquisas e atividades de extensão.

Organizado em 15 capítulos, distribuídos em 6 Unidades, o livro didático contou com 399 páginas, estruturado em temas norteadores. No corpo de cada capítulo, tem uma explicação inicial, dando enfoque a questões do cotidiano do jovem em sociedade, em seguida há uma explanação da teoria crítica sociológica sobre o assunto, por seguinte, um debate teórico/social com questões políticas, culturais, econômicas, históricas e sociais. No fim de cada capítulo, há uma seção de atividades para pôr em prática o debate sociológico possível a partir do tema estudado.

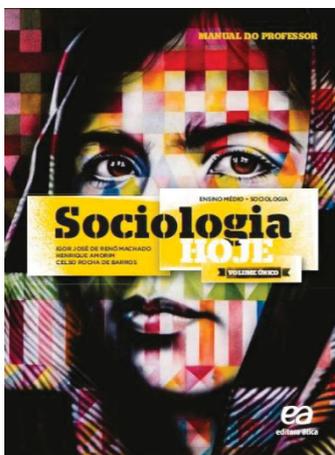
Nesse material, as seções “Interfaces e Movimentação” correspondem à proposta de interdisciplinaridade entre outras áreas do conhecimento. Fazemos aqui um destaque em especial à unidade chamada “A vida nas cidades do século XXI”, nessa unidade, o material aborda questões sobre gênero, raça, classe e movimentos feministas e LGBT, fundamentadas, destacando autores renomados para um aprofundamento teórico possível.

O livro tenciona numa mediação entre teoria e o mundo social do estudante, atrelado a uma proposta pedagógica norteada pela interdisciplinaridade e na pluralidade de ideias, teorias e conceitos.

Esse material também dispõe de deslocamento teórico, pois possibilitou autores fora do eixo comum da sociologia, das ciências políticas e antropologia que geralmente são abordados nos estudos para o ensino médio. Apresentando inclusive teóricos contemporâneos que dialogam e problematizam temas naturalizados na sociedade, como raça, gênero e identidade.

4.5.3 Sociologia Hoje

FIGURA 7 – Capa do Manual do Professor do livro *Sociologia Hoje*



FONTE: PNLD (2018).

A segunda edição do livro escrito por Celso Rocha de Barros, Henrique Amorim e Igor José de Renó Machado, publicada em 2016 pela Editora Ática, é organizada em três áreas das Ciências Sociais: Antropologia, Sociologia e Ciências Políticas. Em todas as Unidades consta a presença de um capítulo dedicado a um pensador brasileiro das ciências sociais. Segundo a Comissão Técnica Pedagógica que avaliou o material, a obra apresenta uma visão panorâmica, analítica e interdisciplinar. Destacando-se por conter uma redação clara ao público do Ensino Médio.

Com uma proposta pedagógica focada nas habilidades e competências dos estudantes, a obra traz como recursos textos, imagens, figuras e charges que dialogam com a proposta central de cada capítulo. Ainda no final de cada capítulo, há um box de sugestões de livros, filmes e sites que refendam o tema estudado.

Numa tentativa de aproximar a relação juventude, urbano e cultura, a obra apresenta em cada unidade um grafite reunindo os temas norteadores da unidade a ser trabalhada. Outro detalhe que o material apresenta é a relação das cores azul, vermelho e amarelo como cores das unidades do material.

Com 15 capítulos divididos em 3 Unidades temáticas (1 - Cultura; 2 - Sociedade e 3 - Poder e Cidadania), o material contém 384 páginas. Em todas as unidades, os três primeiros capítulos dialogam e fundamentam teoricamente toda a construção e o debate social da Unidade, o quarto, aborda a teoria sociológica brasileira e o quinto capítulo analisa a questão contemporânea a partir das narrativas já apresentadas e

teorias estudadas que auxiliam na fundamentação e na análise sociológica do objeto/tema estudado.

Uma particularidade desse material é a constituição de uma abordagem histórica, organizada em um capítulo, o que dá fôlego para a leitura e observação das variações e transformações do assunto/tema abordado. Outra atenção ainda destacada pelos pareceristas no Guia do Livro foi que este material, em especial, buscou dialogar com as disciplinas de arte, literatura e geografia, por meio de exibição e problematização de produções culturais diversas como fotografias, poemas, dentre outros artefatos, reforçando uma proposta interdisciplinar e multicultural.

4.5.4 *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*

FIGURA 8 – Capa do livro *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*



FONTE: PNLD (2018).

O livro *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*, escrito por Bianca Freire-Medeiros, Helena Bomeny, Julia O'Donnell e Raquel Balmant Emerique já na sua 3ª Edição, publicado em 2016, pela Editora do Brasil, adota o clássico filme de Charles Chaplin como fio condutor entre os temas e capítulos ao longo do material.

Diferentemente dos demais aprovados pelo PNLD, o livro possui uma parte específica que reconhece e destaca a intelectualidade Brasileira nas Ciências Sociais, além de um glossário de termos e conceitos sociológicos.

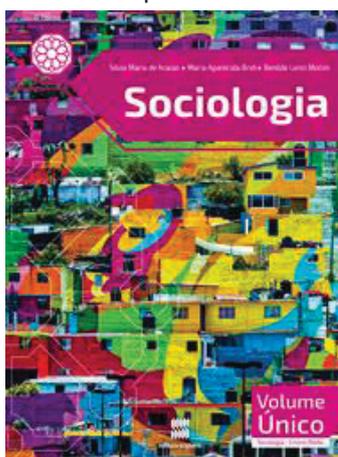
Com uma proposta crítica e dialogando constantemente com teóricos para fundamentar conceitos e teorias sociais, o livro utiliza de recursos imagéticos variados, mapas, tabelas, charges e principalmente cenas do filme que fazem referência ao livro para levar o estudante a refletir sobre sua posição social e cultural.

Composto por 384 páginas e com 22 capítulos, o livro é dividido em três partes fundamentais que norteiam toda a narrativa teórica que as autoras se propuseram para o estudo. No decorrer de cada capítulo, pequenos boxes estão distribuídos como recursos gráficos para dicas, interesses de leitura, fundamentos e conexões entre outras áreas do conhecimento.

Uma percepção possível que o leitor tem a respeito do material é a relação entre os “clássicos das ciências sociais” com os teóricos contemporâneos. O debate entre as diferentes correntes teóricas para fundamentar e estruturar o debate é uma marca constata deste material, principalmente sobre as concepções correntes e pensadores brasileiros.

4.5.5 Sociologia

FIGURA 9 – Capa do livro *Sociologia*



FONTE: PNLD (2018).

A obra de Benilde Lenzi Motim, Maria Aparecida Bridi e Silvia Maria de Araújo, 2ª Edição, publicada em 2016 pela Editora Scipione, conta com uma abordagem plural de conteúdos que buscam aproximar a produção acadêmica com os jovens do Ensino Médio por meio de linguagem didática, tentando relacioná-la com a realidade dos estudantes.

De acordo com o relatório apresentado no Guia do PNLD de 2018, o projeto editorial é atrativo aos jovens leitores do Ensino Médio por fazer uso de diversos recursos e pela composição visual proposta.

Buscou-se neste material, ao longo de todo o percurso didático, a imaginação sociológica foi o fio condutor de toda a narrativa construída, relacionando temas atuais

com contextos e teorias diversas como mecanismo de criticidade e diálogo entre as oposições.

Composto por 392 páginas, distribuídos em 12 capítulos, contemplando a imaginação sociológica, dialogando com a antropologia, sociologia e as ciências políticas. Composto por seções e subseções que apresentam temas específicos e conceitos diversos o material possui atividades que fazem o jovem refletir criticamente sobre assuntos atuais e historicamente constituído no Brasil e no Mundo. Neste sentido, a relação que se busca é pautada por um guia teórico que fundamenta todos os debates ao longo dos capítulos.

Algumas observações que enriquecem a obra é a presença das seções de revisão, vestibular e diálogos interdisciplinares. Elementos que fundamentam e priorizam o saber intelectual e preciso para o jovem estudante. Outro detalhe importante da obra são os glossários que aparecem ao longo de cada capítulo, que ajudam o estudante na decifração e entendimento de termos e conceitos propostos no debate sociológico. Dando grande ênfase aos autores clássicos das ciências sociais.

Dispondo de vários recursos, como letras de músicas, fotografias e charges, o material apresenta ao estudante uma diversidade de informações e referenciais possíveis para a construção contínua de um debate mais próximo dos estudos referentes aos impactos que a globalização teve em nosso meio.

4.5.6 Algumas observações quanto ao GUIA do PNLD

Percebemos que em todas as análises apreciadas no material do Guia do PNLD de 2018, os termos coerência e abordagem de temas são corriqueiros para justificar as escolhas dos materiais e a forma como os autores abordaram os assuntos elencados nos livros.

A preocupação que se teve em reconhecer as lacunas presentes em todos os materiais por parte da Equipe Técnica dos Pareceristas foi precisa e necessária. O direcionamento ao professor dentro da sala de aula, orientando em certas análises a necessidade de retomada de conteúdos, de buscar outras fontes e materiais complementares demonstra a preocupação que os pareceristas tiveram ao observar certas carências teóricas dos materiais.

Outra atenção dada nas análises dos materiais foram reafirmações contantes da presença de teóricos clássicos da sociologia em todos os materiais. Um espaço

direcionado para reforçar a presença constante dos pensadores como Marx, Weber, Durkheim na fundamentação teórica básica.

Outra preocupação dada foram as atenções da estrutura dos materiais, percebeu-se que por se tratar de um material de volume único, os autores buscaram atender-se na contemplação das três áreas das Ciências Sociais: a Sociologia, a Antropologia e as Ciências Políticas, possibilitando assim aos jovens estudantes do Ensino Médio perceberem a construção e a significativa importância do debate social para a percepção da realidade pessoal e coletiva e caminhos possíveis para a transformação e questionamentos possíveis.

4.6 PERCEPÇÕES E OUTRAS LEITURAS SOBRE OS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA DO PNL D DE 2018

Levando em consideração nossas escolhas metodológicas e teóricas para a construção das observações e análises qualitativas e quantitativas em nossa pesquisa, é válido destacar que ao abordar o método qualitativo, Goldenberg (2004) reafirma que "os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos".

Desta maneira, ao analisarmos os livros didáticos de sociologia, buscamos ir além do objeto inicial. Buscamos compreender as dimensões da ausência de certos repertórios teóricos necessários para a ideia de uma educação plural. Haja vista a existência de uma política pública como a Lei 10.639 de 2003 e a Lei 11.645 de 2008 que reiterara a necessidade da história, cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar.

Levamos em conta ainda as discussões para o campo da própria sociologia enquanto componente curricular que minimamente deveria apresentar e reverberar ações para a defesa de uma postura multicultural, valorizando as epistemologias plurais e uma educação antirracista em seu currículo.

Sendo assim, buscamos ao analisar a presença de intelectuais negros que se fizeram presentes nos livros didáticos de sociologia, levando em consideração para nossa análise os estudos de Laurence Bardin (2011), por permitir ao adotarmos a análise de conteúdos, temos como estrutura do objeto a pré-análise, a exploração do material e por fim o tratamento dos resultados.

Sendo assim, pautando entre a análise qualitativa e quantitativa, sob a metodologia de Bardin (2011), associada aos estudos culturais de investigação e crítica aos objetos/dados, iniciamos nossas análises em perceber nos materiais didáticos selecionados quem eram os autores das obras do PNLD de 2018, quais eram suas respectivas titulações e origem universitária, separando-os em grupos/categorias conforme a Quadro 1, a seguir.

QUADRO 2 – Formação dos autores das obras analisados

OBRA	AUTORES	FORMAÇÃO Titulação – Dra./Dr	UNIVERSIDADE
<i>Sociologia – Vol. Único</i>	SILVIA MARIA DE ARAÚJO	Sociologia	UFPR
<i>Sociologia – Vol. Único</i>	MARIA APARECIDA BRIDI	Sociologia	UFPR
<i>Sociologia – Vol. Único</i>	BENILDE LENZI MOTIM	Sociologia	UFPR
<i>Tempos Modernos, Tempos De Sociologia</i>	BIANCA FREIRE-MEDEIROS	História	UERJ
<i>Tempos Modernos, Tempos De Sociologia</i>	HELENA BOMENY	Sociologia	UERJ
<i>Tempos Modernos, Tempos De Sociologia</i>	JULIA O'DONNELL	Antropologia	FGV
<i>Tempos Modernos, Tempos De Sociologia</i>	RAQUEL BALMANT EMERIQUE	Ciências Sociais	FGV
<i>Sociologia Hoje</i>	CELSO ROCHA DE BARROS	Sociologia	Oxford - Folha de São Paulo
<i>Sociologia Hoje</i>	HENRIQUE AMORIM	Ciências Sociais	Unifesp
<i>Sociologia Hoje</i>	IGOR JOSÉ DE RENÓ MACHADO	Ciências Sociais	Ufscar
<i>Sociologia Em Movimento</i>	AFRÂNIO SILVA	Ciência Política	UFRJ
<i>Sociologia Em Movimento</i>	BRUNO LOUREIRO	Ciências Sociais	UFRJ
<i>Sociologia Em Movimento</i>	CASSIA MIRANDA	Filosofia	PUCRIO

(Continua).

(Continuação).

OBRA	AUTORES	FORMAÇÃO Titulação – Dra./Dr	UNIVERSIDADE
<i>Sociologia Em Movimento</i>	FÁTIMA FERREIRA	Educação	Estácio / Col. D. Pedro II – RIO
<i>Sociologia Em Movimento</i>	LIER PIRES FERREIRA	Direito	UERJ – Col. D. Pedro II – Rio
<i>Sociologia Em Movimento</i>	MARCELA M. SERRANO	Ciências Sociais	UERJ
<i>Sociologia Em Movimento</i>	MARCELO ARAÚJO	Artes Visuais	UFRJ – D. Pedro II – Rio
<i>Sociologia Em Movimento</i>	MARCELO COSTA	Antropologia	UFRJ – D. Pedro II – Rio
<i>Sociologia Em Movimento</i>	MARTHA NOGUEIRA	Ciências Sociais	UERJ – D. Pedro II – Rio
<i>Sociologia Em Movimento</i>	OTAIR FERNANDES DE OLIVEIRA	Ciências Sociais	UFRRJ
<i>Sociologia Em Movimento</i>	PAULA MENEZES	Antropologia	UFRJ – D. Pedro II – Rio
<i>Sociologia Em Movimento</i>	RAPHAEL M. C. CORRÊA	Planejamento Urbano e Regional	UFRJ – D. Pedro II – Rio
<i>Sociologia Em Movimento</i>	RODRIGO PAIN	Ciências	UFRRJ
<i>Sociologia Em Movimento</i>	ROGÉRIO LIMA	Sociologia	UFRJ – D. Pedro II – Rio
<i>Sociologia Em Movimento</i>	TATIANA BUKOWITZ	Sociologia	Candido Mendes – D. Pedro II - Rio
<i>Sociologia Em Movimento</i>	THIAGO ESTEVES	Ciências	UFRRJ
<i>Sociologia Em Movimento</i>	VINICIUS MAYO PIRES	Ciências Sociais	UFRJ
<i>Sociologia Para Jovens Do Século XXI</i>	LUIZ FERNANDES DE OLIVEIRA	Educação	UFRRJ
<i>Sociologia Para Jovens Do Século XXI</i>	RICARDO CESAR ROCHA DA COSTA	Serviço Social	IFRJ

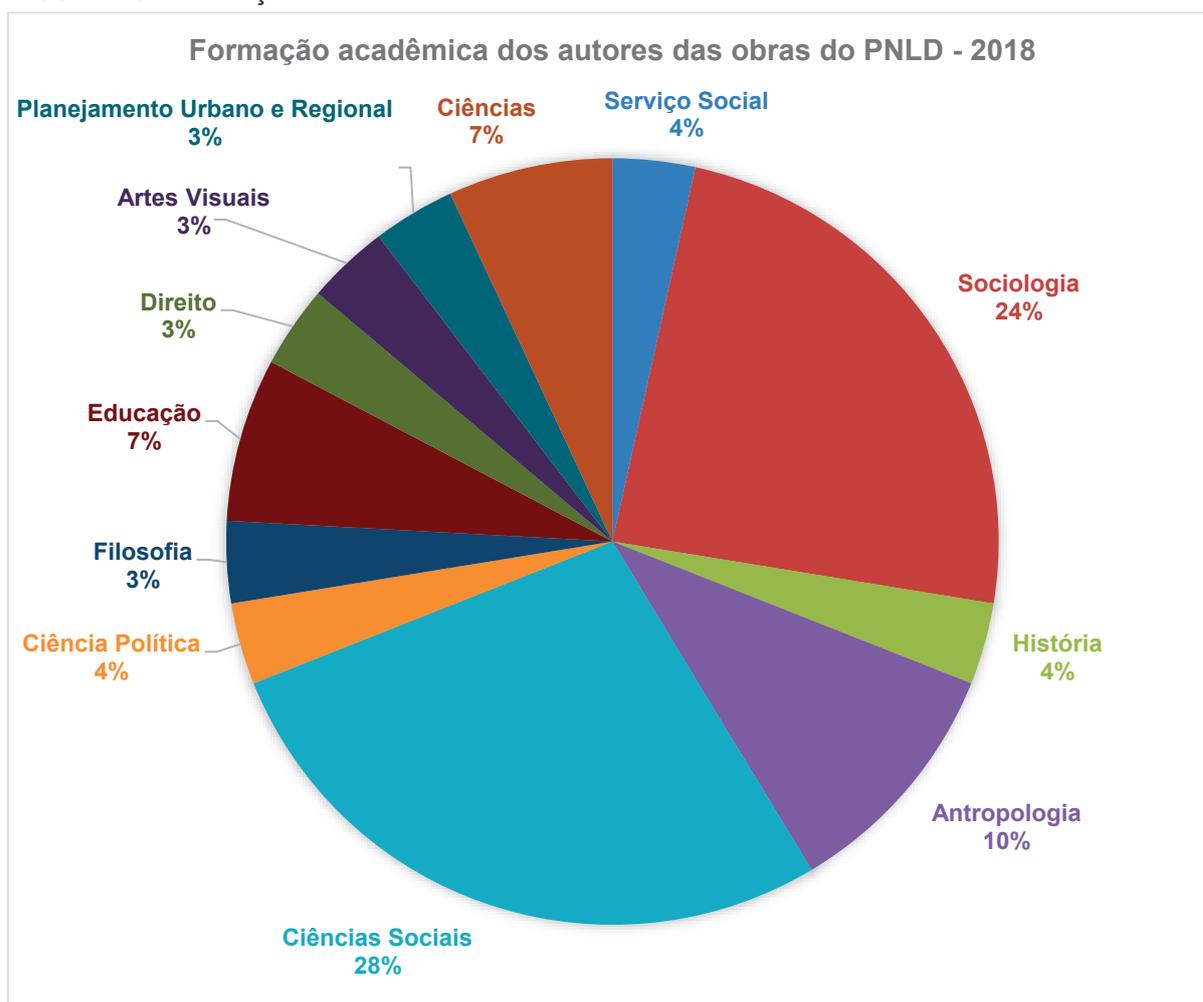
FONTE: Elaborado pelo autor (2024).

A partir dos dados apresentados no Quadro 1, podemos constatar as considerações realizadas por Simone Meucci no texto “Notas sobre o pensamento social brasileiro nos livros didáticos de sociologia de 2014”, segundo a autora “a maioria dos autores têm suas carreiras na região sudeste do Brasil” (p.230). Essa

identificação reforça a tese de uma limitação conceitual e teórica nos livros didáticos de sociologia, pois não há uma inserção ou uma pluralidade de narrativas acadêmica. Pois os estados dos autores concentram-se predominantemente entre São Paulo e Rio de Janeiro. Os únicos autores que saíram do eixo Rio-São Paulo foram as autoras da obra Sociologia da UFPR.

Outra informação apontada sobre os autores é em relação à formação acadêmica. Buscamos identificar qual seria a maior titulação dos autores para perceber quais seriam as áreas das ciências humanas presentes na elaboração dos livros didáticos. A partir do levantamento feito, constatamos que 68% dos autores são das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia, Ciências Políticas) e 32% representam outras áreas afins das ciências humanas com formação em nível Doutorado/Mestrado. Para melhor visualização elaboramos o gráfico abaixo para exemplificar a pluralidade de formações dos autores na composição dos livros.

FIGURA 10 – Formação dos autores do livro didático



FONTE: Elaborada pelo autor com base nos dados apresentados no livro didático (2024).

Ainda sobre os autores, é pertinente destacar que a origem institucional de quase todos é de Instituições Públicas (Estaduais e Federais), apenas 4 autores tiveram formações/titulações em Instituições Privadas, todas de grande renome nacional.

Essa percepção, aproxima-nos da ideia de uma concentração teórica entre os autores, devido à formação nas respectivas instituições, constituindo, de certo modo, uma estrutura de pensamento social e intelectual entre os autores citados das respectivas instituições de formação. A respeito desta constatação Meucci (2014) comentou que a produção bibliográfica nos livros de sociologia era “refratária” em relação às produções dos programas de pós-graduação.

Sobre essa observação feita em relação às bibliografias, podemos também considerar a relação de produção intelectual, destinada a reverberar a intelectualidade negra. São poucos os programas que dialogam com linhas de pensamento decolonial, antirracista ou que tenham uma bibliografia plural a respeito da epistemologia negra de maneira concreta nos programas. O que há nas IES são programas específicos voltados à educação antirracista e não uma linha dentro dos programas como o da Antropologia, Ciências Políticas ou da própria sociologia.

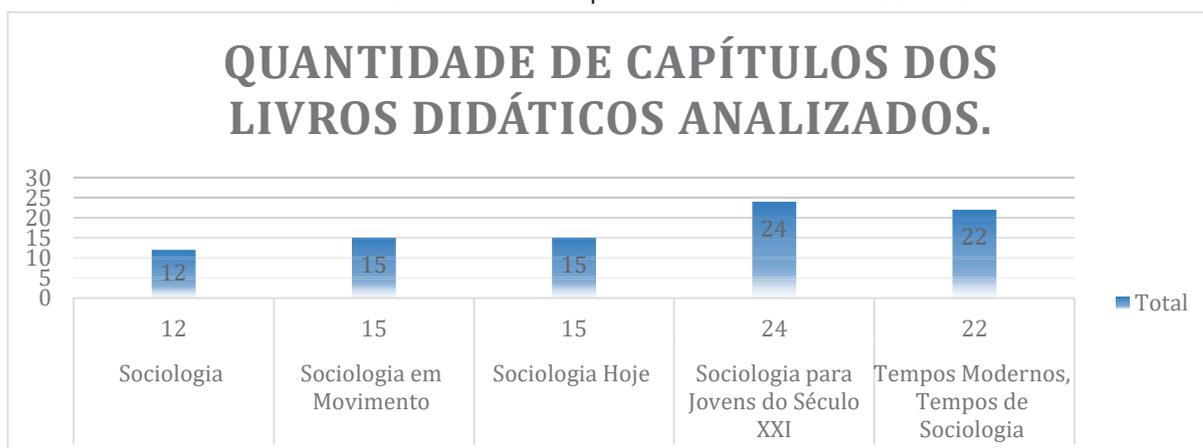
4.7 A INTELLECTUALIDADE NEGRA NOS LIVROS DIDÁTICOS

Como já destacamos em capítulos anteriores, os livros didáticos, por representarem um tempo histórico e social, por serem ao mesmo tempo entendidos como um produto cultural de uma sociedade, acabam representando inclusive ideias, valores, culturas do tempo, da sociedade em questão.

Ao analisar a presença da intelectualidade negra nos livros didáticos de sociologia do PNLD de 2018, fizemos um levantamento dos 5 livros selecionados pelo programa, entre os livros buscamos identificar quantos capítulos existiam em cada obra, quais dialogavam com a temática racial, quais estavam inserindo a epistemologia negra e quais eram os respectivos teóricos destacados nas obras.

Para auxiliar o leitor na percepção das obras, organizamos um gráfico destacando em quantidade, os capítulos que cada volume didático possui.

FIGURA 11 – Quantidade de capítulos das obras do PNLD de 2018



FONTE: Elaborada pelo autor.

Percebemos que mesmo com uma disparidade entre as obras em relação à quantidade de capítulos, todas elas mantinham uma quantidade de páginas equivalentes. Entretanto, um detalhe que nos chamou a atenção na escrita e na leitura dos materiais foram, além dos poucos espaços para a questão racial, uma grande quantidade (não a totalidade) de representações dos corpos negros para ilustrar cenas do cotidiano de jovens periféricos em situações “animadas” “festivas”. Desconstruindo a imagem estereotipada do negro subalternado no mundo do trabalho e na cultura.

Diante da quantidade de cenas, imagens, pinturas e fotografias sobre pessoas negras em diferentes situações, buscamos também destacar em gráficos/tabelas separadas a quantidade de representações de corpos negros e negras para que o leitor pudesse perceber as disparidades entre a citação, representação e epistemologias negras numa mesma obra. Mesmo reconhecendo que esta não foi uma proposta de nossa pesquisa. Mas compreendemos que foi de fundamental importância tal observação, perceber a representação imagética do negro nas obras.

4.7.1 *Sociologia para Jovens do século XXI*

Na obra *Sociologia para jovens do século XXI*, a intelectualidade negra se fez presente em basicamente 2 capítulos, localizada nos capítulos 21: “Onde você esconde seu racismo” e no capítulo 22: “Lugar de mulher é onde ela quiser?”

Já a presença de imagens de corpos negros dispostos neste material seguiu uma quantidade considerável em relação às demais obras analisadas. Ao todo,

identificamos 12 fotografias e nenhuma pintura que retratasse o negro como sujeito. E, se compararmos com as demais obras, esta foi a primeira que não buscou atentar em pinturas ou gravuras para representar pessoas negras no debate sociológico.

FIGURA 12 – Mosaico de imagens presentes no livro didático Sociologia para Jovens do século XXI



FONTE: Elaborada pelo autor.

FIGURA 13 – Linha comparativa da representação de imagens do corpo negro do livro Sociologia para Jovens do século XXI



FONTE: Elaborada pelo autor a partir da análise do material didático (2024).

Em se tratando dos estudos e reconhecimento de pesquisadores, intelectuais negros, ao todo identificamos 13 pensadores citados, mas apenas 9²⁰ debatidos ao longo dos capítulos conforme a quadro a seguir.

QUADRO 3 – Pensadores pretos citados no livro *Sociologia para Jovens do século XXI*

TEÓRICO/ARTISTA	TEMA / ASSUNTO	LOCALIZAÇÃO NO LIVRO DIDÁTICO.
Milton Santos	Capitalismo	Citação indireta
Paulo Lins	Relações Sociais	Citação indireta
Muniz Sodré	Racismo	Citação direta
Kabengele Munanga	Racismo	Citação direta
Clóvis Moura	Racismo	Citação direta
Claudia Pons Cardoso	Feminismo Negro	Citação Direta
Lélia Gonzalez	Feminismo Negro	Citação indireta
Djamila Ribeiro	Feminismo Negro	Citação Direta
Chimamanda Ngozi Adichie	Feminismo Negro	Citação Direta

FONTE: Elaborado pelo autor com base no material analisado (2024).

Já no início da segunda unidade, o autor Milton Santos, abordado como intelectual dos estudos geográficos no Brasil, é meramente citado, a temática dessa unidade é Trabalho, Política e Sociedade.

Como já destacado anteriormente, os capítulos 21 e 22 fazem parte da Unidade Relações Sociais Contemporâneas, nessa unidade identificamos outros oito pensadores/pensadoras negros. O primeiro, apenas citado, foi Paulo Lins autor de *Cidade de Deus* para exemplificar a questão racial a partir do uso e tráfico de drogas no Brasil.

Já no Capítulo 21, “Onde você esconde seu Racismo? Desnaturalizando as desigualdades raciais” Muniz Sodré é citado para descrever o conceito de racismo. Seguindo a perspectiva em identificar e perceber o racismo, Kabengele Munanga é destacado para a construção e a identificação do racismo no Brasil no texto “Qual é a cor do Brasil? Ainda neste mesmo texto, Clóvis Moura é apresentado para discutir,

²⁰ Como nosso objetivo é perceber, reconhecer as epistemologias negras nos livros de sociologia, adotamos apenas pensadores debatidos, estudados e confrontados nos estudos. Autores que foram apenas citados, mas sem fundamentação não foram contabilizados, visto que suas contribuições não foram contempladas de maneira precisa e coerente para os debates que se propuseram.

brevemente o Movimento Negro no Brasil. Ainda neste mesmo capítulo, nomes como Malcolm X, Martin Luther King, Angela Davis, Nelson Mandela e Steve Biko foram apenas citados no corpo do texto para justificar o Movimento Negro em diferentes partes do mundo. Como a produção intelectual não foram citadas, e muito menos debatidas no texto, não os contabilizamos no texto.

No capítulo 22 “Lugar de mulher é onde ela quiser? Relações e dominação masculina no mundo de hoje, as autoras Claudia Pons Cardoso, Lélia Gonzalez, Djamila Ribeiro e Chimamanda Ngozi Adichie dividiram o espaço intelectual para explicar e dar sentido as nuances e marcadores presentes sobre o feminismo e feminismo negro.

Tendo Claudia Pons Cardoso responsável por explicar e dar sentido aos estudos de Lélia Gonzalez em relação ao feminismo negro. Nesta direção, a filósofa Djamila Ribeiro teve grande e forte destaque para explicar e contextualizar as noções e críticas em relação ao feminismo e a noção de feminismo negro. E, por fim, a autora Chimamanda Ngozi Adichie foi destacada para referência para pensar a luta feminista na literatura africana.

4.7.2 Sociologia

A obra em questão, diferentemente das demais obras selecionadas apresentou uma redação mais interpretativa dos autores que fundamentaram o capítulo. Sendo assim, as autoras buscaram ao longo dos capítulos explicar as temáticas sem necessariamente explicitar os teóricos que fundamentam a argumentação direta. Elas focaram em apresentar dados, textos informativos de agências governamentais. Buscando assim atrelar uma leitura mais dinâmica e de fácil entendimento ao leitor.

Portanto, diante deste modelo de escrita, identificamos apenas uma autora que fora citada em dois momentos específico, Nilma Lino Gomes, em “O sentido do trabalho, e no capítulo 11 “Juventude: uma invenção da sociedade”.

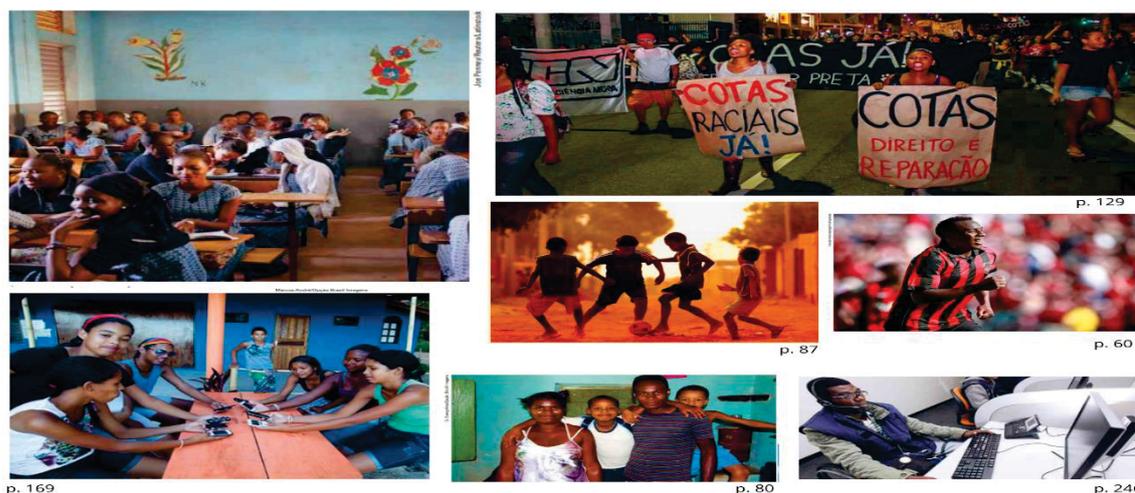
QUADRO 4 – Pensadores pretos citados no livro *Sociologia*

TEÓRICO/ARTISTA	TEMA / ASSUNTO	LOCALIZAÇÃO NO LIVRO DIDÁTICO.
Nilma Lino Gomes	Juventude no Brasil	Indicação Bibliográfica

FONTE: Elaborado pelo autor com base no material analisado (2024).

Uma observação a ser feita neste livro é a ausência de um capítulo específico para dialogar sobre a questão racial no Brasil e no Mundo. No entanto, foram percebidos as identificações e os usos de imagens de sujeitos negros para ilustrar questões sociais, políticas e culturais, como podemos perceber no gráfico abaixo.

FIGURA 14 – Mosaico de imagens do corpo negro presente no livro didático *Sociologia*



FONTE: Elaborada pelo autor.

FIGURA 15 – Linha comparativa da representação de imagens do corpo negro do livro *Sociologia*



FONTE: Elaborado pelo autor com base no material analisado (2024).

Entre todos os materiais estudados, esse material foi o único que deu um capítulo inteiro para discutir e teorizar a juventude e os dilemas e conflitos de ser jovem ao longo da história da sociedade.

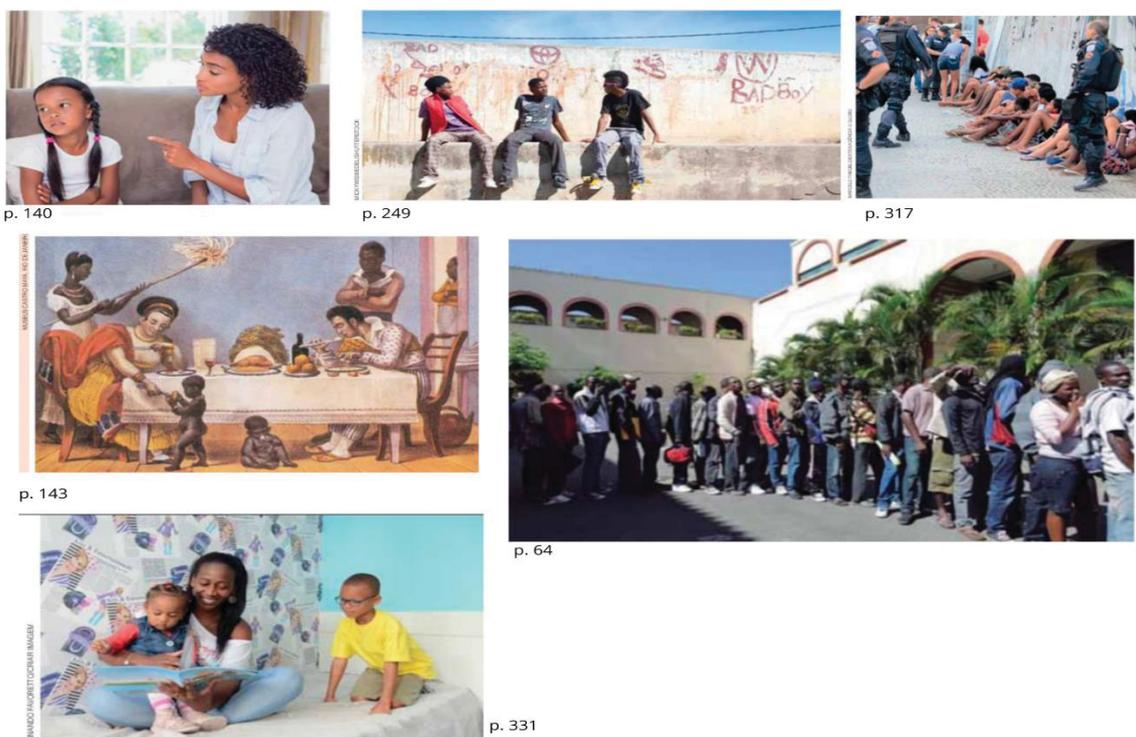
4.7.3 Sociologia em Movimento

Em relação à percepção por uma pluralidade de ideias, o livro *Sociologia em Movimento* buscou apresentar diferentes construções teóricas, com ricos argumentos e epistemologias diversas, especialmente em relação às intelectualidades negras. Ao longo de toda a obra, foram apresentados ao leitor/estudante onze autores. Destacando a maior concentração dos teóricos negros nos capítulos 5: “Raça, etnia e multiculturalismo” e 14: “Gênero, sexualidades e identidades”.

Entretanto, ao longo de toda a obra, vários autores foram citados ou referenciados seja em box complementar, seja em leituras complementares.

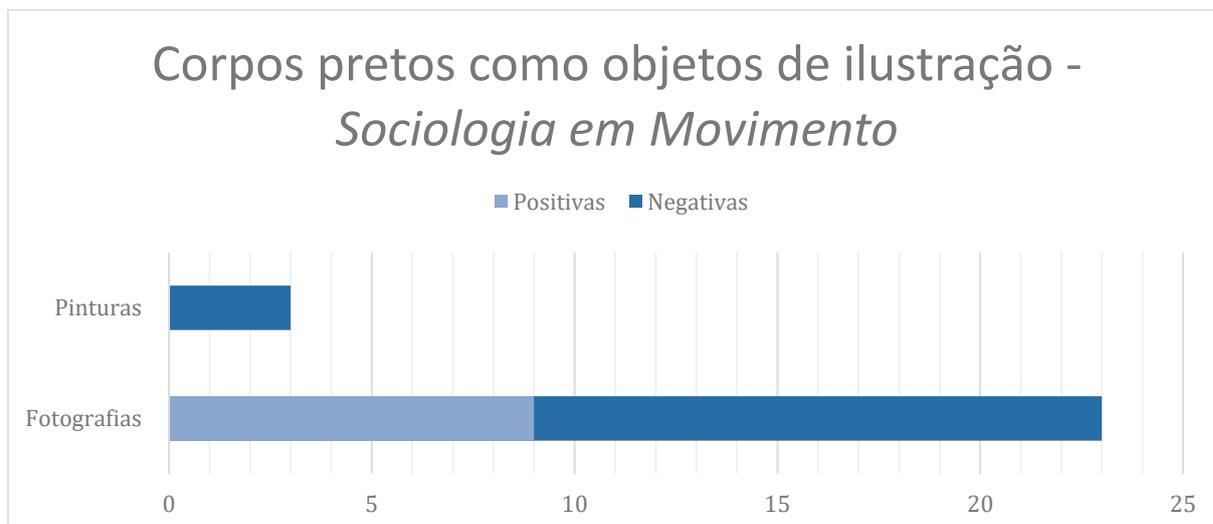
Uma particularidade desta obra em relação as demais, foi a quantidade significativa de figuras, pinturas negativizando a representatividade de corpos negros em comparação as outras obras selecionadas. Como podemos perceber no gráfico a seguir tanto entre as fotografias, quanto as pinturas a existência negativizada, inferiorizando a condição do negro na sociedade foi a mais atenuante entre as todas as demais obras analisadas.

FIGURA 16 – Mosaico de imagens do corpo negro presente no livro didático *Sociologia em Movimento*



FONTE: Elaborada pelo autor.

FIGURA 17 – Linha comparativa da representação de imagens do corpo negro do livro *Sociologia em Movimento*



FONTE: Elaborado pelo autor com base no material analisado (2024).

A mesma obra que mais teoriza e apresenta narrativas e intelectuais negros no corpo geral dos textos, com citações, indicações e explicações teóricas com maior afinco, é a mesma obra que teve maior quantidade de imagens e representações negras subalternadas e estereotipadas.

Sobre os autores negros e negras, ao todo foram citados, com trechos, informativo biográfico em boxes e indicações de leituras conforme indicativo na tabela abaixo:

QUADRO 5 – Pensadores pretos citados no livro *Sociologia em Movimento*

TEÓRICO/ARTISTA	TEMA / ASSUNTO	LOCALIZAÇÃO NO LIVRO DIDÁTICO.
Lima Barreto	Literatura Brasileira	Indicação de leitura
Stuart Hall	Identidade	Citação direta em texto complementar
Kabengele Munanga	Raça e Preconceito	Box biográfico
Celso Athayde	Raça e Preconceito	Indicação de leitura
Ahyas Siss	Raça e Educação	Box biográfico
Milton Santos	Globalização	Box biográfico
bell hooks	Feminismo Negro	Box biográfico
Lélia Gonzalez	Feminismo Negro	Box biográfico
Chimamanda Ngozi Adichie	Feminismo Negro	Exercício argumentativo
Josué de Castro	Fome e População	Box biográfico
Robert Bullard	Racismo Ambiental	Box biográfico

FONTE: Elaborado pelo autor com base no material analisado (2024).

Entre os autores citados na obra *Sociologia em Movimento*, o escritor Lima Barreto, referência de grandes obras da literatura brasileira, considerado por muitos críticos da literatura contemporânea como uma literatura marginal, foi o único de sua categoria destacado. Especificamente no capítulo 1, a obra escolhida do autor Lima Barreto estava como indicativo de leitura em relação ao contexto social do Brasil nos anos de 1900, *Triste fim de Policarpo Quaresma*.

No capítulo 2, na seção: “Considerações sociológicas”, temos o destaque de Stuart Hall para dialogar e fundamentar os estudos e compreensão sobre a identidade na pós-modernidade. Já no capítulo 5: “Raça, etnia e multiculturalismo”, destacou a contribuição do intelectual congolês radicado no Brasil Kabengele Munanga, ao retratar as formas e percepções possíveis para o combate do preconceito e do racismo, por meio da valorização da cultura, das heranças dos povos negros e indígenas em nosso país.

Uma das particularidades expressivas já destacada nessa obra é a constante valorização e presença de intelectuais em box, dialogando e promovendo a teoria e intelectualidade de diversos autores e, seguindo esta proposta, Kabengele Munanga na página 113, tem um espaço/box específico onde brevemente é apresentada sua biografia e as principais análises e teorias em relação ao racismo e formas de combate ao racismo no Brasil. Ainda neste capítulo, há a indicação do livro de Celso Athayde, MV Bill e Luiz Eduardo Soares²¹, *Cabeça de Porco*, obra que denuncia episódios de racismo e segregação no Brasil.

Outro intelectual destacado neste capítulo foi Ahyas Siss, estudioso das relações étnico-raciais no Brasil. O autor em questão diferentemente de Munanga, não tem sua análise precisamente apresentada no corpo do texto. Apenas em um box indicando a biografia e as principais teorias e estudos já realizados.

No capítulo 12, “Globalização e integração regional”, Milton Santos foi o único intelectual negro apresentado para abordar a questão da globalização e seus desdobramentos, propondo uma reflexão em relação às desigualdades sociais a partir do projeto da globalização.

Já no capítulo 14, “Gênero, sexualidades e identidades”, bell hooks e Lélia Gonzalez foram destacadas tanto na fundamentação e composição dos textos didáticos para justificar e teorizar o capítulo, como tiveram um espaço box para

²¹ O estudioso e pesquisador em questão foi citado para reconhecer seu pertencimento na obra destacada, entretanto não ele se enquadra em nosso levantamento e análise.

apresentar ao estudante uma breve biografia e o que ambas consistiam em pesquisar e analisar ao longo da carreira, dando ênfase ao feminismo negro. Ao término desse capítulo, na seção “Atividades”, um trecho da obra “Sejamos Todos feministas” de Chimamanda Ngozi Adichie é citado para possibilitar aos estudantes um debate quanto a posição da mulher na sociedade e os objetos de naturalização das funções e corpos na sociedade.

Outro intelectual, professor e político destacado nesta obra didática foi Josué de Castro, no capítulo 15 “Sociedade e meio ambiente”. A abordagem sobre este intelectual se deu na tentativa de analisar e compreender a questão da fome e a concentração de terras no Brasil.

Seguindo ainda neste mesmo capítulo, identificamos o intelectual estadunidense Robert Bullard, pensador responsável pela popularização do termo racismo ambiental ou ecorracismo. A presença do autor encontra-se apenas na seção Box. Reforçando a teoria e as interpretações em relação aos termos apresentados e projetados pelo intelectual. Seguindo de fundamentação para os estudos da desigualdade social, regional e ambiental.

4.7.4 *Sociologia Hoje*

Analisando a obra *Sociologia Hoje*, identificamos que a obra buscou apresentar uma variedade de autores, personalidades atuais, fazendo assim justo ao projeto voltado ao jovem do século XXI. Com artistas, personalidades e intelectuais das mais variadas nacionalidades, o material buscou de forma didática e objetiva contemplar determinadas correntes intelectuais e pensadores.

A partir da leitura do material, identificamos 3 intelectuais que fundamentaram determinados temas e capítulos, 2²² intérpretes/cantores e 2 ativistas²³ voltados à temática racial.

²² O músico Criolo e MV Bill são reportados nessa obra como indicativo de críticos em suas respectivas áreas de atuação com defesa ao rap como gênero crítico ao sistema desigual e ao racismo estrutural em nosso país.

²³ Angela Davis, nessa obra, não foi reconhecida como uma intelectual, pesquisadora sobre temas relacionados à raça e ao feminismo. Sua contribuição ficou apenas no campo do ativismo da década de 1970. Martin Luther King é apresentado como ativista político pelos direitos civis, tendo parte de seu discurso citado. Entretanto, como nossa proposta é destacar a presença de intelectuais negros e suas epistemologias nas obras, os pensadores citados não foram contabilizados em neste material em nossa pesquisa.

QUADRO 6 – Pensadores pretos citados no livro *Sociologia Hoje*

TEÓRICO	TEMA / ASSUNTO	LOCALIZAÇÃO NO LIVRO DIDÁTICO
Stuart Hall	Identidade	Citação
Kabengele Munanga	Questão Racial	Indicação de leitura
Milton Santos	Globalização	Indicação de leitura

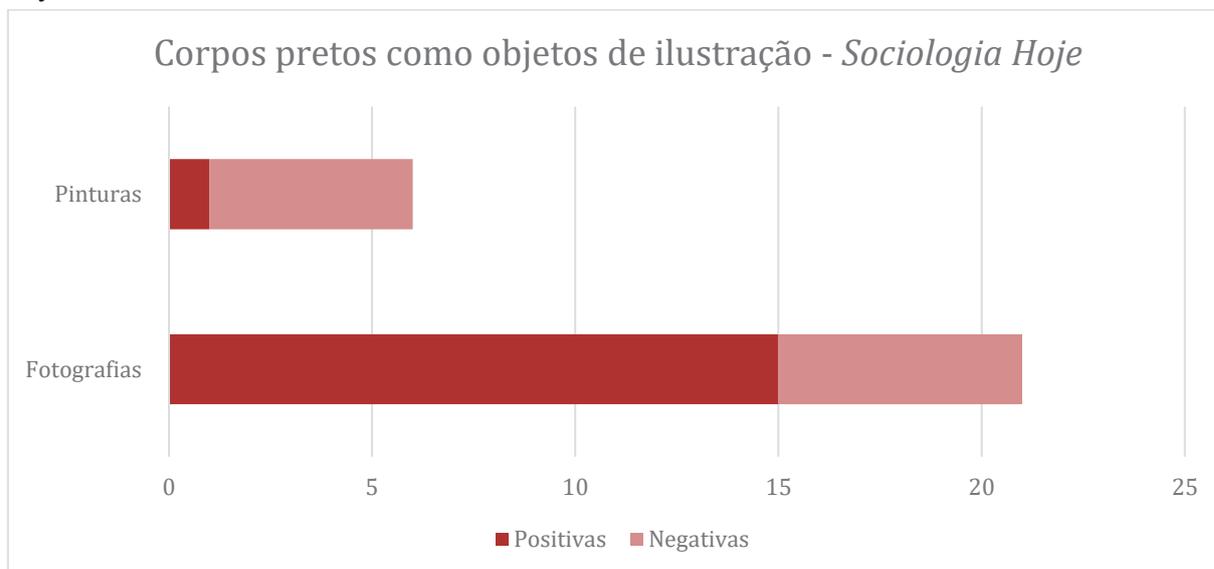
FONTE: Elaborado pelo autor com base no material analisado (2024).

Assim como mapeamos e selecionamos nas demais obras estudadas, identificamos um total de 27 imagens de corpos, sujeitos negros e negras ilustrados como mecanismos para contextualizar questões sociais presentes no livro.

FIGURA 18 – Mosaico de imagens do corpo negro presente no livro didático *Sociologia Hoje*

FONTE: Elaborada pelo autor.

FIGURA 19 – Linha comparativa da representação de imagens do corpo negro do livro *Sociologia Hoje*



FONTE: Elaborado pelo autor com base no material analisado (2024).

Entretanto percebemos que a ilustração desse grupo étnico mais uma vez destoou dos recortes e aportes teóricos que poderiam fundamentar as narrativas presentes na obra, deixando margem a outras leituras e interpretações de temas essenciais como raça, racismo, identidade, preconceito, a pensadores não negros.

Dando continuidade aos estudos levantados, identificamos que o primeiro intelectual apresentado na obra foi Stuart Hall, presente especificamente no capítulo 3 “Outras formas de pensar a diferença”, o autor é abordado na tentativa em dialogar sobre o conceito de identidade. Stuart Hall assim como todos os demais autores citados e abordados neste livro ao final do material tem um breve resumo da vida e obra, proporcionando ao estudante o conhecimento prévio de cada intelectual estudado.

Em “Sociologias Brasileiras”, capítulo 9, o intelectual Kabengele Munanga é citado junto a outros intelectuais para discutir sobre “A escravidão e a questão racial”. Mas o que mais nos chamou a atenção foi que, entre os oito autores destacados para debater e problematizar o tema, apenas um intelectual negro em meio a sete pensadores brancos para explicar o racismo no Brasil.

No capítulo 12 “Globalização e Política”, Milton Santos foi citado no box de Octavio Ianni dando ênfase aos estudos dos intelectuais na temática da globalização. Pensando em sua contribuição diante dos problemas decorrentes da globalização no

Brasil e no Mundo, o teórico foi outro que de acordo com os autores da obra analisada teve um espaço na seção “Biografias”.

4.7.5 *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*

No livro em destaque, *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* identificamos a presença de 3 autores negros e 5 artistas²⁴ consagrados da música popular brasileira espalhados ao longo de todo o material.

QUADRO 7 – Pensadores pretos citados no livro *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*

TEÓRICO	TEMA / ASSUNTO	LOCALIZAÇÃO NO LIVRO DIDÁTICO
Jesse de Souza	Meritocracia	Exercício argumentativo
Emanuel Araújo	Religiosidade	Exercício ENEM
Clayborne Carson	Racismo	Citação direta

FONTE: Elaborado pelo autor com base no material analisado (2024).

Entretanto a busca realizada nesse material identificou que os autores, pensadores negros em questão estiveram presentes no material exclusivamente em trechos de questões do Exame Nacional do Ensino Médio e Vestibulares diversos de todo o país, enunciados de atividades voltados para o exercitar dos jovens a problematizar temas estudados ao longo do capítulo. Identificamos o pensador Jessé Souza no capítulo 1 “A chegada dos ‘tempos modernos’”, no exercício selecionado, a referência feita ao autor foi em relação à meritocracia no Brasil.

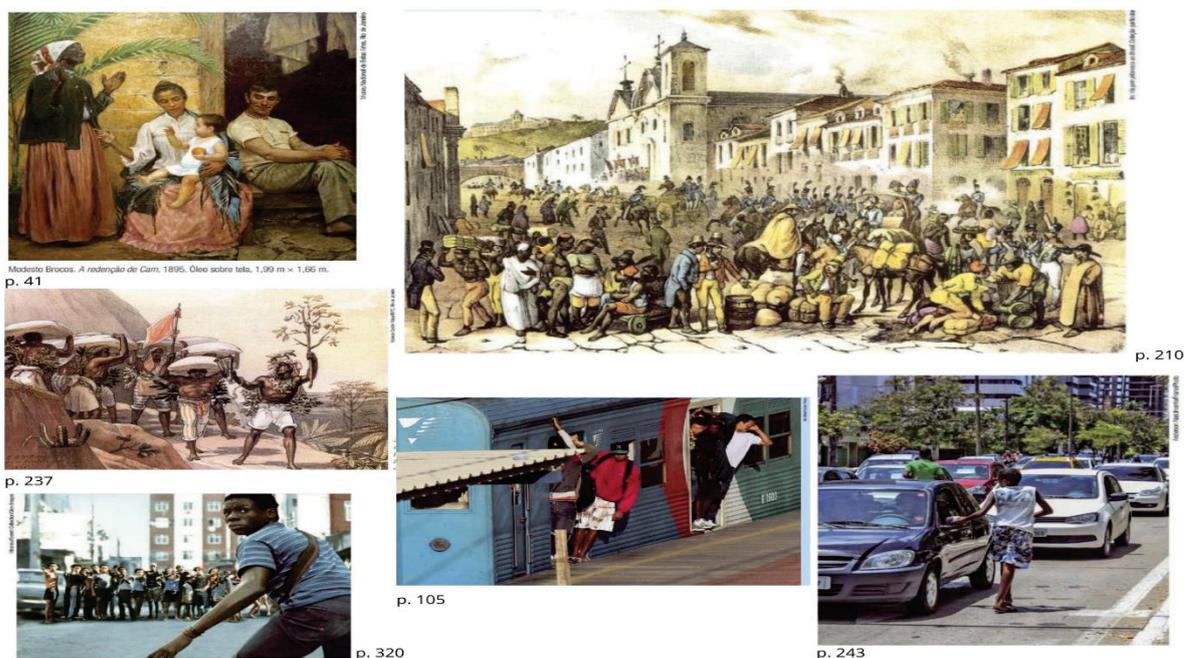
Já no capítulo 16, “O Brasil ainda é um país católico?” identificamos uma questão com trechos de “O teatro dos Vícios” de Emanuel Araújo, atrelando o conhecimento adquirido no capítulo sobre a pluralidade religiosa no Brasil.

Outro teórico mencionado foi Clayborne Carson mais precisamente em um box de trechos de obras dos autores que fundamentaram o capítulo. Neste caso, o trecho da obra de Carson pode ser encontrado no capítulo 18 “Desigualdades de várias formas”.

²⁴ OS artistas Zeca Pagodinho, Martinho da Vila, Gilberto Gil e Milton Nascimento foram mencionados em certos momentos ao longo da obra didática. Mesmo reconhecendo as contribuições no campo da cultura, da arte, suas obras e intelectualidades, os artistas não foram contabilizados em nossa análise por não estarem relacionados a uma fundamentação epistemológica precisa.

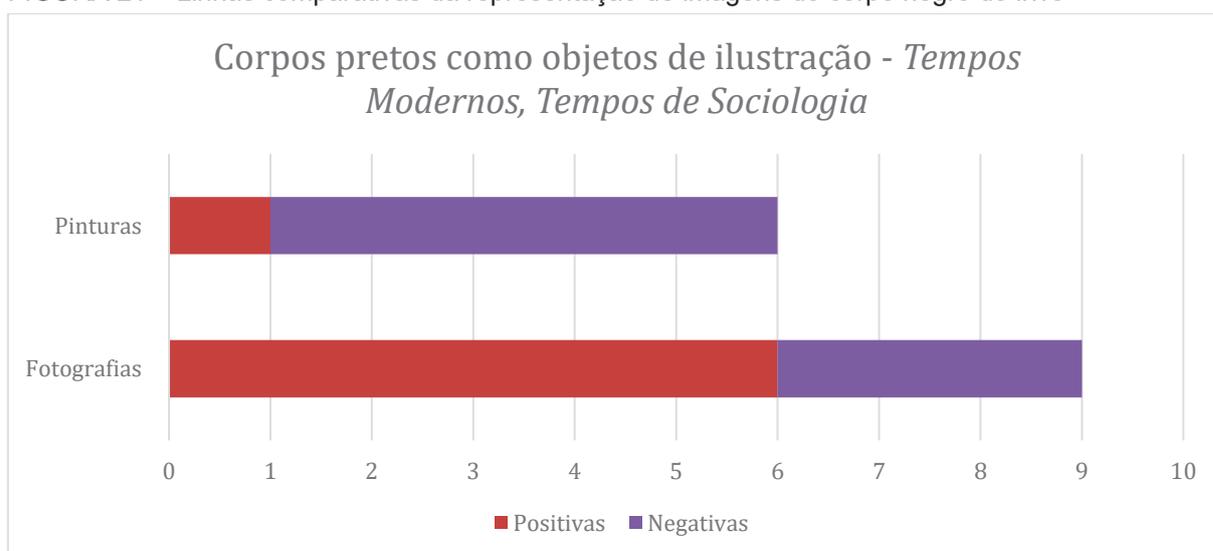
Contrapondo a pouca representatividade de uma intelectualidade negra nas discussões, mapeamos e percebemos que nessa obra foram abordadas 16 imagens, sendo a maioria com foco positivo na representação do negro, como podemos perceber no gráfico abaixo.

FIGURA 20 – Mosaico de imagens do corpo negro presente no livro didático *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*



FONTE: Elaborada pelo autor.

FIGURA 21 – Linhas comparativas da representação de imagens do corpo negro do livro



FONTE: Elaborado pelo autor com base no material analisado (2024).

Percebemos neste livro uma riqueza de autores dos mais diversos campos de atuação, foram contemplados principalmente teóricos da sociologia paulista, entretanto, o que nos chamou a atenção nas análises feitas neste material foi o capítulo 18: “Desigualdades de várias ordens”, cuja problemática é destinada em partes ao povo negro e a questão étnica, o autor selecionado para tal abordagem é um autor branco (Oracy Nogueira). Não que este não tenha aporte teórico para tamanho debate, mas se o debate é diretamente sobre a questão étnica racial, o mínimo seria a confirmação de pensadores negro brasileiros que pudessem contribuir sistematicamente para o debate sobre o tema em questão.

4.7.6 Das impressões e análises aos dados coletados

Após toda a observação, levantamento e análise dos livros didáticos, percebemos que *Tempos Modernos*, *Tempos de Sociologia*, foi o material que mais abordou a música como recurso para discutir questões sociais e raciais, mas foi insuficiente ao dar uma ínfima quantidade de pensadores/intelectuais negros para fundamentar as discussões sociológicas. A presença de artistas, como Criolo, MV Bill, Martinho da Vila, Gilberto Gil foram alguns dos intérpretes e músicos evocados em algumas obras do PNLD de 2018.

Mesmo que não era nosso foco a pesquisa imagética nos livros didáticos, foi impossível não notar a constante presença de personagens negros nas páginas dos livros, pinturas com diferentes leituras e questionamentos. Por essa razão vimos por certo, atentar-se para a composição de imagens presentes nos livros escolhidos.

Desta forma, constatamos que em todas as obras certas imagens de homens negros e mulheres negras foram inseridas como mecanismo de reforçar a condição e situação social brasileira de vulnerabilidade, podendo ainda problematizar uma estigmatização por parte da escolha dos sujeitos e cenas abordadas nas respectivas obras.

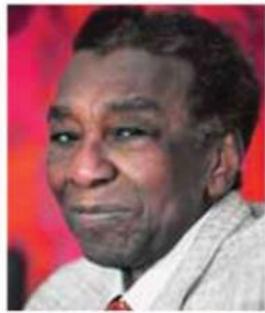
Após a leitura, mapeamento dos autores apresentados nos livros didáticos, ficou nítida uma questão de gênero intelectual latente. Percebemos que entre todos os intelectuais destacados nas obras, 3 autores negros homens foram citados mais de 2 vezes em obras diferentes, ou seja, houve aqui um engajamento intelectual masculino, em detrimento à questão das intelectuais femininas que tiveram 3

pensadoras citadas e contextualizadas, mas apenas uma obteve um espaço de representação e exploração da sua intelectualidade, caso de Lélia Gonzalez.

Entre os intelectuais negros e negras com maior engajamento nos manuais escolares, podemos destacar 4 (autores) autores recorrentes nas obras selecionadas:

FIGURA 22 - Milton Santos

MARCOS FERNANDES/CBID.A PRESS



Milton Santos foi um dos principais intelectuais brasileiros. Dedicou grande parte de sua vida a interpretar o fenômeno da globalização.

Milton Santos

O geógrafo baiano Milton Santos (1926-2001) foi um dos mais importantes intelectuais brasileiros. Trabalhou em universidades e organizações internacionais em diferentes países, como Canadá, Venezuela, Estados Unidos e Tanzânia. No Brasil, atuou como professor titular e pesquisador da Universidade de São Paulo (USP). Seus estudos são diversificados e abordam principalmente urbanismo, espaço, subdesenvolvimento, geografia, globalização e urbanização. Entre os muitos livros que escreveu destaca-se *A natureza do espaço* (1996), no qual reinventa os conceitos de centro e periferia e define o caráter sociológico do espaço e a força política do lugar.

Fonte: Recorte do box informativo sobre o autor Milton Santos apresentado no livro “Sociologia em Movimento” (p. 285).

FIGURA 23 - Kabengele Munanga

U. DETTMAR/SC/ISUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



Kabengele Munanga foi o primeiro antropólogo de seu país, a atual República Democrática do Congo, e trabalha no Brasil desde 1980.

Kabengele Munanga

Nascido em 1942, em Bakwa Kalonji, na República Democrática do Congo, é pesquisador sênior da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, no município de Cachoeira. Sua experiência de pesquisa concentra-se na área de Antropologia das Populações Afro-Brasileiras. Atua principalmente nos temas racismo, identidade, identidade negra, África e Brasil. Entre seus estudos vale destacar o artigo “As facetas de um racismo silenciado”, no qual defende que elementos preconceituosos pouco explícitos podem ser dotados de alta eficácia discriminatória.

Fonte: Recorte do box informativo sobre o autor Kabengele Munanga apresentado no livro “Sociologia em Movimento” (p. 113).

FIGURA 24 – Stuart Hall



Fonte: <https://www.geledes.org.br/entrevista-com-jb-stuart-hall/Geledes/2016>.

Dentre os cinco livros estudados, nenhum trouxe a imagem do referido autor.

FIGURA 25 – Lélia González



Lélia Gonzalez (1935-1994).

Fonte: Fotografia apresenta a autora Lélia Gonzalez no livro: “Sociologia para Jovens do Século XXI” (p.346).

Os quatro intelectuais percorreram ao longo das obras diferentes temáticas, seguindo desde relações raciais a questões da desigualdade social, globalização e identidade. Essas temáticas, de certo modo, fizeram parte constante entre os três pensadores citados nos livros que foram mencionados.

Já as intelectuais Lélia González, Djamila Ribeiro e Chimamanda Ngozi Adichie tiveram suas contribuições focadas exclusivamente nos eixos feminismo e feminismo negro, ou seja, nos materiais que adotaram tal narrativa, a teoria intelectual das autoras foram precisas e citadas.

Outra observação a ser destacada é que nos textos voltados para o debate sobre a temática racial, o autor que teve mais espaço teórico e que foi constantemente

mencionado entre as obras apresentadas, foi o professor e estudioso Florestan Fernandes. A presença do autor como referência à questão racial é válida, entretanto temos vários outros intelectuais que assim como Fernandes, dialogou com o racismo e suas vicissitudes.

A essa questão retomamos a noção de que o racismo intelectual direta e indiretamente se fez e se faz presente no corpo teórico dos livros didáticos, mesmo sem a intenção. Autores como Abdias Nascimento, Sueli Carneiro, Guerreiro Ramos sequer foram mencionados em algum momento dos livros do PNLD de 2018 como alternativas possíveis para refletir sobre o racismo e a sociedade brasileira.

Mesmo com alguns intelectuais negros no material didático, a percepção que temos foi de ausência de possibilidades para o diálogo com a epistemologia negra. Esse esquecimento, ou, a invisibilidade dos teóricos negros, reforça a tese de um epistemicídio negro que historicamente foi e ainda é abordado nos debates sociais e educacionais.

Entre os cinco livros pesquisados, o espaço destinado à maioria dos pensadores negros esteve voltado a temáticas e assuntos referentes exclusivamente ao racismo, preconceito, feminismo negro e desigualdade social.

A única exceção entre os pensadores citados em nossa análise foi Stuart Hall que destoa da lógica excludente ao debate intelectual negro, pois é abordado como pensador da antropologia, dos estudos culturais e identidade. Podendo assim permear a diferentes categorias e temáticas correlacionadas.

Somando todos os livros didáticos apresentados, tivemos um saldo de 20 intelectuais mencionados de forma direta, citações curtas ou indicações de obras, mas, autores como Abdias Nascimento, Guerreiro Ramos, Frantz Fanon, Neuza dos Santos Souza, Angela Davis, Nei Lopes, Beatriz Nascimento, Silvio Almeida, Grada Kilomba, Conceição Evaristo, Sueli Carneiro, Achille Mbembe, Petronilha Gonsalves e Silva, Joel Rufino dos Santos, Joel Zito Araújo, dentre outros, não foram citados. Mesmo com toda a relevância acadêmica e científica que todos expressam, foram deixados de lado, esquecidos, apagados da proposta teórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: EPISTEMOLOGIAS NEGRAS E/OU EPISTEMICÍDIO?

Ao encerrar essa etapa da pesquisa, compreendemos e confirmamos a necessidade em ressignificar as existências de homens e mulheres em suas totalidades sociais, políticas e culturais, para percebê-los em suas pluralidades. Para que isso seja possível, necessitamos viabilizar os estudos de pensadores e pensadoras pretos ao longo da história, de epistemologias negras de nosso país. Reconhecer os invisibilizados, silenciados na literatura, na academia, na produção de ciência.

Os sistemas de ensino precisam ser dinamizados, questionados e confrontados a desestabilizar o modelo eurocentrado de educação posto e naturalizado até hoje. A educação antirracista é o caminho para a ruptura do desajuste da educação normatizadora eurocentrada estabelecida, fomentada e que moldou os sistemas de ensino em nosso país, seja na rede pública ou privada. Mas o que podemos compreender como uma educação antirracista?

Antes de definirmos o que é uma educação antirracista, precisamos reconhecer que sim, o Brasil é racista, que a educação e o ensino reproduzem um racismo estrutural, institucional, naturalizado que reforça o que Cida Bento (2022) chama de pacto da branquitude, “um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios, (...) possui um componente de narcísico, de autopreservação” (p.18).

Almeida (2021) reitera que “o racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é forçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional” (p.65). Já no campo da educação, Carter G. Woodson (2021) expõe que o currículo oferece ao estudante negro um sistema que confere ao negro a insignificância, ensinando-os a admirar os gregos, latinos e a desprezar os africanos (p. 13).

Perante o exposto, compreendemos que uma educação antirracista incide em uma educação que reconheça a presença de autores, pensadores, sujeitos plurais e culturas diversas. Uma educação antirracista é uma educação que reconhece a importância dos diferentes sujeitos, dos invisibilizados, da cultura marginalizada, das teorias negras, constituídas e que foram banidas dos centros acadêmicos.

Uma educação antirracista compõe saberes que trazem consigo a história do povo negro, do povo africano, da história e cultura afro-brasileira como elementos

fundamentais para desnaturalizar o saber etnocêntrico europeu, pois a educação carece de novos olhares, como o exemplo apontado pela professora doutora Nilma Lino Gomes (2023) na obra “O Movimento Negro Educador” ao enfatizar a necessidade de repensarmos abordagens das epistemologias plurais, dos saberes plurais pois, só assim teremos uma “educação justa e com equidade”.

Possibilitando espaço às análises com grandes referenciais teóricos como Nilma Lino Gomes, Conceição Evaristo, Lélia Gonzales, Djamila Ribeiro, Milton Santos, Abdias Nascimento dentre outros pensadores que reforçam a necessidade de uma equidade dos saberes. Uma educação que não esteja centrada em um caminho unilateral que fora estabelecida pela branquitude educacional. Uma educação que abra espaço ao diálogo, teóricos e novos pensares metodológicos.

A proposta de uma educação antirracista no Brasil é fruto do Movimento Negro, da luta constante por emancipação e reparo histórico-educacional sobre a história e a importância do povo negro na formação da cultura, ensino e sociedade brasileira. Com as leis 10.369/03 e 11.645/08, como a própria Gomes (2023) reafirma, ambas as pautas e leis foram avanços já alcançados e que precisam ser validados e reconhecidos como um trabalho coletivo do povo negro.

Mas não é o bastante, uma educação antirracista visa à manutenção constante de fundamentos teóricos que abram possibilidades a autoras e autores negros serem reconhecidos e contemplados nos diferentes espaços escolares, acadêmicos. Tal necessidade para esta educação flexível, que desmonte os modelos já normatizados se faz em função da estrutura já enraizada no imaginário do brasileiro, na construção social e política do povo, pois este modelo reforça a subserviência, a alienação, a discriminação étnica e racial do branco em detrimento ao negro nas suas mais diversas relações de poder. O negro é entendido como “coisa”, estereotipado em todas as suas possibilidades sociais.

Desta forma, ao finalizar os estudos dos livros, percebemos que há uma naturalização em esquecer pensadores negros, em silenciar, mesmo que involuntariamente, os moldes estruturais eurocentrados nos currículos. O branco assumiu a posição de intelectual e o negro como objeto de investigação e necessário de ser fundamentado. Como pudemos perceber na significativa atuação que autores dos livros didáticos fizeram ao recorrer a intelectualidade de Florestan Fernandes e Oracy Nogueira para apresentar ao leitor/estudante/professor a fundamentação a respeito do racismo, do preconceito, da situação do negro no Brasil e se o tema é

racismo, negritude e raça, o mais coerente seria um negro assumir a posição de protagonista intelectual e o lugar de fala no tema proposto.

Dos cinco livros analisados tivemos um total de vinte intelectuais negros e negras contemplados, na maioria das vezes, de forma de menção sem qualquer debate ou fundamentação da teoria do pensador. Prática esta que diferenciou dos autores e pensadores brancos destacados nas obras, sendo eles em sua maioria intelectuais brancos europeus ou estadunidenses.

O faltou de negro como intelectual, temos como imagens do negro como objeto, coisa da sociedade. Como persona de questões sociais. O que faltou de debate, teoria, narrativas negras, tivemos de fotografias e pinturas com apressado e marginalização do ser negro na sociedade brasileira.

Entre tantos pensadores e pensadoras negros do século XXI, o que mais tivemos foram apenas quatro autores citados mais de duas vezes. Como foi o caso de Kabeguenle Munanga, Milton Santos, Stuart Hall e Lélia González. Referenciais significativos na literatura negra, mas que ainda carecem de maior visibilidade, destaque além da negritude intelectual acadêmica de grupos de estudos. De pensadores negros citando pensadores negros. A intelectualidade negra é real, existente e precisa ser contemplada, precisa ser circulada nos diferentes espaços, grupos, pesquisas, IES.

Como fruto/resultado de uma sociedade, de um tempo, de uma cultura, o livro didático mostrou que o racismo estrutural, intelectual ainda foi realidade na produção das obras didáticas de sociologia presentes no PNLD de 2018 e que isso reverberou na prática docente direta e indiretamente.

Servindo como um artefato cultural, o livro, ao silenciar a presença intelectual de uma parcela de pesquisadores, teóricos negros, congrega ao que definimos como epistemicídio ou como a própria Sueli Carneiro (2005) definiu como dispositivo de racialidade nos materiais didáticos.

Atentarmos a essas e outras formas de práticas, ajuda a repensar e alinhar práticas docentes, programas sociais, políticas públicas, inserções curriculares de diferentes teorias e não apenas contemplar a epistemologia branca e eurocêntrica.

Atualizar nossas leituras, promover o debate acadêmico, cobrar a presença de teóricos negros nos currículos das universidades ajudará na elaboração e possibilidade de autores e autoras plurais nos livros e manuais didáticos possíveis, haja vista que os autores dos livros didáticos de sociologia, em sua maioria, foram e

são professores universitários, pesquisadores, docentes do chão da sala de aula. E ter o conhecimento das epistemologias negras ajudará na luta antirracista social, educacional e curricular.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

ARAÚJO, Sílvia Maria de; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. **Sociologia**. Ensino Médio. 2. Ed. São Paulo: Scipione, 2016.

APOLINÁRIO, Maria Raquel. **Renascimento e Reformas Religiosas**. São Paulo: Moderna, 2020.

Bandeira, A.; Velozo, E; L. Livro didático como artefato cultural: possibilidades e limites para as abordagens das relações de gênero e sexualidade no Ensino de **Ciências**. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 25, n. 4, p. 1019-1033, 2019

BAPTISTA, Maria Manuel. Estudos culturais: o quê e o como da investigação. **Carnets, Cultures littéraires**: nouvelles performances et développement, n° spécial, automne / hiver 2009, pp. 451-461. Disponível: <https://journals.openedition.org/carnets/4382>. Acesso em: 25 out. 2023.

BALBINO, Jéfferson Luiz. A Trajetória de Machado de Assis e sua Negritude (Não) Reconhecida. **Revista Água Viva**, [S. l.], v. 7, n. 2, 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BENTO, Cida. **Pacto da Branquitude**. São Paulo, Cia das Letras, 2022.

BESERRA, Bernadete de L. R.; RÉMI, Fernand Levergne. **Racismo e educação no Brasil**. Recife: Ed. UFPE, 2018. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/191>. Acesso em: 18 out. 2022.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. Tese de Doutorado. 1993. 383f. Doutorado em História. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 1993. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-28062019-175122/pt-br.php>. Acesso em: 24 out. 2022.

BRASIL. Educação anti-racista : caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / In: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Guia de livros didáticos: PNLD 2018: SOCIOLOGIA. Ensino MÉDIO. Disponível em <https://www.fnnde.gov.br/pnld-2018/> Acesso em: 20 dez 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Plano Nacional do Livro Didático. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro>. Acesso em: 15 de Dez 2022

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Edital de Convocação 04/2015** – CGPLI. Edital de Convocação para o Processo de Inscrição E Avaliação de Obras Didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático Pnld 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=39561-pnld-2018-edital-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 23 out. 2022.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 93, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1937.

BRASIL. Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE). Acesso em 09 dez 2022. Acesso em <https://www.gov.br/fnde/pt-br>.

BRASIL. LEI Nº 11.684, DE 2 DE JUNHO DE 2008.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. Diário Oficial da União.

BRASIL. Lei Federal 11.645 de 10 de março de 2008. Brasília, DF, 2008. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília, DF: junho, 2005

BRASIL. Edital de Convocação 04/2015 – CGPLI. Ministério da Educação / Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação / Secretaria de Educação Básica. Edital

de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o programa nacional do livro didático pnld 2018. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro>. Acesso em: 13 jun.2023.

BRASIL. FNDE/MEC. Histórico dos programas do livro didático. disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/historico>. Acesso em: 13 jun.2023.

Brasil. Ministério da Educação. PNLD 2018: apresentação – guia de livros didáticos – ensino médio. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2017a. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/guia-do-livro-didatico>.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**: Os polos da prática metodológica. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

BODART, Cristiano das Neves. Um retrato das pesquisas sobre livros didáticos de sociologia no Brasil, 2020. **Cadernos de Campo**: Revista de Ciências Sociais, n. 3, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/15311>. Acesso em: 11 abri. 2023.

BOMENY; Helena; Freire-Medeiros, Bianca; EMERIQUE, Raquel; O'DONNELL, Julia. **Tempos Modernos, Tempos de Sociologia**. 3a. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Editora do Brasil; Fundação Getúlio Vargas Editora, 2016. v. 1. 496p.

BUTI, Rafael Palermo. História Quilombola no Chão: no caminho para o ensino de uma antropologia imersa na vida. **Novos Debates**, Brasília, v. 7, n.1, e7126, 2021. Disponível em: <https://novosdebates.abant.org.br/wp-content/uploads/2024/02/PEDAGOGICAS-Rafael-Palermo-Buti.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2023.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. . Acesso em: 19 mar. 2024. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 18 fev. 2023.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/GNrkGpgQnmdcxwKQ4VDTgNQ/>. Acesso em: 08 fev. 2023.

COSTA, Hainra Asabi Alves. **Identidade Racial e Transexual: Um Olhar Sobre os PNLD de Sociologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

COSTA, Ricardo César Rocha da; OLIVEIRA, Luiz Fernandes. **Sociologia para Jovens do Século XXI**. 4. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.

COSTA, Wellington Narde Navarro da. **Sociologia Em “Mangas De Camisa”**: Representação Do Negro Brasileiro Nos Livros Didáticos. 2017.

Dias, L. R., Silva, V. P. da, Silva, S. A. da, & Almeida, R. E. de. (2021). **Educação Antirracista Uma Prática Para Todos/A, Um Compromisso Ainda De Poucos/As**. Kwanissa: Revista De Estudos Africanos E Afro-Brasileiros, 2021

DORNELLES, Luciano do Amaral. **A representação nos estudos culturais: artefatos culturais comunicadores de significados**. Webartigos, Blumenau -SC. 2010. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/a-representacao-nos-estudos-culturais-artefatosculturaiscomunicadores-de-significados/45698>. Acesso em: 14 dez. 2022.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Trad. Stephania Matousek. Petrópolis: Vozes, 2011.

ENGERROFF, Ana Martina Baron. **Mapeando a produção sobre o livro didático de sociologia: Um estado da arte no campo acadêmico brasileiro**. 2017. 110 f. TCC. (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/182774>. Acesso em: 20 fev. 2023.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Docentes, representações sobre relações de gênero e consequências sobre o cotidiano escolar. In: SEFFNER, Fernando [et al.] (org.). **Corpo, gênero e sexualidade: problematizando práticas educativas e culturais**. Rio Grande: Editora da FURG, 2006. p. 62-74. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/87483> Acesso em: 21 set 2022

GATTI JÚNIOR, Décio. Livros didáticos, saberes disciplinares e cultura escolar: primeiras aproximações. **Revista História Da Educação**, 1(2), 29–50, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30663>. Acesso em: 09 mai. 2023.

Gatti Júnior, Décio. Estado, editores privados no Brasil: o papel dos livros didáticos (1970-1990). **Caderno CEDES**, Campinas. Vol. 25, n. 62, set. dez., 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/fRZPdFTzHLSCs86tzvzffDR/?lang=pt>. Acesso em: 21 jun. 2023.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 6ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SOUSA-SANTOS, B.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2009

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos**. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p.223-246.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Disponível em: <https://bdttd.ibict.br/vufind/>

JUNG, Hildegard Susana, FOSSAT, Paulo. **Dois Décadas De LDB 9394/96: Gênese, (Des)Caminhos, Influência Internacional e Legado**. In: Rev. Teoria e Prática da Educação, v. 21, n.3, p. 53-65, Setembro/Dezembro 2018.

KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei (Orgs.). O golpe de 2016 e a educação no Brasil. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

MACHADO, Igor José Renó; AMORIM, Henrique; BARROS, Celso Rocha de. **Sociologia Hoje**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2016. v. 1. 504p

MERISSI, Lais Celis. **Referência e Ferramenta: Usos do Livro Didático pelo Professor de Sociologia**. UFPR. Curitiba, 2020.

MENDES, Lucas; CUSTÓDIO, Marcela; EGGERT-STEINDEL, Gisela. Livro didático: o despertar da memória afetiva. **Revista Brasileira De Biblioteconomia E Documentação**, [S. l.], v. 13, p. 932–943, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1043>. Acesso em: 08 mar. 2023.

MESSINA, G. Estudio sobre el estado da arte de la investigacion acerca de la formación docente en los noventa. **Revista Iberoamericana de Educación** n. 19, Formación Docente, Enero - Abril 1999 Disponível em: <http://rieoei.org/historico/oeivirt/rie19a04.html>. Consulta em 10 Mar 2023.

MEUCCI, Simone. **A institucionalização da sociologia no Brasil**: primeiros manuais e cursos. 2000. 157p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia, Ciências e Humanas, Campinas, 2000. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/186000>. Acesso em: 09 ago. 2022.

MEUCCI, Simone. Notas sobre o pensamento social brasileiro nos livros didáticos de sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 2, p. 209-232, 2014. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/96>. Acesso em: 17 mar. 2024.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Currículo, conhecimento e cultura. In: Moreira, Antônio Flávio Barbosa. **Indagações sobre currículo**: currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

Munanga, Kabengele. **Superando o Racismo na escola** – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro**: Processo de um racismo mascarado. 3ª edição. São Paul. Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. 2021, p. 41

NUNES, João Arriscado. **O resgate da Epistemologia**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) Epistemologias do Sul. São Paulo; Editora Cortez. 2013

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação Em Revista**, v.26, n. 1, p. 15-40, abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/TXxbbM6FwLJyh9G9tqvQp4v/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 20 jun. 2023.

OLIVEIRA, Amurabi. Mapeando o debate sobre o ensino de Sociologia no Brasil: uma análise dos temas e agentes presentes nos GTs do Eneseb (2013-2021). **Acta Educ.**, Maringá, v. 44, 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-52012022000100112&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 mar. 2023.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

PNLD. **Guia Digital**. Edição 2018. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/pnld-2018/>. Acesso em: 18 jun. 2022.

RATTS, Alex (Org.). Beatriz Nascimento: **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; 2017. (Feminismos plurais).

RIBEIRO, Débora; GAIA, Ronan da Silva Parreira; RODRIGUES, Janine Marta Coelho. Colonialidade e raça: implicações eurocêntricas para o currículo. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 14, n. 30, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3499>. Acesso em: 17 mai. 2023.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. **As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte”**. *Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/albinonunes/disciplinas/pesquisa-em-ensino-pos.0242-posensino/romanowski-j.-p.-ens-r.-t.-as-pesquisas-denominadas-do-tipo-201cestado-da-arte201d.-dialogos-educacionais-v.-6-n.-6-p.-37201350-2006/view>. Acesso em: 24 abr. 2023.

SANTOS, Rodrigo Medeiros dos. **Estado da arte e história da pesquisa em educação estatística em programas brasileiros de pós-graduação**. Campinas, SP. Unicamp. 2015 - Tese de Doutorado.

SILVA, Afrânio et al. **Sociologia em movimento**. São Paulo: Moderna, 2016.

SILVA, Ana Lucia da. **Ensino de História da África e cultura afro-brasileira: Estudos Culturais e sambas-enredo**. Curitiba: Appris, 2019.

SILVA, Claudilene Maria da. DIAS, Lucimar Rosa. VALENTIM, Silvani dos Santos. **Pensamento Negro e Educação no Contexto Afrodiásporico: temas, problemas e desafios**. In: Interritórios Revista de Educação. Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, BRASIL, V.6 N.12, 2020.

SILVA, Milene Garcia et al. A Ação Social para Max Weber: A Afetividade e Sua Importância para Aprendizagem. In: Anais Do Iv Congresso Nacional De Educação, 2019, Catalão. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2019. Disponível em: <<https://proceedings.science/conaed-2019/trabalhos/a-acao-social-para-max-weber-a-afetividade-e-sua-importancia-para-aprendizagem?lang=pt-br>> Acesso em: 17 mar. 2023.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. São Paulo: LeYa, 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.) **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos/Organização: 1ªed**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Ana Lucia da. O Ensino de História, A África e a Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica. In: COSTA, Luciano Gonsalves (Org.). **História e Cultura Afro-brasileira**. Eduem. Maringá. 2012.

SILVA, Claudilene. **Professoras negras** : identidade e práticas de enfrentamento do racismo no espaço escolar / Claudilene Maria da Silva. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2019. 198 p

SILVA, M. A. (2012). **A Fetichização do Livro Didático no Brasil**. Educação & Realidade, 37(3).

SILVA, Rosana de Medeiros. **O Feminismo Negro Em HQ-Cara Preta: Estratégia Didática Para a Sociologia No Ensino Médio**. 2021.

SILVA, Rayanne dos Santos. **A Lei 10.639/03 E O Ensino De Sociologia**: Uma Análise Sobre a Presença Do Negro No Livro Didático “Tempos Modernos, Tempos De Sociologia”. 2021.

SILVA, Samira do Prado. **As Interseccionalidades Entre Gênero, Raça/etnia, Classe E Geração Nos Livros Didáticos De Sociologia**. Dissertação de Mestrado. Ciências Sociais, UEL. 2016

SOUZA, Luiz Gustavo Mendel. A cegueira que produz sujeitos ausentes: Por uma metodologia de ensino antirracista e decolonial. 29 de Abril, Revista de História. V, 1. Nº2 ago, 2022.

TASSONI, Elvira Cristina Martins; DA SILVA LEITE, Sérgio Antônio. Afetividade no processo de ensino-aprendizagem: as contribuições da teoria walloniana. **Educação**, v. 36, n. 2, 2013.

VERÍSSIMO, José. **A Educação Nacional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, 3ª ed, p. 54 e 55.

Vieira, Tamara. **Livros Didáticos De Sociologia Do PNLD/2018: Como São Problematizadas a História e a Cultura Africana e Afro-brasileira**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Londrina, 2020. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000230930>. Acesso em: 17 mar. 2023.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Letramento e Escolas. In: SCHWARCZ, Lilia M.; e GOMES, Flávio (Orgs.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

WOODSON, Carter G. **A Deseducação do Negro**. São Paulo: Edipro, 2021.

ZAN, Dirce e KRAWCZYK, Nora. A disputa cultural: o pensamento conservador no ensino médio brasileiro. In: KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei (Orgs.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.